



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

## DO-e-ALE/RO

ANO XV

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 22 DE ABRIL DE 2026

Nº 73

### SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA.....	Capa
SECRETARIA DE FINANÇAS.....	1756
SEC. DE COMPRAS E LICITAÇÕES.....	1763

### TAQUIGRAFIA

8ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA.

EM: 14.04.2026

INÍCIO: 15h30min

PRESIDENTE: SR. LAERTE GOMES

SR. MARCELO CRUZ

SR. RIBEIRO DO SINPOL

SR. EYDER BRASIL

SECRETÁRIO: SR. ALAN QUEIROZ

SR. JEAN MENDONÇA

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, iniciamos os nossos trabalhos e declaro aberta a 8ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 11ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda a leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Boa tarde Presidente, todos os deputados, senhoras e senhores, servidores. Cumprimentar também os nossos alunos que estão hoje visitando aqui, sejam muito bem-vindos.

(Procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior)

Lida a Ata, Senhor Presidente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Por videoconferência) – Por gentileza, registra a presença da Deputada Cláudia de Jesus, por favor.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Registrada, Deputada Cláudia de Jesus.

O SR. CÁSSIO GOIS (Por videoconferência) – Por gentileza, registrar a presença do Deputado Cássio Gois.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Registrar a presença do nobre Deputado Cássio Gois.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observações, dou-a por aprovada e solicito a sua publicação no Diário Oficial desta Casa de Leis.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - Procede à leitura do Expediente recebido, a seguir:

### EXPEDIENTE RECEBIDO

1 - Mensagem nº 69/2026 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Transfere a Sede do Governo do Estado de Rondônia, no período de 25 a 30 de maio de 2026, para o município de Ji-Paraná”.

2 - Mensagem nº 70/2026 – Poder Executivo, comunicando ausência do País, no período de 15 a 24 de abril de 2026, em razão da missão oficial a ser realizada nas cidades de Roswell, no Estado do Novo México, e Dallas, no Estado do Texas, nos Estados Unidos da América.

3 - Ofícios nºs 2525, 2581/2026 – DITELIR, encaminhando

#### MESA DIRETORA

Presidente: ALEX REDANO

1º Vice-Presidente: LAERTE GOMES

2º Vice-Presidente: ROSÂNGELA DONADON

1º Secretário: ALAN QUEIROZ

2º Secretário: CÁSSIO GOIS

3º Secretário: EDEVALDO NEVES

4º Secretário: MARCELO CRUZ

#### SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer  
Ger. de Apoio ao Processo Legislativo - Miranilde R. do Nascimento Robles  
Divisão de Publicações e Anais - Isabella Lopes de Souza Pinto

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria  
CEP 76.801-189 Porto Velho-RO



resposta ao Requerimento Parlamentar nº 4254/2026 de autoria do Senhor Deputado Delegado Camargo.

4 - Gabinete do Senhor Deputado Ezequiel Neiva, encaminhando justificativa de ausência das Sessões dos dias 04, 17 e 18 de março de 2026.

5 - Gabinete do Senhor Deputado Jean Oliveira, encaminhando justificativa de ausência das Sessões dos dias 25 de fevereiro e 10, 17 e 18 de março de 2026.

6 - Gabinete do Senhor Deputado Pedro Fernandes, encaminhando justificativa de ausência das Sessões dos dias 25 de fevereiro e 10, 17 e 18 de março de 2026.

7 - Gabinete da Senhora Deputada Rosângela Donadon, encaminhando justificativa de ausência da Sessão do dia 08 de abril de 2026.  
Expediente lido, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Passemos às Breves Comunicações.

O SR. ALEX REDANO (Por videoconferência) - Desculpa, Deputado Laerte Gomes, Deputado Alan, só registrar minha presença, por favor.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Solicitar a presença do Deputado Alex Redano, nosso Presidente, que hoje vai passar por um procedimento de saúde. Está tudo bem, Presidente?

O SR. ALEX REDANO (Por videoconferência) - Está tudo bem. Acordei da anestesia aqui agora, mas está tranquilo.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Está tranquilo.

O SR. ALEX REDANO (Por videoconferência) - Amanhã eu passo pela cirurgia, mas está tudo tranquilo.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Melhoras e sucesso.

O SR. ALEX REDANO (Por videoconferência) - Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Passemos às Breves Comunicações. Não havendo orador inscrito, encerradas as Breves Comunicações.

Passemos ao Grande Expediente. Não havendo orador inscrito, encerrado o Grande Expediente.

Passemos à Ordem do Dia. Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas e os requerimentos parlamentares não sujeitos à deliberação.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - Presidente, só também deixar um grande abraço ao

nosso Presidente Alex Redano. Estamos aqui, meu irmão, na torcida, e está nas orações para que se restabeleça logo sua saúde, que esteja 100% com a gente aqui, está bom? Grande abraço.

O SR. ALEX REDANO (Por videoconferência) - Obrigado, irmão. Obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Procede à leitura das Proposições recebidas, a seguir:

### PROPOSIÇÕES RECEBIDAS

- PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS. Concede Título Honorífico de Honra ao Mérito aos seguintes senhores, em reconhecimentos às relevantes contribuições prestadas ao Estado de Rondônia:

- Renato William Puttin;
- Vânio Dalla Vecchia Marques;
- Lucas Luiz de Cristo Teixeira (Lucas Da 50);
- Maria Izabel Pereira;
- Lúcia Salete Pedrotti Rosso;
- Jair Rover;
- Eniel Miranda de Souza;
- Amauri Eugenio Passareli.

- PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS. Concede Título Honorífico de Honra ao Mérito aos seguintes senhores (vereadores do município de Buritis), em reconhecimentos às relevantes contribuições prestadas ao Estado de Rondônia:

- Renato Leitão dos Santos;
- Ueder Rodrigues Ferreira;
- José Lopes da Silva Neto;
- Gilberto Aparício;
- Ivan Carlos Dutra;
- Juliana Cibelly dos Santos.

- PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS. Concede Medalha de Mérito Legislativo aos seguintes senhores, em reconhecimento às contribuições relevantes prestadas ao Estado de Rondônia:

- CB QPPM Wellington Moreira (Pelotão Cavalo de Aço – BPTRAN);
- 3º SGT QPPM Paulo Moreira de Souza (Pelotão Cavalo de Aço – BPTRAN);
- 3º STG QPPM Jhoni Vieira Novais (Pelotão Cavalo de Aço - BPTRAN);
- 3º SGT QPPM Solivan Morais Nascimento (Pelotão Cavalo de Aço - BPTRAN);
- 3º SGT QPPM Marcelo Souza de Campo (Pelotão Cavalo de Aço - BPTRAN);
- 2º SGT QPPM Lindomar Prestes da Gama (Pelotão Cavalo de Aço - BPTRAN);
- 3º SGT QPPM João Pereira Rodrigues Júnior (Pelotão Cavalo de Aço – BPTRAN);
- 2º SGT QPPM Gerson Silva Galvão (Pelotão Cavalo de Aço – BPTRAN);
- 3º SGT QPPM Ewerton Simionato Paz (Pelotão

- Cavalo de Aço – BPTRAN);
- 2º SGT QPPM Helry Sampaio Assunção (Pelotão Cavalo de Aço – BPTRAN);
- 3º SGT QPPM Helisson Plácido de Brito (Pelotão Cavalo de Aço – BPTRAN);
- 3º SGT QPPM Fagner Sabino da Costa (Pelotão Cavalo de Aço – BPTRAN);
- CB QPPM Alan Vitor Braga Dias (Pelotão Cavalo de Aço/BPTRAN);
- CB QPPM Eremilson Santos De Oliveira (Pelotão de cavalo de Aço/BPTRAN).
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS. Concede Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor Victor Paiva, pelas suas relevantes contribuições para o fortalecimento do agronegócio, do associativismo, do cooperativismo e do desenvolvimento econômico no Estado de Rondônia.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS. Concede Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Delegado Marcos Vinicius Alves e Silva Filho (Diretor da DECCO), em reconhecimento às contribuições relevantes prestadas à segurança pública, especialmente no desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas ao combate à criminalidade, no âmbito do Estado de Rondônia.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS. Concede Título Honorífico de Honra ao Mérito à Senhora Marta Hilário Passarelli, em reconhecimento à sua trajetória ao compromisso com a educação e às suas relevantes contribuições ao Estado de Rondônia.
- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher no âmbito do Estado de Rondônia.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Concede o Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao Senhor Gilberto Donin, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Concede Medalha do Mérito Legislativo a Éverson Vicente de Lima, 3º Sargento da Polícia Militar do Estado de Rondônia, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- REQUERIMENTO DO DEPUTADO PEDRO FERNANDES. Requer na forma regimental a retirada de tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1228/2026, que "Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Cabo PM Paulo Roncada de Carvalho, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia."
- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Governador do Estado de Rondônia, com cópias para Casa Civil e Secretaria de Estado da Saúde — SESAU, informações e providências acerca das fragilidades na operação da Central de Regulação de Urgência e Emergência (CRUE), conforme especifica.
- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Altera a Lei nº 5.243, de 28 de dezembro de 2021, para garantir o direito à progressão horizontal ao servidor

cedido, e dá outras providências.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Concede Medalha do Mérito Legislativo à Companhia Nacional de Abastecimento — CONAB, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Concede Medalha do Mérito Legislativo à Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento em Rondônia — SUREG/RO, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.
- SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1365/2026 DO DEPUTADO LUIS DO HOSPITAL. Acrescenta e revoga dispositivos da Lei nº 5.714, de 29 de dezembro de 2023, que "Dispõe sobre a Tabela de Serviços e Taxas do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia — DETRAN/RO, revoga a Lei nº 2.186, de 25 de novembro de 2009, e dá outras providências."
- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer ao Chefe do Poder Executivo Estadual, ao Secretário-Chefe da Casa Civil — DITEL, e à Secretaria de Estado da Educação — SEDUC, informações detalhadas acerca de possíveis irregularidades ocorridas na aplicação de prova para o cargo de Nível Técnico Educacional Adaptado, no município de Urupá, Estado de Rondônia, tendo em vista que o referido exame não se encontrava no interior do malote de provas no momento de sua abertura.
- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer ao Chefe do Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópia ao Secretário-Chefe da Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde — SESAU, que sejam prestadas informações detalhadas, bem como a adoção de providências imediatas, acerca de denúncia veiculada em redes sociais que relata possível situação de negligência e sofrimento de paciente no âmbito da rede pública de saúde do Estado de Rondônia.
- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer ao Chefe do Poder Executivo Estadual, ao Secretário-Chefe da Casa Civil — DITEL e à Secretaria de Estado da Saúde — SESAU, a prestação de informações detalhadas acerca da insuficiência no atendimento às pacientes diagnosticadas com endometriose na rede pública de saúde do Estado de Rondônia.
- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer ao Chefe do Poder Executivo Estadual, ao Secretário-Chefe da Casa Civil do Estado de Rondônia, à Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN e ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia – CBMRO o encaminhamento de informações e documentos relativos ao Projeto de Lei nº 1.318/2026, que autoriza abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação para execução do Projeto Rondônia Mais Verde 2.
- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer ao Chefe do Poder Executivo Estadual, ao Secretário-Chefe da Casa Civil, DITEL, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico – SEDEC e à

Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN, solicitando informações oficiais acerca da instrução técnico-jurídica, da atualização dos estudos de base, da estimativa de impacto orçamentário-financeiro e compatibilidade normativa do Projeto de Lei Complementar nº 178/2026, oriundo da Mensagem nº 345, de 16 de dezembro de 2025.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer ao Chefe do Poder Executivo Estadual, ao Secretário-Chefe da Casa Civil - DITEL, e à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, a prestação de informações detalhadas acerca de irregularidades ocorridas na prova de Professor de Matemática no concurso público para provimento de cargos de professores no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer ao Chefe do Poder Executivo Estadual, ao Secretário-Chefe da Casa Civil, à Secretaria de Estado de Obras e Serviços Público – SEOSP e à Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN o encaminhamento de informações e documentos relativos ao Projeto de Lei nº 1.316/2026, que abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, no valor de R\$ 2.500.000,00, para a continuidade das obras de ampliação do sistema de abastecimento de água do Município de Ji-Paraná.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a retirada do pedido de vista referente ao Projeto de Lei nº 763/2026, de autoria da Deputada Cláudia Jesus.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer ao Chefe do Poder Executivo Estadual, ao Secretário-Chefe da Casa Civil, DITEL, à Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN e à Secretaria Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, solicitando informações oficiais acerca da instrução técnico-jurídica, da compatibilidade constitucional, do impacto orçamentário-financeiro e destinação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Administração Tributária – FUNDAT, no âmbito do Projeto de Lei Complementar nº 179/2026, oriundo da Mensagem nº 349, de 16 de dezembro de 2025.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer ao Chefe do Poder Executivo Estadual, ao Secretário-Chefe da Casa Civil, DITEL, à Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia – AGERO, à Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN e à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, solicitando informações oficiais acerca da modelagem regulatória, econômica, jurídica e fiscal do Projeto de Lei Complementar nº 187/2026, oriundo da Mensagem nº 47, de 24 de março de 2026.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, retirada do pedido de vista referente ao Projeto de Lei 1326/2026, de autoria do Poder Executivo.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer ao Chefe do Poder Executivo Estadual, ao Secretário-Chefe da Casa Civil, DITEL,

à Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social – SEAS e à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, solicitando informações oficiais acerca da motivação administrativa, da conformidade estrutural e do alegado impacto orçamentário nulo do Projeto de Lei Complementar nº 180/2026, oriundo da Mensagem nº 8, de 16 de janeiro de 2026.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer ao Chefe do Poder Executivo Estadual, ao Secretário-Chefe da Casa Civil, DITEL, à Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN e ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia – IPERON o encaminhamento de informações e documentos sobre o Projeto de Lei nº 1.325/2026, que abre crédito suplementar por superávit financeiro e por anulação para assegurar aportes periódicos ao Regime Próprio de Previdência Social e pagamento de dívida fundada interna.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer ao Chefe do Poder Executivo Estadual, ao Secretário-Chefe da Casa Civil - DITEL, à Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social – Seas e à Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN o encaminhamento de informações e documentos relativos ao Projeto de Lei nº 1.340/2026, que promove reclassificação orçamentária no Fundo Estadual de Assistência Social para viabilizar transferências a Municípios no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Requer a Desistência e Arquivamento de Proposição Legislativa sob o Decreto Legislativo nº 1025/2025.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer ao Chefe do Poder Executivo Estadual, ao Secretário-Chefe da Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU, reiterar o Requerimento 3558/2026, referente a informações técnicas, jurídicas, econômicas e administrativas acerca dos critérios de qualificação de Organizações Sociais na área da saúde e da modelagem dos Contratos de Gestão, em face da insuficiência das respostas fornecidas no Ofício nº 3204/2026/SESAU-DITEC e Ofício nº 9963/2026/SESAU-DITEC, para subsidiar adequadamente a análise do Projeto de Lei nº 755/2025, oriundo da Mensagem nº 11/2025.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer ao Chefe do Poder Executivo Estadual, ao Secretário-Chefe da Casa Civil do Estado de Rondônia, à Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – SEOSP, à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG e à Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN o encaminhamento de informações e documentos relativos ao Projeto de Lei nº 1.361/2026, que autoriza abertura de crédito adicional suplementar por operação de crédito em favor da SEOSP.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer ao Chefe do Poder Executivo Estadual, ao Secretário-Chefe da Casa Civil do Estado de Rondônia, ao Departamento Estadual de Trânsito

do Estado de Rondônia – DETRAN/RO e à Secretaria de Estado de Finanças – SEFIN o encaminhamento de informações e documentos relativos ao Projeto de Lei nº 1.331/2026, que promove alterações na tabela de taxas do DETRAN/RO.

Lido, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Lido os Requerimentos legislativos.

Eu registro aqui a presença dos nossos alunos da Associação Luz do Alvorecer, que estão aqui nesse "Projeto Assembleia Cidadã", essas crianças estão aqui, sejam muito bem-vindas. Esse projeto idealizado pelo Gabinete de Relações Institucionais da Casa, Doutor Guilherme Erse. Sejam muito bem-vindos, todos vocês, aqui na Assembleia Legislativa.

Encerrada a Ordem do Dia. Solicito ao Senhor Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas, iniciando pelos Requerimentos legislativos sujeitos à deliberação, que serão lidos e apreciados em bloco.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - REQUERIMENTOS DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a concessão de Voto de Louvor aos membros da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Jaru, pelos relevantes serviços prestados aos cidadãos do Estado de Rondônia:

- Ana Paula Schmidt;
- Ana Paula Ferreira Lima;
- Almira Pereira Dantas;
- Alessandra Garcia de Sousa;
- Adeir Antonia Vaz;
- Carla Meiriely Alves;
- Camila da Silva Brandão;
- Aparecida Pivetta da Silva;
- Aparecida Alves Terri;
- Angela Mara da Silva;
- Crislangela da Silva Bezerra Filho;
- Cleia Regina de Souza Lima;
- Claudia Borba Faria;
- Christian Novaes Schotten;
- Celia Pereira dos Santos;
- Cedenira da Silveira;
- Edimai Santuucc Gaspar;
- Edelma Leite Santos;
- Dieisa Silva de Souza;
- Denise da Silva Taquini de Melo;
- Erivelton Patrick;
- Emelly Samarha de Oliveira Silva;
- Eliene Maria dos Santos Vailante;
- Eliene de Oliveira Matos;
- Eliana Bipo Evangelista Nunes;
- Elaine Beckhauser Leite;
- Eunice Morete;
- Erineia Alves Valim;
- Franciele de Oliveira Duarte Pereira;
- Fernanda Aparecida Brune;

- Jeferson Raimundo da Silva;
- Jeane Alves do Carmo;
- Jakeline Oliveira de Lima Leite;
- Jaci Da Silva do Nascimento;
- Gerson Pires de Carvalho;
- Geisa Penha de Paula;
- Luana de Paula da Silva Santiago;
- Loiny Kévia Dias Gomes;
- Letícia do Carmo Santos;
- José Marcelo Silva;
- José Amarildo Bissoli Fernandes;
- João Batista Machado;
- Joana Virgílio Lopes.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer à Mesa Diretora, a concessão de Voto de Louvor à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Superintendência Regional de Rondônia (SUREG/RO), seus servidores e consultores, em alusão aos 36 anos de criação da instituição no Brasil, celebrados anualmente em 12 de abril, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBEIRO DO SINPOL. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, pedido de realização da Sessão Solene para outorga de Voto de Louvor no dia 27 de abril de 2026, às 15:00 horas, no Plenário desta Casa de Leis.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS. Requer à Mesa Diretora a concessão de Voto de Louvor ao Senhor Pedro Daniel Lacerda, em reconhecimentos às relevantes contribuições a cultura para o Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA TAÍSSA. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja concedido Voto de Louvor aos servidores do CTPM-X de Guajará-Mirim.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA TAÍSSA. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja concedido Voto de Louvor aos servidores da Universidade Federal de Rondônia - UNIR de Guajará-Mirim.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a aprovação de Voto de Louvor à Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Carlos Drummond de Andrade, do município de Cacoal/RO, em reconhecimento à relevância de sua atuação educacional e ao desenvolvimento do Projeto de Intervenção Pedagógica e Psicopedagógico via Recomposição da Aprendizagem em Letramento Educacional para Alunos no Processo de Inclusão Escolar.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a aprovação de Voto de Louvor a empresários, pioneiros e instituições pelos relevantes serviços prestados a cidade de Cacoal/RO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Requer aprovação de Voto de Louvor ao Grupo Gazin, em comemoração aos seus 60 anos de fundação, pela relevante atuação e contribuição ao desenvolvimento do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL.

Requer aprovação de Voto de Louvor aos dirigentes, presidentes e diretores sociais das APAEs do Estado de Rondônia, em reconhecimento à relevante atuação em prol das pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS. Requer à Mesa Diretora a concessão de Voto de Louvor aos cidadãos que contribuem para o desenvolvimento econômico, social e comunitário do município de Buritis, em reconhecimento às suas relevantes contribuições prestadas ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO MARCELO CRUZ. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização de Sessão Solene de entrega de Votos de Louvor aos colaboradores da "Caravana do Colo de Mãe", no dia 06 de maio de 2026, a ser realizada às 15:00 horas, no Auditório desta Casa de Leis.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, concessão de Voto de Louvor para orientadoras e orientadores educacionais atuantes na escola do Estado de Rondônia, em reconhecimento aos relevantes e dedicados serviços prestados à educação.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CÁSSIO GOIS. Requer à Mesa Diretora Voto de Louvor ao Sr. Gilvan Ferreira Boni, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados como pioneiro do Distrito de Riozinho, no Município de Cacoal, contribuindo de forma significativa para desenvolvimento social, econômico e comunitário da localidade.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CÁSSIO GOIS. Requer à Mesa Diretora Voto de Louvor aos trabalhadores do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal — SAAE, que desempenham suas atividades no Distrito do Riozinho, no município de Cacoal/RO, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à população local.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Requer à Mesa Diretora o deferimento para a realização de Sessão Solene a ser efetivada dia 24 de abril de 2026, às 15:00, bem como a reserva do Plenário, para a entrega de Voto de Louvor em reconhecimento aos relevantes e dedicados serviços prestados à educação.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBEIRO DO SINPOL. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a concessão de Voto de Louvor à Arthur Machado Azevedo Czerwinski, pelos serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a concessão de Voto de Louvor às Mulheres Relevantes" do Município de Rolim de Moura, por sua significativa contribuição à valorização e ao fortalecimento das mulheres na sociedade.

Lidos, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão, os Requerimentos que acabam de ser lidos. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Estão aprovados. Vão ao Expediente.**

Eu vou fazer uma suspensão aqui na Sessão para que a gente possa já definir as matérias a serem deliberadas, para que sejam pautadas e apreciadas pelos nobres deputados.

Suspendo a Sessão por 15 minutos, para que a gente possa fazer essa deliberação.

**(Suspende-se esta Sessão às 15 horas e 58 minutos e reabre-se às 16 horas e 34 minutos)**

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A Sessão está reaberta.

Cumprimento os nossos líderes do Município de Espigão D'Oeste. O nosso querido Décio Lagares, esse grande político do Município de Espigão D'Oeste, que faz um trabalho maravilhoso, junto com a Vereadora Nádia, sua esposa, nossos parceiros e companheiros.

Sejam muito bem-vindos à Assembleia Legislativa, esses guerreiros do Município de Espigão D'Oeste, Estado de Rondônia.

Obrigado, Nádia, obrigado, Décio.

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - Presidente, vamos, retornamos aqui. Vou fazer a leitura.

- PROJETO DE LEI 1327/2026 DO PODER EXECUTIVO/ MENSAGEM 44/26. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças – Sefin, e crédito adicional suplementar por anulação, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – Seosp, até o valor de R\$ 900.000,00.

Falta parecer, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Solicito ao nobre Deputado Jean Mendonça proceder ao parecer pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação e demais Comissões pertinentes.

O SR. JEAN MENDONÇA - Projeto de Lei 1327/2026, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 44, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças – Sefin, e crédito adicional suplementar por anulação, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – Seosp, até o valor de R\$ 900.000,00."

O projeto encontra-se dentro das técnicas regimentais, das normas constitucionais, e somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Em discussão o parecer do nobre Deputado Jean Mendonça. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Em discussão e votação, o Projeto de Lei 1327/2026, de autoria do Poder Executivo. A matéria, só para explicar aqui, eu fiquei de explicar aqui para a nossa jovem. O Deputado Camargo tinha pedido informações, foram respondidas. Foi remanejado da Sefin para a Seosp para assegurar a manutenção da unidade administrativa. Vamos ver se é esse, R\$ 900.000,00. Segurar a manutenção da unidade administrativa. É isso. Deve ser para custeio da Seosp.

É encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o Projeto de Lei 1327/2026. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 1366/2026 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 69/26. Transfere a Sede do Governo do Estado de Rondônia, no período de 25 a 30 de maio de 2026, para o Município de Ji-Paraná. Falta parecer, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Solicito o Deputado Jean Mendonça proceder ao parecer para a Comissão de Constituição e Justiça e demais Comissões pertinentes.

O SR. JEAN MENDONÇA - Projeto de Lei 1366/2026, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 69, que "Transfere a Sede do Governo do Estado de Rondônia, no período de 25 a 30 de maio de 2026, para o Município de Ji-Paraná."

Esse projeto também encontra-se dentro das técnicas regimentais, constitucionais e legais, Senhor Presidente. Então, somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Em discussão, o parecer do nobre relator. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão única e votação, o Projeto de Lei 1366/2026, de autoria do Poder Executivo. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 1315/2026, PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 27/26. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial por anulação, até o valor de R\$ 1.257.915,00, e cria ação em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado da Educação – Seduc.

Falta parecer.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - A

matéria, encontra-se sem parecer. Solicito ao Deputado Luizinho Goebel proceder ao parecer pela Comissão de Constituição e Justiça e Redação e demais Comissões pertinentes.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Projeto de Lei 1315/2026, de autoria do Poder Executivo, que aportou essa Casa sob a Mensagem 27/26, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial por anulação, até o valor de R\$ 1.257.915,00, e cria ação em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado da Educação – Seduc.

O projeto é regimental, legal e constitucional e somos de parecer favorável à aprovação da matéria pelas Comissões pertinentes.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Solicito vista, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - O Deputado Camargo solicitou vista do processo. Concedida a vista.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 1317/2026 DO PODER EXECUTIVO MENSAGEM 29/26. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R\$ 61.940.574,88, em favor das unidades orçamentárias Recursos sob a Supervisão da Secretaria de Finanças – RS/Sefin e Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania – Sesdec.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - A matéria encontra-se sem parecer. Solicito ao Deputado Jean Mendonça para conceder ao parecer pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Pedido informação já foi entregue à nossa Secretaria de Segurança Pública do Estado de Rondônia, a qual temos quatro membros nesta Casa, incluindo Vossa Excelência, Deputado Ezequiel Neiva, Deputado Delegado Camargo, Deputado Delegado Lucas, deputados da segurança pública, e o Deputado Ribeiro, que é um grande deputado, um gigante em defesa também da segurança pública de Rondônia.

O SR. JEAN MENDONÇA - Projeto de Lei 1317/2026, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 29, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R\$ 61.940.574,88, em favor das unidades orçamentárias Recursos sob a Supervisão da Secretaria de Finanças – RS/Sefin e Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania – Sesdec."

Esse projeto encontra-se dentro das técnicas regimentais, constitucionais e legais, e somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do nobre Deputado Jean Mendonça.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Solicito vista, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa solicitou vista. Vista concedida.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 1353/2026 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 57/26. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial por superávit financeiro, até o valor de R\$ 3.318.417,99, e cria ação em favor da unidade orçamentária Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários — Fuju.

Falta parecer, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A matéria encontra-se sem parecer. Solicito ao nobre Deputado Delegado Camargo para proceder ao parecer pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação e demais Comissões pertinentes.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhores deputados, trata-se do Projeto de Lei 1353/2026, de autoria do Poder Executivo, que aportou nesta Casa através da Mensagem 57, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial por superávit financeiro, até o valor de R\$ 3.318.417,99, e cria ação em favor da unidade orçamentária Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários — Fuju."

O valor está destinado ao custeio compartilhado de sistemas judiciais nacionais. Sistemas esses que são utilizados pelo Poder Judiciário em integração com o Conselho Nacional de Justiça, inclusive.

O projeto encontra-se dentro das normas regimentais, constitucionais e legais, inclusive instruído com o parecer da Sepog atestando a viabilidade econômico-financeira do projeto, bem como as fontes de despesas também encaminhadas pela Sepog através da criação de uma nova ação, razão pela qual o meu parecer é favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do nobre Deputado Delegado Camargo. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão o Projeto de Lei 1353/2026, de autoria do Poder Executivo. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o Projeto de Lei 1353/2026. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 1354/2026 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 58/26. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R\$ 49.011,41, em favor da unidade orçamentária Recursos sob a Supervisão da Secretaria de Finanças — RS-Sefin.

Falta parecer, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A matéria encontra-se sem parecer. Solicito ao Deputado Luizinho Goebel proceder ao parecer pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação e demais Comissões pertinentes.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Projeto de Lei 1354/2026, de autoria do Poder Executivo, que aportou a esta Casa sob a Mensagem 58, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R\$ 49.011,41, em favor da unidade orçamentária Recursos sob a Supervisão da Secretaria de Finanças — RS-Sefin."

A matéria é legal, regimental, constitucional, e somos de parecer favorável à aprovação da matéria pelas Comissões pertinentes. Esse é o nosso voto.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão o parecer do nobre Deputado Luizinho Goebel. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão o Projeto de Lei 1354/2026, de autoria do Poder Executivo. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o Projeto de Lei 1354/2026. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 1326/2026 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 43/26. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças – Sefin, e crédito adicional especial por anulação e cria ação, em favor da unidade orçamentária Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo – Fease, até o valor de R\$ 5.930.938,76.

Este já tem parecer, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A matéria encontra-se com parecer.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Senhor Presidente, o senhor permite inverter a pauta para eu dar uma lida no projeto, por gentileza?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Eu só vou aceitar essa inversão de pauta, porque a essa matéria já foi pedido informação, vistas, pelo deputado. Você que pediu, Deputado Delegado Camargo? E o Deputado Camargo já liberou a matéria. Então, a matéria está apta a votar, não pode ter pedido de vista mais, mas eu vou dar só para a deputada ter conhecimento, para a gente poder dar agilidade na Sessão.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Obrigada, Presidente. É

muito importante a gente ter conhecimento do que a gente vota.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Questão de ordem, Presidente. Apenas para informar a deputada, trata-se do novo local onde vai funcionar a Fease (Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo), salvo engano, deputada.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Próxima matéria.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 1133/2025 DO DEPUTADO EZEQUIEL NEIVA. Define os critérios, categorias, atividades e empreendimentos para a manutenção em cativeiro e/ou autorização de uso de manejo da fauna silvestre e da fauna exótica no Estado de Rondônia.

Falta o parecer.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - A matéria encontra-se sem parecer. Solicito ao Deputado Jean Mendonça proceder ao parecer pela Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Questão de Ordem, Presidente. Apenas pedir para o proponente da matéria, se puder, brevemente...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Vamos emitir o parecer, depois, na hora da discussão, o nobre deputado apresenta o projeto.

O SR. JEAN MENDONÇA – Projeto de Lei 1133/2025 de autoria do Deputado Ezequiel Neiva, que "Define os critérios, categorias, atividades e empreendimentos para a manutenção em cativeiro e/ou autorização de uso de manejo da fauna silvestre e da fauna exótica no Estado de Rondônia.

Este projeto também se encontra dentro das técnicas regimentais, constitucionais e legais. E somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Em discussão, o parecer do nobre Deputado Jean Mendonça. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Ah, desculpa. O autor da matéria fazer uma explicação do projeto.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Senhor Presidente, só para uma breve explicação aqui.

Nós não tínhamos, até então, uma norma no Estado que definisse os critérios de transporte, criação e manejo da flora silvestre. Como têm em outros Estados: Paraná, Mato Grosso e esse projeto, praticamente, nós fizemos uma cópia do que, hoje, rege o Estado

do Paraná, o Estado do Mato Grosso, e com pequenas adequações.

Nós temos muitos problemas com a questão, as pessoas, os nossos fiscais, sem saber o que pode criar, o que não pode criar, o transporte também de pássaros, e nós temos muitas pessoas no Estado de Rondônia, que têm essa prática de criar pássaros.

E aí, essa norma vai vir justamente para regulamentar e a nossa Sedam e os órgãos de fiscalização poderem, realmente, ter um critério definido em uma lei, para poderem fazer a sua fiscalização, multar, soltar, autorizar o que pode e o que não pode.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Tem a criação de alguma taxa aqui, deputado? Para que seja imposto ao criador ou ao produtor, qualquer forma de que acarrete o ônus na criação?

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Sim, a taxa, geralmente, é regulada pelo órgão que faz a fiscalização.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Mas aqui está criando ou regulamento?

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Não. Não está criando nenhuma taxa.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Em discussão, o parecer. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Deputado Delegado Camargo, abstenção.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Aprovado o parecer. Abstenção no parecer?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Também.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – **Aprovado o parecer com abstenção do Deputado Camargo.**

Em discussão e votação o Projeto de Lei 1133/2025, de autoria do Deputado Ezequiel Neiva. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Deputado Delegado Camargo, abstenção.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – **Aprovado o Projeto de Lei 1133/2025 por 18 deputados a favor, e 1 abstenção. Vai ao Expediente.**

A SRA. DRA. TAÍSSA - Senhor Presidente, devolvendo o projeto que eu estava fazendo a leitura.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Próxima

matéria, Senhor Secretário.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Presidente, então já vou retornar aqui a leitura do projeto que foi pedido a inversão da pauta:

- PROJETO DE LEI 1326/2026 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 43/2026. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças – Sefin, e crédito adicional especial por anulação e criação, em favor da unidade orçamentária Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo – Fease, até o valor de R\$ 5.930.938,76.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - A matéria já tem parecer, liberado o pedido de vista do Deputado Delegado Camargo. Vamos à discussão. Os deputados favoráveis, permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em discussão e votação, o Projeto de Lei 1326/2026, de autoria do Poder Executivo. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. **Está aprovado o Projeto de Lei 1326/2026. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 1252/2025 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 329. Institui o Programa Estadual de Inclusão Social para Catadores de Materiais Recicláveis, no âmbito do Estado de Rondônia.

Tinha pedido de informações e já foi respondido. Falta parecer.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – À matéria falta parecer. Solicito ao Deputado Luizinho Goebel. Já tinha solicitado antes, minha líder, para proceder ao parecer pela Comissão de Constituição e Justiça e demais Comissões pertinentes.

O SR. MARCELO CRUZ - Presidente, registra a minha presença, por favor.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Registrar a presença do Deputado Marcelo Cruz.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Aproveitar e registrar mais uma vez a presença aqui da nossa eficiente, querida vereadora de Espigão D'Oeste, Nádia Lagares, e também do seu esposo, bem-vindos a esta casa. E aí é um casal que é sinônimo de trabalho e respeito pela população, tanto de vocês com eles, quanto deles com vocês, que é a prova dos vários mandatos que exercem naquele poder legislativo.

Projeto de Lei 1252/2025, de autoria do Poder Executivo, que "Institui o Programa Estadual de Inclusão Social para Catadores de Materiais Recicláveis, no âmbito do Estado de Rondônia.

A matéria legal é constitucional e somos

de parecer favorável à aprovação da matéria pelas Comissões pertinentes.

Lembrando que essa matéria já foi várias vezes debatida, tinha pedido de informações e vista, e os parlamentares fizeram toda a análise. A matéria está apta a ser votada.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão, o parecer do nobre Deputado Luizinho Goebel.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Para discutir, Deputada Drª Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Na verdade, eu só me empresto, por gentileza.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Você vai discutir o parecer ou o projeto?

A SRA. DRA. TAÍSSA - O projeto.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Então, vamos só votar o parecer, enquanto você vai lendo aí.

Em discussão o parecer do Deputado Luizinho Goebel. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão, o Projeto de Lei 1252/2025. Para discutir, Deputada Drª Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Obrigada, Senhor Presidente.

Esse projeto aqui me alegra muito. Nós fizemos um Projeto de Lei idêntico a esse e mandamos daqui pela Assembleia Legislativa. E lá houve o veto do governo por uma questão de entender que a autoria seria do governo. E aí eu tenho a resposta exata que a gente não está aqui em vão. Quando o governo pega o nosso projeto idêntico e apresenta aqui para essa Casa, a gente fica muito feliz.

E aqui é para parabenizar mesmo, porque eu conheço a realidade dos catadores dentro do Estado de Rondônia, sei a dificuldade que é. A maioria deles não tem estrutura, não tem prensa, não tem barracão, não tem condições, e toda a população precisa do trabalho dos catadores. Desde o momento, Deputado Jean, que a gente faz um evento, desde o momento que a gente tira o simples lixo dentro da nossa casa.

A maioria dos lixões e dos presídios são distantes das cidades para justamente esconder as dificuldades, as mazelas, crianças que muitas vezes vão nos lixões a céu aberto em busca de alimentação. E esse projeto aqui, que eu quero parabenizar o governo de ter pegado o nosso projeto e apresentar de volta aqui para a Assembleia, é um motivo de dar dignidade para as pessoas, é um

motivo de regularizar a questão da reciclagem, de dar condições de vida para essas pessoas.

Nós, Presidente Deputado Laerte, que estamos aqui, a gente tem condições muito boas, uma estrutura maravilhosa. Agora, imagina essas pessoas no lixão, a céu aberto, sem cobertura, sem prensa, sem material, para poder ter a sobrevida de levar o sustento para a sua casa.

Então aqui eu quero dar os parabéns ao governo e tenho certeza que eu saio muito feliz de saber que todo o trabalho legislativo que a gente faz, uma hora ou outra dá certo. E aqui é o exemplo. Um projeto nosso que retorna agora, corrigindo a questão de autoria do governo, vai dar dignidade para as pessoas.

Por isso que eu já manifesto meu voto favorável e que nós possamos avançar nessa situação no Estado. E meu sonho é que o Estado de Rondônia ainda seja referência, como o Paraná é, como Santa Catarina é, como outros locais são em relação à reciclagem. Porque quem cuida do seu lixo, cuida da sua cidade. Muito obrigada, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Encerrada a discussão. Em votação o Projeto de Lei 1252/2025, de autoria do Poder Executivo. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

A SRA. CLAUDIA DE JESUS (Por videoconferência) – Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputada Cláudia de Jesus.

A SRA. CLAUDIA DE JESUS (Por videoconferência) – Eu passei batido aqui na proposta 1133, Projeto de Lei que foi votado, e eu gostaria de me abster, é possível?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Agora já encerrou a votação, minha nobre deputada. Já está nos Anais. Depois eu vou ver aqui com a câmara técnica o que é possível fazer.

A SRA. CLAUDIA DE JESUS (Por videoconferência) – Bom, deixo registrado então nos Anais e aí se for possível, gostaria...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Está bom, fica registrado nos Anais o voto contrário da Deputada Cláudia.  
Próxima matéria.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – PROJETO DE LEI 1324/2026 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 41/26. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças – Sefin, e crédito adicional suplementar

por anulação, em favor da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde – FES, até o valor de R\$ 4.066.000,00.

O projeto já tinha pedido de vista, Senhor Presidente, e já retornou.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - A matéria já tem parecer. Foi pedido de vista, e está liberado.

Em votação o parecer do Projeto de Lei 1324/2026. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em votação o Projeto de Lei 1324/2026, de autoria do Poder Executivo. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - Presidente, eu devolvo a vista do Projeto de Lei 1362/2026. Se Vossa Excelência, quiser incluir, para mim está liberado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Presidente, questão de ordem.

Nesta matéria, como ela está sendo colocada em pauta neste momento, nós temos um pedido de informação que está sendo confeccionado neste momento lá no meu gabinete. Após a chegada aqui, nós vamos colocar o pedido de informação.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Agora tem que ver com a parte técnica aqui, porque não foi lido no expediente. Vamos ver aqui como proceder.  
Próxima matéria, enquanto a assessoria técnica chega aqui.

O Deputado Alan Queiroz tirou o pedido de vista.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 1323/2026, DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 40/26. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças – Sefin, e crédito adicional suplementar por anulação, em favor da unidade orçamentária Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – DER/RO, até o valor de R\$ 24.100.000,00.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - A matéria já tem parecer.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Presidente, questão de ordem. Essa matéria também...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Tem que chamar a assessoria técnica aqui. Vamos atuar de acordo com o Regimento.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Então, essa matéria,

pelo que eu vejo aqui, teve um pedido de vista.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Presidente, só uma questão de ordem.

Essa matéria que está sendo discutida é o Projeto de Lei...

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Projeto de Lei 1323/2026, Deputado Jean Oliveira.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Projeto de Lei 1323/2026 de autoria do Poder Executivo? De R\$ 5 milhões para a Fease? Não, não é?

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Não. Esse aqui é um do DER, de R\$ 24.100.000,00. E, eu olhando aqui...

O SR. JEAN OLIVEIRA – Só peço, Presidente, verificar qual é a data que ele aportou na Casa. Só para saber.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deixa eu dar uma olhadinha aqui.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Veja se ele tem mais de 15 dias, por favor.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Este projeto aportou dia 24/03 na Casa.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Então já precluiu o pedido de informação, Deputado Luizinho Goebel. O senhor pode fazer, mas não tem efeito de obstrução. Não tem como sobrestar.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Sobre o Regimento Interno, só para colocar o que diz: o pedido de informação pode acontecer a qualquer tempo durante a Sessão, mas ele não tira o projeto de tramitação, não o sobresta, porque já está superado os 15 dias.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Então, gostaria de solicitar da Casa a informação de qual foi o dia em que ele foi cadastrado no sistema, para a gente poder ter o acesso.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - O projeto foi lido e as informações foram passadas, Deputado Luizinho Goebel. A leitura foi lida dia 24 de março de 2026.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Dia 24 de março, hoje...

O SR. JEAN OLIVEIRA – Dia 14, Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Já foram 20 dias. Vamos ter que dar sequência.

A matéria encontra-se sem parecer...

O SR. DELEGADO CAMARGO – Senhor Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Questão de ordem, Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Senhor Presidente, nobres deputados, gostaria apenas de trazer uma reflexão aos senhores aqui.

Estamos votando dois projetos para o DER. O primeiro deles, na ordem de R\$ 24.100.000,00, que é o Projeto de Lei 1323/2026, o qual havia um pedido de informações de minha autoria.

E, posteriormente, chegou agora à Casa, foi colocado para pauta para votação, um outro projeto em valor bem superior, quase 10 vezes mais, R\$ 252 milhões, ambos para o DER.

E a população que nos assiste deve ficar perguntando: para que esse dinheiro? Certamente para fazer manutenção nas rodovias estaduais, que estão precárias, colocando em risco a nossa população, o transporte de pessoas e de produtos.

Foi exatamente isso um dos objetos das perguntas que fiz no meu pedido de informações, quando perguntei ao Governo do Estado qual era a relação - uma pergunta simples, clara, básica -, até para saber como o dinheiro público está sendo aplicado, Deputado Luizinho Goebel: quais eram as rodovias que sofreriam as manutenções? Quais seriam os municípios que seriam beneficiados pelas transferências voluntárias do governo? Qual seria o valor previsto em cada RO, qual o prazo de execução?

E acreditem, não há qualquer planejamento nas respostas, estão aqui para os senhores verem. Então, eu repito, as respostas do governo demonstram total falta de planejamento, se limita a dizer que a Sepog não tem acesso aos processos administrativos do DER, essa é a resposta.

Então, senhores, eu não sei se vocês conseguem organizar as finanças das casas de vocês colocando dinheiro para onde ninguém sabe onde está. Fato é que esses valores que estão indo para o DER, nós não teremos posteriormente como fiscalizar, porque sequer sabemos para onde ele está indo.

Então, apenas para deixar claro aos senhores o que eu poderia fazer, foi feito, pedido de vista, informações, eu vou me abster de ambas as votações.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente. Questão de ordem.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - É em discussão o parecer do Deputado Eyder Brasil. Em discussão, já vou fazer a questão de ordem, só votar o parecer. Vocês estão entrando no mérito do projeto. No projeto pode ser. Em discussão o parecer do Deputado Eyder Brasil.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Para discutir,

Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Em discussão o parecer do Deputado Eyder Brasil. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permanecem como estão, os contrários se manifestem.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Não, Presidente, eu quero discutir.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Você quer discutir o parecer ou o projeto?

O SR. LUIZINHO GOEBEL - O parecer.

O SR. JEAN OLIVEIRA - O projeto, deputado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - O projeto, a gente faz tudo no seu tempo aqui.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Pode ser, pode ser no parecer.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Mas o parecer dele, o projeto aí é no projeto. Senão aqui a gente fica... Quem está nos ouvindo aqui...

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Eu vou discutir no parecer, porque vai emitir o parecer ainda.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Já foi emitido o parecer.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Mas o parecer já foi, deputado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Só um momentinho, Deputado Jean. Só um momentinho para a gente colocar aqui o ordenamento aqui. O parecer já foi dado. Já está sendo votado o parecer.

Aí vamos votar o parecer. Depois, nós vamos abrir a discussão do projeto, aí cabe o fundamento do projeto, das situações, aí é um direito de cada parlamentar e tem como você falar. A gente pode votar o parecer para depois poder, a gente dar sequência no projeto?

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Pode ser para discutir no projeto, Presidente, mas o senhor sabe que pode ser discutido o parecer também.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Não, pode também, mas vamos votar o parecer e Vossa Excelência vai ter o tempo necessário, vou lhe conceder, para discutir o projeto.

Em discursão, o parecer do nobre Deputado Eyder Brasil. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis, os permanecem como estão, os contrários se manifestem.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Deputado Camargo, abstenção.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - **Com 19 votos favoráveis e uma abstenção do Deputado Camargo, está aprovado o parecer.**

Agora, em discursão o Projeto de Lei 1323/2026. Deputado Jean pediu, o Deputado Luizinho Goebel. Esses dois vão se inscrever?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Eu também, deputado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputada Dra Taíssa. Mais algum deputado vai se inscrever? Vamos abrir a inscrição agora e vamos encerrar. Esses são os deputados que vão discutir? Então, para discutir o projeto o Deputado Jean Oliveira.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Presidente, de forma bem sucinta. Primeiro, o projeto que trata de R\$ 24,1 milhões, que é esse que está sendo discutido, trata de um superávit financeiro para o DER. Por isso, são R\$ 24,1 milhões, que vai oportunizar ao DER a se estruturar e firmar os convênios com os municípios já previamente acordados. Ponto.

Com relação ao valor de R\$ 252 milhões do Projeto de Lei 1362/2026 - só para explicar a fala do Deputado Delegado Camargo -, trata-se de uma autorização de abertura de crédito. É impossível que antes dessa fase, dessa etapa, se possa responder as devidas perguntas, porque somente depois da abertura do crédito é que é possível o Estado fazer qualquer organização, até então crédito é desconhecido. Nós autorizamos o Estado a contrair o empréstimo e está sendo a primeira parcela desse empréstimo, autorizado no ano de 2025. Pela primeira vez entrará o crédito, mas para isso tem que ser autorizado pela Assembleia, tão somente será possível fazer licitações e ter uma organização e um planejamento mais adequado.

Antes disso não tem como, Deputado Delegado Camargo, por conta da abertura de crédito. Antes disso não tem como. Já o outro, Deputado Luizinho, que é o de R\$ 24,1 milhões, esse trata-se de superávit financeiro.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Presidente, vou responder...

O SR. DELEGADO CAMARGO - Questão de ordem, só porque fui citado na fala do Deputado Jean.

**(Às 17 horas e 13 minutos, o Senhor Laerte Gomes passa a presidência ao Senhor Marcelo Cruz)**

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) - Com a palavra, com o pedido, Deputado Rodrigo Camargo.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Eu?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Só que eu fui

citado, deputado. É bem simples a minha resposta, Deputado Jean Oliveira.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Posso falar? Peço a gentileza...

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Eu estava na fala, na ordem da fala.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Eu nem ia me inscrever, eu só vou falar porque ele citou o meu nome.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Com a palavra, Deputado Rodrigo Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Deputado Jean, bom, eu não sei dentro de qual planejamento que o senhor entende ser impossível, só se for para a atual gestão. E por que eu lhe digo isso? Porque a abertura de um crédito adicional suplementar, para chegar num valor, seja lá 10, 20, 40, 50, 250 milhões, é feita uma planilha prévia de qual as ROs que necessitam de manutenção, qual a probabilidade de quantos quilômetros serão recapeados, ou feito um novo microrrevestimento. Ou seja, há uma planilha prévia, sim, até como forma de chegar a um valor. E é isso que não se encontra aqui. É isso o que eu pedi, até como forma de saber se, de fato, esse valor na qual se solicita a abertura de crédito adicional suplementar, se será destinado para esse destino ou não. O que não vem.

Portanto, Vossa Excelência está equivocado, há sim como fazer o planejamento, e deveria o governo instruir com os procedimentos necessários para melhor avaliação na hora da votação. Mas, eu vou me abster.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Eu me referi com relação a tempo. A tempo, que Vossa Excelência exigiu questões de tempo, de execução, não tem como.

O SR. MARCELO CRUZ (Presidente) – Com a palavra, Deputado Luizinho Goebel; e logo após a Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, quero começar falando do primeiro projeto de R\$ 24 milhões. Vou atender a voz das mulheres. Concedo a palavra.

**(Às 17 horas e 15 minutos, o Senhor Marcelo Cruz passa a presidência ao Senhor Laerte Gomes)**

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Só para falar, Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa, com a palavra. O Deputado Jean Oliveira já falou. Deputado Luizinho Goebel já usou a palavra, meu líder?

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Não. Vou usar.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Vai usar. Então, a Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa antes do Deputado

Luizinho.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Primeiramente, eu escutei aqui várias falas, principalmente do Presidente, que o Regimento tem que ser cumprido. Então, vamos lá cumprir o Regimento. O que o Regimento fala? Que o prazo para solicitar o pedido de informação de projeto será de 15 dias úteis, conforme o artigo 1º, que fala dos dias úteis, dos 7 dias.

Se pegar do dia 24, faz a soma comigo, que foi feita a leitura do projeto aqui nesta Casa, leu dia 24; 25, primeiro dia, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15; hoje é dia 14 de abril. O Deputado Luizinho Goebel está no prazo dele de pedir informação, não exclui o prazo dele e ele está com o Regimento garantido. É só olhar os artigos e fazer conta.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Então, sendo assim, se estiver dentro do prazo, quero que seja confirmado pela Assessoria.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – A matéria já passou do Expediente. Se leu dia 25 para o dia 14, eu acredito que essa conta não bate.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Mas são dias úteis, é só contar.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Não. É dias corridos.

A SRA. DRA. TAÍSSA - É não, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – É dia corrido. A matéria está para discutir o projeto. Só para colocar aqui, nós já passamos a fase, só para a gente colocar, porque fica até ruim isso aqui. A gente já passou a fase da discussão do parecer.

O projeto já está em votação. Se alguém quiser discutir o projeto, falar dos problemas das estradas, os problemas do DER, é um direito de cada um. Agora, discutir a tramitação, já passou o momento.

Deputado Luizinho, com a palavra, meu líder.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Então, primeiro eu quero falar do Projeto de Lei 1323/2026 do DER. E quero me dirigir logo ao Deputado Jean Oliveira, que é o líder do governo.

Primeiro, eu queria registrar aqui uma fala ao nosso Governador Coronel Marcos Rocha. Gostaria que o Coronel Marcos Rocha, que já tem praticamente sete anos e meio de governo, está indo para o encerramento do seu segundo mandato. E o tempo passou e nós podemos dizer que o governo teve poucos problemas, poucos escândalos.

Então, Governador, abra os olhos, porque pode ser que aconteça, no fechamento do seu governo, um dos maiores escândalos de Rondônia. Fique atento, Governador.

Tem gente, muita gente, fazendo muita coisa errada e que talvez o senhor não saiba. Vigie, porque senão essa fatura pode ficar para o senhor. Então, gostaria de, gentilmente, que essa fala chegasse ao nosso Governador do Estado de Rondônia Coronel Marcos Rocha.

Segundo, quando o Deputado Jean Oliveira, líder do governo, fala sobre esse projeto de R\$ 24 milhões para o DER, teve um pedido de vista e depois teve um pedido de informação. E o próprio líder do governo, o Deputado Jean, fala que esse recurso é para ser investido no DER e parte para transferências voluntárias.

Eu quero dizer que a própria resposta do Governo do Estado de Rondônia, através do DER, é que este recurso é para gestão de convênios e transferências voluntárias. Então, esse dinheiro não vai ficar para o DER. Esse dinheiro vai ser repassado a quem? Como? Por quê? Quanto e para quê? Talvez alguém saiba, menos os deputados desta Casa, a não ser que tenha algum deputado que saiba, mas não deixou escrever aqui, que eu até acho que pode acontecer.

Então, aqui está bem claro, está bem claro aqui, quando fala que adicionalmente, cumpre destacar que as tais despesas estão devidamente inseridas no programa de trabalho 11.025.26.122.2179.2428, de gestão de convênios e transferências voluntárias.

Então, não fica dúvida. Então, a sua fala, Deputado Jean, não é o que o senhor pensou, e não é, talvez, o que o senhor leu e leu equivocadamente o que está escrito aqui.

Esse é do projeto de R\$ 24 milhões. E o DER está precisando de dinheiro. Vamos lá. Agora, eu vou falar do segundo.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Não, depois que votar, nós já vamos. Só concluir isso aqui, Deputado Luizinho.

Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Deputado Delegado Camargo, abstenção.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Delegado Camargo, abstenção. **Com 19 votos favoráveis e uma abstenção, está aprovado o Projeto de Lei 1323/2026. Vai ao Expediente.**

O SR. DELEGADO CAMARGO – Questão de ordem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Questão de ordem, Deputado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Só para ver se eu entendi, Deputado Luizinho Goebel, como aqui é transferência voluntária, o senhor que nos assiste aqui, povo de Rondônia, transferência voluntária significa que

o governo vai escolher para qual município manda e para qual município que não manda o recurso.

Não há uma lista. Eu pedi. Quais municípios serão favorecidos? Aí nós vamos saber já quais os municípios que vão receber. Aqueles que irão apoiar o projeto político do governo atual e aqueles que não vão caminhar com o governo. É isso.

Nada mais é que utilizar de recursos públicos para mandar recurso para municípios que fazem parte do projeto de continuidade do governo e aqueles que não fazem. É o vale tudo por dinheiro. É isso que eu entendi.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Próxima matéria.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 1362/2026 DO PODER EXECUTIVO/ MENSAGEM 66/26. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por operação de crédito, até o valor de R\$ 252.536.159,59, em favor da unidade orçamentária Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transporte - DER/RO.

Presidente, já tem parecer da Deputada Rosângela Donadon, estava com o pedido de vista que foi devolvido.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Em discussão. Essa aqui é uma matéria que estava com o pedido de vista. Esse é o projeto do financiamento do DER. Esse tem um pedido.

Vou inverter a pauta, líder, tem um pedido de informação do Deputado Luizinho, como é que o Vossa Excelência se posiciona?

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, pedido de informação é pedido de informação. A gente tem que respeitar o Regimento. Eu tentei conversar com o Deputado Luizinho a importância desse projeto. É um financiamento que já foi aprovado por esta Casa.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Já foi retirado, deputado, esses esclarecimentos de Vossa Excelência, já começaram esse superendividamento que fizeram desse empréstimo?

O SR. JEAN OLIVEIRA – Não, começou. Essa é a primeira parcela.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Só um momento aqui, por favor. Eu não gostaria que nessa Sessão, quando um deputado estiver se pronunciando, outro entrasse. Não vou permitir isso. Cada um, eu dou aparte para quem quiser discutir. Não tem problema. Respeitando cada um. O deputado Jean fala, depois o Deputado Camargo está escrito para falar sobre isso.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - E eu na ordem, Presidente, por favor.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – E o Deputado Luizinho, pronto. Eu só gostaria de respeito quando o colega estivesse falando.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, então, voltando a falar, esse foi um projeto que já foi aprovado pela Casa, no ano passado, se discutiu muito a elaboração dos projetos foi discutido alguns projetos, foi refeito outros. Esses do DER trata-se sobre a malha viária do Estado, especialmente aquelas as faltadas que estão deterioradas.

E aqui eu cito o exemplo da RO-010 que é maior rodovia do Estado e nós temos a 383, rodovias que não cabem mais operação tapa buraco não tem mais condições. A única expectativa é de investimento de construção de uma nova malha viária uma restauração completa. E é com esse recurso que nós vamos poder fazer isso.

Então, nós vamos atender cerca de, só esse que eu estou falando, cerca de 20 municípios, em duas rodovias, a 383 e a 010, sem contar outras mais rodovias. Nós temos esse projeto do DER e nós temos outro projeto do Seosp, que também visa operação de crédito.

Tudo isso embasado em uma lei já aprovada há quase um ano aqui na Casa.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Camargo.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Presidente, gostaria de falar.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Depois o Deputado Luizinho, depois o Deputado Ezequiel.

O SR. PEDRO FERNANDES – Depois o Deputado Pedro, por favor.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Depois o Deputado Pedro. Estamos discutindo a questão de ordem. Vamos permitir.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Apenas para pegar no gancho na fala do líder do governo, o Deputado Jean. Vossa Excelência sabe informar a população do Estado de Rondônia desse empréstimo de aproximadamente um bilhão de reais. Já foi recebida alguma parcela pelo governo do Estado?

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Essa é a primeira.

O SR. JEAN MENDONÇA - Essa é a primeira parcela que totaliza aproximadamente 400 milhões.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Então, o governo já botou a mão no dinheiro nesse momento?

O SR. JEAN OLIVEIRA – Não. Nós precisamos

fazer a abertura de crédito, deputado. O senhor sabe como é que funciona, não é?

O SR. DELEGADO CAMARGO – Não, não. Apenas para o senhor explicar a população.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Precisa abrir o crédito para a gente utilizar o dinheiro. Aí a gente vai contratar para vir esse recurso, que já está autorizado pela Assembleia Legislativa.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Com o meu voto contra, registre-se.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Ezequiel Neiva.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Senhor Presidente, só para falar da importância dessa abertura de crédito. Nós estamos com as nossas rodovias em péssimas condições. Nós estamos finalizando uma temporada de chuva e já estamos para dois anos praticamente que a grande maioria das nossas rodovias não recebe a recuperação adequada. E esse recurso é justamente para isso, para recuperar as nossas rodovias que já estão muito danificadas. O material já vem se decompondo, já vem se desagregando, e o Estado precisa urgentemente, porque se ele não recuperar essas rodovias agora, se for esperar mais uma temporada de chuva, boa parte delas terão que ser feitas 100% na sua totalidade.

E com esse recurso a gente consegue salvá-las, fazendo um microrrevestimento fazendo um recapeamento, isso é muito importante para o Estado. Gostaria de pedir, a Vossa Excelência e ao nobre deputado, colega Deputado Camargo, que esse recurso é importantíssimo para que o DER consiga fazer a recuperação da nossa malha viária asfaltada.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Pedro?

O SR. EYDER BRASIL - Questão de ordem, presidente.

O SR. PEDRO FERNANDES -Só para reforçar aqui a fala do Deputado Ezequiel, nós estamos desde o início do mandato nosso aqui, desde o ano 2023, tentando aprovar esse financiamento e cada vez que a gente demora, o povo nosso sofre. As nossas ROs do Vale do Jamari, a 257, nós temos 30 quilômetros ali, que dá sentido Machadinho. Temos a RO que dá acesso ao município de Alto Paraíso, ao município de Rio Crespo, ao município de Cujubim, e eu sempre venho defendendo esse financiamento, desde o dia que ele aportou nessa Casa, porque isso aí é a mesma coisa.

Um pai de família, vamos dizer que ele ganha R\$ 2 mil por mês e queima a geladeira na casa dele. E ele precisa comprar uma geladeira nova para a família dele, para dar um benefício. Ele vai lá financiar. É melhor

ele financiar porque ele não vai comprometer todo o orçamento dele.

A gente sabe que para recuperar essas ROs é só através do financiamento. O Estado não consegue, com recurso próprio, fazer o serviço. Quem tem uma fazenda faz financiamento para recuperação de pastos, recuperação de pastagem, curral. É a mesma coisa do Estado. O governo tem essa capacidade de endividamento, tem condições de fazer esse serviço. Isso aí vai beneficiar o escoamento da produção, vai recuperar para a gente não perder a base desses asfaltos que foram construídos. Então, a gente sabe da importância, por isso que a gente pede aqui aos nossos parlamentares, vamos, ainda dá tempo da gente, porque essa fase agora é autorizar.

Depois, isso é liberado por medição, isso é igual a convênio, esse recurso. Conforme o governo vai fazendo, vai liberando os repasses para pagamento das empresas que ganharem o contrato. É igual na prefeitura, isso aí não é de qualquer jeito ir lá e pegar o dinheiro, pôr na conta do governo. Não é feito dessa forma. Isso aí tem... a gente vai fiscalizar também, os órgãos de controle vão acompanhar, tribunal de contas.

Então, é muito burocrático e nós precisamos urgente que o governo, pelo menos, consiga licitar ainda essa obra e, pelo menos, dar ordem de serviço esse ano.

A SRA. LUIZINHO GOEBEL – Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Eyder Brasil.

O SR. EYDER BRASIL - Presidente, agradeço a oportunidade de falar acerca do assunto. Ontem estive com a Deputada Cláudia Jesus, participando da audiência da CPI do Leite, na cidade de Alvorada D'Oeste. E, mais uma vez, transitando pelas nossas ROs a gente percebe, Deputado Laerte, as péssimas condições que o longo, o passar dos anos com as chuvas tem feito com as nossas estradas.

Então, só realmente quem percorre as nossas ROs sabe da grande necessidade de que todos, do que a grande maioria dos deputados estão falando aqui, sejam eles da base ou sejam os da oposição. Nós temos que ver aqui, não é "sou amiguinho do governador ou sou inimigo, adversário do governador?" Não, a gente tem que pensar na população. Eu fui ontem até a cidade de Alvorada. Imagine quem precisa trafegar todos os dias pelas nossas ROs.

Então é injusto a gente ter aprovado o ano passado um recurso para melhorar as nossas estradas, as condições de trafegabilidade das nossas ROs, e agora quando de fato nós criamos uma expectativa na cabeça dos rondonienses, agora nós travamos a execução da manutenção dessas Ros é injusto com a população rondoniense.

Então, quem realmente pensa no povo rondoniense, quem realmente representa e quer o bem do povo rondoniense, não pode ser contra a autorização

da execução dessas obras, desse serviço, do avançar da nossa população.

E nós trabalhávamos ontem a questão do preço do leite, nós estamos investigando na CPI do Leite, a precificação do leite em Rondônia, e um dos fatores e um dos parâmetros que é verificado é a questão do transporte, da chegada, do escoamento da produção do leite. Então, assim como é a cadeia do leite, é a cadeia de outros royalties, é a cadeia de outros produtos, é a cadeia do que faz mover a economia rondoniense.

Então, o Estado de Rondônia é um Estado autossustentável, para a glória de Deus, que na pandemia foi um dos poucos Estados que se manteve no azul, pelas bênçãos de nosso Deus. Mas nós precisamos, enquanto Parlamento, enquanto representante do povo, dar condições de que o Estado, que o Poder Executivo, faça as obras necessárias para que o nosso Estado continue avançando, para que os nossos produtores continuem escoando suas produções.

E eu fico aqui, realmente nessa expectativa de pautarmos esse projeto, Presidente, e de darmos condições de o povo rondoniense ser, realmente, valorizado e atendido.

Obrigado, Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Questão de ordem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Questão de ordem, Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Presidente, quero aproveitar a fala aqui do nosso colega Deputado Pedro Fernandes. Acho que o Pedro Fernandes e o Deputado Eyder Brasil colocaram muito bem a situação das nossas rodovias estaduais.

Mas eu não sei se eu entendi mal ou se os deputados se expressaram mal. Primeiro, quero dizer o seguinte: nós aprovamos o projeto. Nós aprovamos. Eu acho que, sem exceção, os deputados aprovaram o projeto.

Então, vou falar de mim: eu aprovei o projeto, eu votei "sim" para que o Estado contraísse esse financiamento. Só que, quando nós votamos isso, foi falado o seguinte: "Após votado e aprovado o crédito, vamos fazer um planejamento do que nós vamos executar". Tem algum deputado aqui que conteste essa fala ou essa justificativa? Se tiver, eu gostaria que me contestasse.

Se não contestar, fica valendo o que eu estou falando, porque a gente pode puxar nos Anais desta Casa, onde estará registrado. E nós votamos o financiamento.

O Deputado Delegado Camargo está se manifestando que votou contra. Então, acho que foi um voto contra.

A questão da recuperação das estradas, todos os pares aqui sabem que realmente precisam de reparos e manutenções, precisa. E eu também sei muito bem, porque já trabalhei com estrada, conheço de estrada,

gosto da estrada e sei a importância que ela tem. Então, também não vou discutir isso, porque é o que eu também penso e acho.

O terceiro ponto é que nós estamos com o cheque em branco aqui. É um cheque de R\$ 252.536.159,59. O povo nos deu essa caneta aqui através do voto, e nós vamos assinar esse cheque.

Agora, os deputados que estão aqui afirmam que o recurso que estamos votando é para recuperar a estrada, fazer tapa-buraco. Se tiver algum deputado aqui que tenha essa certeza, gostaria que se manifestasse. Eu acho que não há, porque na matéria não tem escrito isso.

Aqui na matéria, eu vou ler o que está escrito. Está escrito o seguinte: Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte - DER, R\$ 252.536.159,59.

Gerenciar recursos de convênios. Vamos fazer algum repasse, alguma contrapartida. Enfim, R\$ 4.398.000,00. Certo? Tranquilo, está justificado. Seria bom a gente saber quais são esses convênios. Mas, em uma cifra de R\$ 252 536 milhões, R\$ 4.398.000,00, eu acredito que não teria problema.

Depois vem aqui e fala o seguinte: Realizar infraestrutura da malha viária, no valor R\$ 197.296.183,16.

Logo à frente: Realizar infraestrutura através de obras de arte na malha viária. Beleza, é para recuperar a estrada e fazer obra de arte.

Agora, vou retomar a fala do Deputado Eyder Brasil, que falou que estava em Alvorada D'Oeste e passou por uma rodovia estadual que está um caos. Deve ser a RO-473 ou Rodovia João Suruí, que é o trecho que liga BR-364 até a capa zero, conhecida como Linha 52, que eu trabalhei nela, inclusive, desde a recuperação até a pavimentação.

Mas nós não temos a certeza. Eu não tenho como afirmar para a população de Teixeiraópolis, Urupá e Alvorada D'Oeste, que essa estrada será recuperada com os R\$ 252.536.159,59.

Então, na verdade, aqui ninguém é contra, e ninguém é contra o governo. Pelo contrário, se tem alguém que está votando tudo a favor do governo, sou eu. Eu não sou contra governador nem governo.

Agora, eu tenho o direito de contestar algumas coisas que eu tenho dúvida. O que eu quero saber é o seguinte: com esses R\$ 252 milhões, o que será feito? Para quem? Onde? Quando? Como e por quê? É justo eu saber.

Então, eu fiz um requerimento de informação, Presidente, e assim que esse requerimento chegar, eu vou ler, e se eu entender que a justificativa é boa, nós vamos votar, porque é necessário sim que a gente melhore a malha viária, é necessário que a gente faça mais pontes, e nós somos favoráveis, tanto que a prova é que nós aprovamos o financiamento. Nós aprovamos o financiamento. Então, era só essa a justificativa, que eu queria passar.

O SR. MARCELO CRUZ - Presidente, questão de

ordem.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Questão de ordem ao Deputado Marcelo Cruz.

O SR. MARCELO CRUZ - Deputado Luizinho, você que, Vossa Excelência, que foi diretor do DER, entende muito de estrada.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Residente ele foi, deputado.

O SR. MARCELO CRUZ - Residente. Eita! O deputado Luizinho Goebel, por favor! Eu gostaria que a Vossa Excelência tirasse...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Aí é uma briga de patente aqui.

O SR. MARCELO CRUZ - Foi um excelente residente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Trabalhou muito no município de Alvorada.

O SR. MARCELO CRUZ - Desculpa, futuro deputado federal e ex-diretor do DER. Foi residente. E só ressaltando que residente trabalha muito mais do que diretor, viu? Muitas das vezes.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Não, não é bem assim. O diretor cuida de todo mundo. O residente cuida de uma residência.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Deputado Marcelo.

O SR. MARCELO CRUZ - Obrigado, Presidente. Só para tirar uma dúvida, eu não participei ativamente da questão do financiamento, mas, se eu não me engano, inclusive eu estive com o Eder perguntando e tirando algumas dúvidas, se esse recurso do financiamento era para as estradas vicinais, se poderia mandar para as prefeituras. E, se eu não me engano, esse recurso não pode ser enviado para a prefeitura e tem que ser execução direta do próprio DER. E aí, Vossa Excelência perguntou agora há pouco se o projeto está escrito, se é para tapa-buraco ou se não é, não é isso?

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Não, quais seriam as obras a serem executadas e o valor das obras. Só isso.

O SR. MARCELO CRUZ - Ah, beleza. Só isso. Obrigado, obrigado, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Obrigado, eu vou conceder o pedido de informação ao Deputado Luizinho Goebel. E o Deputado Luizinho Goebel solicita ao DER, tenho certeza que chegando essa semana, o

Deputado Luizinho Goebel na próxima sessão...

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Exatamente isso, eu só quero, Presidente, contribuir, eu quero ajudar. Eu quero ajudar.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. MARCELO CRUZ - Senhor Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Questão de ordem ao Deputado Marcelo Cruz.

O SR. MARCELO CRUZ - Fazer uma pergunta para a Vossa Excelência, já olhando aqui para você, eu quero parabenizá-lo pela condução aqui dessa Sessão. A gente já teve muitos projetos que foram votados aqui nessa Casa e teve muitos parlamentares que tiveram dúvidas e o Deputado Luizinho Goebel, ele está com algumas dúvidas. Será que não era possível, Vossa Excelência, convidar o Diretor do DER hoje ou amanhã? Porque eu não sei se é só escrito ou pode também ser dialogado, conversado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Eu até conversei já aqui com o Diretor do DER, estava falando com ele, ele já se propôs chegando, pedindo informação, na mesma hora respondeu, encaminhar a planilha para a gente poder avançar nessa matéria, que é muito importante. A gente correr contra o prazo para o Estado poder licitar essas obras tão importantes, que o dinheiro já está na conta, o juro está correndo, tem que executar as obras.

O SR. MARCELO CRUZ - Eu só estou preocupado porque a gente não pode esconder o sol com a peneira, porque a gente está em reeleição, e onde a gente chega em rádio, onde a gente chega na comunidade, o povo cobra. Então, é por isso que eu estou aqui manifestando, inclusive, para depois publicar na minha rede social.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Parabéns, deputado.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Só para deixar um adendo aqui, eu não quis de maneira alguma diminuir o Deputado Luizinho Goebel, foi um dos melhores residentes que o Estado já teve.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Fala a verdade.

O SR. ALAN QUEIROZ - Trabalhou muito, fez um excelente trabalho. Só quis dizer que o diretor realmente é o diretor, são 18, 15 residências, são mais quatro usinas, as atribuições são muito maiores.

Mas, eu quero deixar clara aqui uma situação. Na semana passada, os insumos asfálticos tiveram um

acréscimo, pela alta do petróleo, de 36%. Então, tudo que esse dinheiro ia fazer, a partir de semana passada, ele só vai conseguir fazer 36% a menos pelo custo do petróleo e do material asfáltico. Ou seja, quanto mais tempo nós passarmos, menos estrada a gente vai conseguir.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Mas eu preciso, deputado, e o Deputado Luizinho foi um bom residente eu dei um apoio para ele na época, eu nem político era. O deputado Luizinho a gente precisa entender, o Regimento proporciona isso a qualquer tempo na Sessão - se tivesse passado a Sessão não poderia. E a gente, como o próprio líder se manifestou, a gente precisa cumprir o Regimento. É uma condição que o deputado tem como parlamentar desta Casa, colega nosso.

Dentro do Regimento, ele tem essa prerrogativa e a gente precisa respeitar o Regimento e atender o deputado dentro daquilo que é regimental do seu pedido.

O SR. ALAN QUEIROZ - Presidente, quanto a isso, sem dúvida.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Agora o Deputado Luizinho já se propôs aqui, Deputado Jean Oliveira, chegando o pedido informação, já liberar o projeto, que é regimental também, e o Presidente Alex, ou se não, se o Presidente Alex ainda estiver enfermo, a gente pode convocar uma Sessão Extraordinária essa semana ainda e definir essa matéria.

Próxima matéria.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Jean Oliveira.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Aproveitar o ensejo da sua fala, que é muito pertinente dada a urgência, a necessidade, nós estamos entrando agora num período que o clima está diferente dos últimos tempos. Tem momentos que nós temos mais seca, tem momentos que nós temos mais período chuvoso. Esse ano tem sido um ano de período com muitas chuvas. As chuvas deterioraram muito os asfaltos.

É muito importante que a gente aproveite esse momento, que está chegando a estiagem, e fazer essas obras. E precisa da autorização dessa lei, da abertura do crédito, para que se possa formular os processos de licitação e assim por diante. Então, é muito importante que, assim que respondido, a gente possa abrir uma Sessão Extraordinária e colocar em votação esse projeto. É muito importante, Presidente.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Pela ordem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Pela ordem,

nobre deputada.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Obrigada. Só para lembrar, eu acho que o Deputado Luizinho falou algo muito importante. Essa autorização foi bem discutida aqui, demorou, foi aprovada. Em todos os momentos a gente escutou em bom som que depois isso ia ser discutido com todos os parlamentares.

Eu sou uma parlamentar que tem dúvida também, porque em nenhum momento teve nenhuma reunião comigo em relação às rodovias, aos locais, até porque na minha região também eu tenho diversas necessidades. Então, eu também tenho dúvida.

Acho que precisa do DER reunir, se já reuniu com alguns, reunir com os demais parlamentares para ser discutida e alinhar, para que essa situação, durante as votações, possa percorrer e automaticamente aprovação, porque se continuar vai vir aí pedido de informações de outros colegas, porque a gente, infelizmente, tem dúvida.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 1329/2026 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 46/26. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Finanças — Sefin, e crédito adicional suplementar por anulação, em favor da unidade orçamentária Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa — Fapero, até o valor de R\$ 10.000.000,00.

Tinha pedido de vista, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - A matéria já foi vencida, expirado o pedido de vista. Então vamos à votação do parecer. Os deputados favoráveis ao parecer do Deputado Eyder Brasil permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em votação o Projeto de Lei 1329/2026, de autoria do Poder Executivo. Em votação. Em discussão. Não havendo, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Deputado Camargo, abstenção.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – **Aprovado, com abstenção do Deputado Camargo.**

Próxima matéria.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 1319/2026 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 31/26. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial por anulação, até o valor de R\$ 9.560.294,49, em favor da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde — FES.

Falta parecer.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - A matéria encontra-se sem parecer. Solicito ao Deputado Jean Mendonça para proceder ao parecer pela Comissão de Constituição e Justiça e Redação e demais Comissões pertinentes.

O SR. JEAN MENDONÇA - Projeto de Lei 1319/2026, autor Poder Executivo, Mensagem 31, cuja Ementa "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial por anulação, até o valor de R\$ 9.560.294,49, em favor da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde — FES."

Esse projeto também encontra-se dentro das técnicas regimentais, constitucionais e legais. E nós somos de parecer favorável pelas Comissões pertinentes, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Em discussão o parecer do nobre Deputado Jean Mendonça. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão e votação única o Projeto de Lei 1319/2026, de autoria do Poder Executivo. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 1261/2026 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 4/26. Autoriza o Poder Executivo a permutar imóvel com a Associação de Assistência à Cultura na Amazônia Moacyr Grechi — Aascam e dá outras providências.

No projeto consta uma Emenda, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - A matéria já está com parecer e com a Emenda. Emenda do Deputado Delegado Camargo. O parecer do Deputado Cirone Deiró acata a Emenda. Em discussão o parecer do Deputado Cirone Deiró, com Emenda. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer com Emenda.**

O SR. DELEGADO CAMARGO - Questão de ordem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Para o projeto?

O SR. DELEGADO CAMARGO - Sim, só um momento.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Em discussão o Projeto de Lei 1261/2026, de autoria do Poder Executivo. Para discutir, nobre Deputado Delegado

Camargo.

Encerrada a questão de ordem. Em votação o Projeto de Lei 1261/2026, com Emenda. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o Projeto de Lei 1261/2026, com Emenda. Vai ao Expediente.**

É uma permuta, não é uma doação. Só para deixar claro aqui que é uma permuta. E havia uma dúvida aqui pela legislação eleitoral, a questão de ano eleitoral, doação, mas não é doação, está, deputado? É uma permuta.

Próxima matéria, Senhor Presidente.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – Projetos de Decretos Legislativos, em bloco, todos do Deputado Delegado Lucas.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Ribeiro, faz favor aqui na Presidência, desta Sessão.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 1372/2026 DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS. Revoga o Decreto Legislativo 3.244, de 4 de março de 2026.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 1379/2026 DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS. Concede Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor Victor Paiva, pelas suas relevantes contribuições para o fortalecimento do agronegócio, do associativismo, do cooperativismo e do desenvolvimento econômico no Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 1380/2026 DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS. Concede Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Delegado Marcos Vinicius Alves e Silva Filho (Diretor da DECCO), em reconhecimento às contribuições relevantes prestadas à segurança pública, especialmente no desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas ao combate à criminalidade, no âmbito do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 1381/2026 DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS. Concede Título Honorífico de Honra ao Mérito à Senhora Marta Hilário Passarelli, em reconhecimento à sua trajetória ao compromisso com a educação e às suas relevantes contribuições ao Estado de Rondônia.

- Renato William Puttin, Projeto de Decreto Legislativo 1384/2026;

- Vânio Dalla Vecchia Marques, Projeto de Decreto Legislativo 1385/2026;

- Lucas Luiz de Cristo Teixeira (Lucas Da 50), Projeto de Decreto Legislativo 1386/2026;

- Maria Izabel Pereira, Projeto de Decreto Legislativo 1387/2026;

- Lúcia Salete Pedrotti Rosso, Projeto de Decreto Legislativo 1388/2026;

- Jair Rover, Projeto de Decreto Legislativo 1373/2026;

- Eniel Miranda de Souza, Projeto de Decreto Legislativo 1374/2026;

- Amauri Eugenio Passarelli, Projeto de Decreto Legislativo 1375/2026.

- PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS. Concede Título Honorífico de Honra ao Mérito aos seguintes senhores (vereadores do município de Buritys), em reconhecimentos às relevantes contribuições prestadas ao Estado de Rondônia:

- Renato Leitão dos Santos, Projeto de Decreto Legislativo 1389/2026;

- Ueder Rodrigues Ferreira, Projeto de Decreto Legislativo 1376/2026;

- José Lopes da Silva Neto, Projeto de Decreto Legislativo 1377/2026;

- Gilberto Aparício, Projeto de Decreto Legislativo 1378/2026;

- Ivan Carlos Dutra, Projeto de Decreto Legislativo 1383/2026;

- Juliana Cibelly dos Santos, Projeto de Decreto Legislativo 1382/2026.

- PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS. Concede Medalha de Mérito Legislativo aos seguintes senhores, em reconhecimento às contribuições relevantes prestadas ao Estado de Rondônia:

- CB QPPM Wellington Moreira (Pelotão Cavalão de Aço – BPTRAN), Projeto de Decreto Legislativo 1403/2026;

- 3º SGT QPPM Paulo Moreira de Souza (Pelotão Cavalão de Aço – BPTRAN), Projeto de Decreto Legislativo 1402/2026;

- 3º STG QPPM Jhoni Vieira Novais (Pelotão Cavalão de Aço - BPTRAN), Projeto de Decreto Legislativo 1400/2026;

- 3º SGT QPPM Solivan Moraes Nascimento (Pelotão Cavalão de Aço - BPTRAN), Projeto de Decreto Legislativo 1392/2026;

- 3º SGT QPPM Marcelo Souza de Campo (Pelotão Cavalão de Aço - BPTRAN), Projeto de Decreto Legislativo 1391/2026;

- 2º SGT QPPM Lindomar Prestes da Gama (Pelotão Cavalão de Aço - BPTRAN), Projeto de Decreto Legislativo 1390/2026;

- 3º SGT QPPM João Pereira Rodrigues Júnior (Pelotão Cavalão de Aço – BPTRAN), Projeto de Decreto Legislativo 1399/2026;

- 2º SGT QPPM Gerson Silva Galvão (Pelotão Cavalão de Aço – BPTRAN), Projeto de Decreto Legislativo 1401/2026;

- 3º SGT QPPM Ewerton Simionato Paz (Pelotão Cavalão de Aço – BPTRAN), Projeto de Decreto Legislativo 1398/2026;

- 2º SGT QPPM Helry Sampaio Assunção (Pelotão Cavalão de Aço – BPTRAN), Projeto de Decreto Legislativo 1397/2026;

- 3º SGT QPPM Helisson Plácido de Brito (Pelotão

Cavalo de Aço – BPTRAN), Projeto de Decreto Legislativo 1396/2026;

- 3º SGT QPPM Fagner Sabino da Costa (Pelotão Cavalo de Aço – BPTRAN), Projeto de Decreto Legislativo 1395/2026;

- CB QPPM Alan Vitor Braga Dias (Pelotão Cavalo de Aço/BPTRAN), Projeto de Decreto Legislativo 1394/2026;

- CB QPPM Eremilson Santos De Oliveira (Pelotão de cavalo de Aço/BPTRAN), Projeto de Decreto Legislativo 1393/2026.

Lido, Senhor Presidente, em bloco. Posso também dar o parecer em bloco.

**(Às 17 horas e 54 minutos, o Senhor Laerte Gomes passa a presidência ao Senhor Ribeiro do Sinpol)**

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Positivo, obrigado. Por gentileza, nobre Deputado Jean Mendonça, para dar o parecer em bloco.

O SR. JEAN MENDONÇA – Trata-se dos seguintes projetos do Deputado Lucas:

- Projeto de Decreto Legislativo 1372/2026, que "Revoga o Decreto Legislativo 3.244, de 4 de março de 2026.";

- Projeto de Decreto Legislativo 1379/2026, que "Concede Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Senhor Víctor Paiva, pelas suas relevantes contribuições para o fortalecimento do agronegócio, do associativismo, do cooperativismo e do desenvolvimento econômico no Estado de Rondônia.";

- Projeto de Decreto Legislativo 1380/2026, que "Concede Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Delegado Marcos Vinicius Alves e Silva Filho (Diretor da DECCO), em reconhecimento às contribuições relevantes prestadas à segurança pública, especialmente no desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas ao combate à criminalidade, no âmbito do Estado de Rondônia.";

- Projeto de Decreto Legislativo 1381/2026, que "Concede Título Honorífico de Honra ao Mérito à Senhora Marta Hilário Passarelli, em reconhecimento à sua trajetória ao compromisso com a educação e às suas relevantes contribuições ao Estado de Rondônia.";

- Projetos de Decreto Legislativo, que "Concede Título Honorífico de Honra ao Mérito aos seguintes senhores, em reconhecimentos às relevantes contribuições prestadas ao Estado de Rondônia:

- Renato William Puttin, Projeto de Decreto Legislativo 1384/2026;

- Vânio Dalla Vecchia Marques, Projeto de Decreto Legislativo 1385/2026;

- Lucas Luiz de Cristo Teixeira (Lucas Da 50), Projeto de Decreto Legislativo 1386/2026;

- Maria Izabel Pereira, Projeto de Decreto Legislativo 1387/2026;

- Lúcia Salete Pedrotti Rosso, Projeto de Decreto Legislativo 1388/2026;

- Jair Rover, Projeto de Decreto Legislativo

1373/2026;

- Eniel Miranda de Souza, Projeto de Decreto Legislativo 1374/2026;

- Amauri Eugenio Passareli, Projeto de Decreto Legislativo 1375/2026.".

- Projetos de Decreto Legislativo, que "Concede Título Honorífico de Honra ao Mérito aos seguintes senhores (vereadores do município de Buritis), em reconhecimentos às relevantes contribuições prestadas ao Estado de Rondônia:

- Renato Leitão dos Santos, Projeto de Decreto Legislativo 1389/2026;

- Ueder Rodrigues Ferreira, Projeto de Decreto Legislativo 1376/2026;

- José Lopes da Silva Neto, Projeto de Decreto Legislativo 1377/2026;

- Gilberto Aparício, Projeto de Decreto Legislativo 1378/2026;

- Ivan Carlos Dutra, Projeto de Decreto Legislativo 1383/2026;

- Juliana Cibelly dos Santos, Projeto de Decreto Legislativo 1382/2026.".

- Projetos de Decreto Legislativo, que "Concede Medalha de Mérito Legislativo aos seguintes senhores, em reconhecimento às contribuições relevantes prestadas ao Estado de Rondônia:

- CB QPPM Wellington Moreira (Pelotão Cavalo de Aço – BPTRAN), Projeto de Decreto Legislativo 1403/2026;

- 3º SGT QPPM Paulo Moreira de Souza (Pelotão Cavalo de Aço – BPTRAN), Projeto de Decreto Legislativo 1402/2026;

- 3º STG QPPM Jhoni Vieira Novais (Pelotão Cavalo de Aço - BPTRAN), Projeto de Decreto Legislativo 1400/2026;

- 3º SGT QPPM Solivan Moraes Nascimento (Pelotão Cavalo de Aço - BPTRAN), Projeto de Decreto Legislativo 1392/2026;

- 3º SGT QPPM Marcelo Souza de Campo (Pelotão Cavalo de Aço - BPTRAN), Projeto de Decreto Legislativo 1391/2026;

- 2º SGT QPPM Lindomar Prestes da Gama (Pelotão Cavalo de Aço - BPTRAN), Projeto de Decreto Legislativo 1390/2026;

- 3º SGT QPPM João Pereira Rodrigues Júnior (Pelotão Cavalo de Aço – BPTRAN), Projeto de Decreto Legislativo 1399/2026;

- 2º SGT QPPM Gerson Silva Galvão (Pelotão Cavalo de Aço – BPTRAN), Projeto de Decreto Legislativo 1401/2026;

- 3º SGT QPPM Ewerton Simionato Paz (Pelotão Cavalo de Aço – BPTRAN), Projeto de Decreto Legislativo 1398/2026;

- 2º SGT QPPM Helry Sampaio Assunção (Pelotão Cavalo de Aço – BPTRAN), Projeto de Decreto Legislativo 1397/2026;

- 3º SGT QPPM Helisson Plácido de Brito (Pelotão Cavalo de Aço – BPTRAN), Projeto de Decreto Legislativo 1396/2026;

- 3º SGT QPPM Fagner Sabino da Costa (Pelotão Cavalos de Aço – BPTRAN), Projeto de Decreto Legislativo 1395/2026;

- CB QPPM Alan Vitor Braga Dias (Pelotão Cavalos de Aço/BPTRAN), Projeto de Decreto Legislativo 1394/2026;

- CB QPPM Eremilson Santos De Oliveira (Pelotão de Cavalos de Aço/BPTRAN), Projeto de Decreto Legislativo 1393/2026.”

Senhor Presidente, todos os projetos encontram-se dentro das técnicas regimentais, constitucionais e legais e essa Comissão é de parecer favorável a todos.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Em discussão, o parecer em bloco. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer em bloco.**

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Projetos de Decreto Legislativo 1372/2026, 1373/2026, 1374/2026, 1375/2026, 1376/2026, 1377/2026, 1378/2026, 1379/2026, 1380/2026, 1381/2026, 1382/2026, 1383/2026, 1384/2026, 1385/2026, 1386/2026, 1387/2026, 1388/2026, 1389/2026, 1390/2026, 1391/2026, 1392/2026, 1393/2026, 1394/2026, 1395/2026, 1396/2026, 1397/2026, 1398/2026, 1399/2026, 1400/2026, 1401/2026, 1402/2026 e 1403/2026 em turno único de discussão e votação em bloco. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovados. Vão ao Expediente.**

Próxima matéria, por gentileza, Senhor Secretário.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 1358/2026 DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Concede Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao senhor Davi Machado de Alencar, Diretor Executivo da Secretaria de Estado de SEPAT, de Patrimônio e Regularização Fundiária — SEPAT, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 1359/2026 DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Concede Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao Senhor David Inácio dos Santos Filho, Secretário da Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária – SEPAT, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Lido, Senhor Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Por gentileza, solicito ao nobre Deputado Luizinho Goebel para dar o parecer em bloco.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Projeto de Decreto Legislativo 1358/2026, de autoria da Deputada Drª

Taíssa, que “Concede Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao senhor Davi Machado de Alencar, Diretor Executivo da Secretaria de Estado de SEPAT, de Patrimônio e Regularização Fundiária — SEPAT, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.”;

- Projeto de Decreto Legislativo 1359/2026, de autoria da Deputada Drª Taíssa, que “Concede Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao Senhor David Inácio dos Santos Filho, Secretário da Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária – SEPAT, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.”

Portando a documentação necessária, estão postos nos projetos, estão com a sua técnica legislativa e regimental apta e a constitucionalidade também. Por isso vamos de parecer favorável à aprovação das duas propostas.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Muito obrigado, Deputado Luizinho Goebel. Em discussão o parecer em bloco. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer em bloco.**

Em turno único, discussão e votação dos Projetos de Decreto Legislativo 1358/2026 e 1359/2026, de autoria da Deputada Drª Taíssa. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovados. Vão ao Expediente.**

Próxima matéria, Secretário.

O SR. JEAN MENDONÇA (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 1054/2025 DO DEPUTADO JEAN MENDONÇA. Concede Medalha de Mérito à Senhora Dirlaine Jaqueline Cassol, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados no Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 1371/2026 DO DEPUTADO JEAN MENDONÇA. Concede Título Honorífico de honra ao Mérito 1º Tenente PM Roberto Marinho Gonçalves, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados no Estado de Rondônia.

- PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO JEAN MENDONÇA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo às autoridades da PM, em reconhecimentos aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia:

- 3º Sargento PM Ronaldo Alves da Cruz, Projeto de Decreto Legislativo 1280/2026;

- Cabo PM Elizangela Gomes Lopes, Projeto de Decreto Legislativo 1281/2026;

- 2º Sargento PM João Carlos da Costa Vicente, Projeto de Decreto Legislativo 1282/2026;

- Cabo PM Magney Krauzer Inácio, Projeto de Decreto Legislativo 1283/2026;

- CB PM Wellington Kennedy da Cunha Rocha, Projeto de Decreto Legislativo 1284/2026;

- 2º Sargento PM Luiz Carlos de Souza Nobre, Projeto de Decreto Legislativo 1285/2026;  
 - CB PM Dênis Henrique Firmino de Araújo, Projeto de Decreto Legislativo 1286/2026.  
 - PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO JEAN MENDONÇA. Concede a Medalha de Mérito Legislativo às seguintes autoridades, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados no Estado de Rondônia:  
 - 3º Sargento PM Bruno Muniz de Oliveira, Projeto de Decreto Legislativo 1360/2026;  
 - 3º Sargento PM Edilson Leonardo de Almeida Francez, Projeto de Decreto Legislativo 1361/2026;  
 - 3º Sargento PM Edimar Vieira dos Santos, Projeto de Decreto Legislativo 1362/2026;  
 - Subtenente PM Gleison Palharin de Souza, Projeto de Decreto Legislativo 1363/2026;  
 - 1º Sargento PM Leônidas Gil Lopes da Costa, Projeto de Decreto Legislativo 1364/2026;  
 - Cabo PM Marcos Castro de Souza, Projeto de Decreto Legislativo 1365/2026;  
 - 3º Sargento PM Willians Hentz Franqueiro da Silva, Projeto de Decreto Legislativo 1367/2026;  
 - 2º Sargento PM Luiz Carlos Scolaro, Projeto de Decreto Legislativo 1366/2026;  
 - 3º Sargento PM Rose Anne Cristina da Silva Cuevas Meira, Projeto de Decreto Legislativo 1368/2026.  
 Quero aqui cumprimentar o meu grande amigo Patrick, lá de Jaru. Patrick faz parte do nosso partido PL, foi candidato a prefeito. Seja bem-vindo a esta Casa de leis, meu grande líder.  
 Lido, Senhor Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Obrigado, Secretário Deputado Jean Mendonça.  
 Por gentileza, Deputado Alan Queiroz, dê o parecer em bloco.

O SR. ALAN QUEIROZ - Boa tarde, Presidente, Deputado Ribeiro do Sinpol, e também ao nosso grande líder, Deputado Jean Mendonça.

Cumprimento o Patrick, nosso companheiro também do PL, pré-candidato a deputado. Desejo sucesso, Patrick. Que Vossa Senhoria também esteja conosco aqui, se Deus quiser, na próxima legislatura.

Presidente, farei, da mesma forma, o parecer em bloco dos devidos Projetos de Decreto Legislativo, todos de autoria do eminente, grande líder desta Casa, Deputado Jean Mendonça:

- Projeto de Decreto Legislativo 1054/2025, que "Concede Medalha de Mérito à Senhora Dirlaine Jaqueline Cassol, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados no Estado de Rondônia.";

- Projeto de Decreto Legislativo 1371/2026, que "Concede Título Honorífico de honra ao Mérito 1º Tenente PM Roberto Marinho Gonçalves, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados no Estado de Rondônia.";

- Projetos de Decreto Legislativo, que "Concede a Medalha de Mérito Legislativo às autoridades da PM, em reconhecimentos aos relevantes serviços prestados ao

Estado de Rondônia:

- 3º Sargento PM Ronaldo Alves da Cruz, Projeto de Decreto Legislativo 1280/2026;

- Cabo PM Elizangela Gomes Lopes, Projeto de Decreto Legislativo 1281/2026;

- 2º Sargento PM João Carlos da Costa Vicente, Projeto de Decreto Legislativo 1282/2026;

- Cabo PM Magney Krauzer Inácio, Projeto de Decreto Legislativo 1283/2026;

- CB PM Wellington Kennedy da Cunha Rocha, Projeto de Decreto Legislativo 1284/2026;

- 2º Sargento PM Luiz Carlos de Souza Nobre, Projeto de Decreto Legislativo 1285/2026;

- CB PM Dênis Henrique Firmino de Araújo, Projeto de Decreto Legislativo 1286/2026.".

- Projetos de Decreto Legislativo, que "Concede a Medalha de Mérito Legislativo às seguintes autoridades, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados no Estado de Rondônia:

- 3º Sargento PM Bruno Muniz de Oliveira, Projeto de Decreto Legislativo 1360/2026;

- 3º Sargento PM Edilson Leonardo de Almeida Francez, Projeto de Decreto Legislativo 1361/2026;

- 3º Sargento PM Edimar Vieira dos Santos, Projeto de Decreto Legislativo 1362/2026;

- Subtenente PM Gleison Palharin de Souza, Projeto de Decreto Legislativo 1363/2026;

- 1º Sargento PM Leônidas Gil Lopes da Costa, Projeto de Decreto Legislativo 1364/2026;

- Cabo PM Marcos Castro de Souza, Projeto de Decreto Legislativo 1365/2026;

- 3º Sargento PM Willians Hentz Franqueiro da Silva, Projeto de Decreto Legislativo 1367/2026;

- 2º Sargento PM Luiz Carlos Scolaro, Projeto de Decreto Legislativo 1366/2026;

- 3º Sargento PM Rose Anne Cristina da Silva Cuevas Meira, Projeto de Decreto Legislativo 1368/2026.".

Todos estão dentro da técnica legislativa, Senhor Presidente. Portanto, matéria legal, constitucional e o nosso parecer é favorável pelas as Comissões pertinentes.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Muito obrigado, Deputado Alan Queiroz.

Em discussão o parecer em bloco. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contratos se manifestem. **Está aprovado o parecer em bloco.**

Em turno único de discussão e votação, Projetos de Decreto Legislativo de autoria do Deputado Jean Mendonça: 1054/2025, 1080/2026, 1081/2026, 1082/2026, 1083/2026, 1084/2026, 1085/2026, 1086/2026, 1360/2026, 1362/2026, 1362/2026, 1363/2026, 1364/2026, 1365/2026, 1366/2026, 1367/2026, 1368/2026 e 1371/2026. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contratos se manifestem. **Aprovados. Vão ao Expediente.**

Quero cumprimentar aqui também o Patrick, de Jarú, e o Vereador Marilson, também do PL. Sejam todos bem-vindos.

Próxima matéria, por gentileza, Secretário.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 1023/2025 DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Concede Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor Sr. Hélio Dias de Souza, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia – FAPERON, como forma de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia, notadamente nas áreas da segurança pública, defesa da ordem jurídica e formação educacional continuada.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 1024/2025 DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Concede Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor Rodrigo Gonçalves Francisquetti, como forma de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia, notadamente nas áreas da segurança pública, defesa da ordem jurídica e formação educacional continuada.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 1026/2025 DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Concede Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor Luciano Hermes Pereira, como forma de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia, notadamente nas da segurança pública, defesa da ordem jurídica e formação educacional continuada.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 1080/2025 DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Concede Medalha do Mérito Legislativo à Senhora Ivonete Afonso da Silva, como forma de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia, notadamente na área da Administração Pública.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 1279/2026 DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Concede Medalha de Mérito Legislativo à Senhora Anadege Bretanha Lima, como forma de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia, notadamente na Polícia Militar.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 1277/2026 DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Concede Medalha do Mérito Legislativo à Senhora Elizeth Afonso de Mesquita, como forma de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia e à sua significativa contribuição para o fortalecimento da administração pública.

Lido, Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Obrigado. Por gentileza, dar o parecer em bloco o deputado Jean Mendonça.

O SR. JEAN MENDONÇA - Senhor Presidente, o parecer também será dado em bloco aos projetos de autoria do Deputado Eyder Brasil:

– Projeto de Decreto Legislativo 1023/2025, que "Concede Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor Sr. Hélio Dias

de Souza, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia – FAPERON, como forma de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia, notadamente nas áreas da segurança pública, defesa da ordem jurídica e formação educacional continuada.";

- Projeto de Decreto Legislativo 1024/2025, que "Concede Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor Rodrigo Gonçalves Francisquetti, como forma de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia, notadamente nas áreas da segurança pública, defesa da ordem jurídica e formação educacional continuada.";

- Projeto de Decreto Legislativo 1026/2025, que "Concede Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor Luciano Hermes Pereira, como forma de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia, notadamente nas da segurança pública, defesa da ordem jurídica e formação educacional continuada.";

- Projeto de Decreto Legislativo 1080/2025, que "Concede Medalha do Mérito Legislativo à Senhora Ivonete Afonso da Silva, como forma de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia, notadamente na área da Administração Pública.";

- Projeto de Decreto Legislativo 1279/2026, que "Concede Medalha de Mérito Legislativo à Senhora Anadege Bretanha Lima, como forma de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia, notadamente na Polícia Militar.".

- Projeto de Decreto Legislativo 1277/2026, que "Concede Medalha do Mérito Legislativo à Senhora Elizeth Afonso de Mesquita, como forma de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia e à sua significativa contribuição para o fortalecimento da administração pública.".

Todos os projetos se encontram dentro das técnicas regimentais, condicionais e legais, e essa comissão é de parecer favorável às matérias.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Muito obrigado, deputado. Em discussão o parecer em bloco. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer em bloco.**

Em turno único de discussão e votação os Projeto de Decreto Legislativo, todos de autoria do Deputado Eyder Brasil: 1023/2025, 1024/2025, 1026/2025, 1080/2025, 1277/2026 e 1279/2026. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovados. Vão ao Expediente.**

Próxima a matéria, por gentileza, Senhor Secretário.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 1060/2025 DO DEPUTADO CÁSSIO GOIS. Concede a Medalha de Mérito Legislativo

ao 3º Sargento PM Maurício Soares Maraschin, em reconhecimento ao ato de bravura, desprendimento e elevado espírito de solidariedade humana demonstrados em ação de salvamento de vítimas de afogamento, ocorrida no dia 05 de outubro de 2025, nas águas do Rio Melgaço, no município de Pimenta Bueno/RO.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 1061/2025 DO DEPUTADO CÁSSIO GOIS. Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao 2º Sargento PM Tiago Mateus Folle, em reconhecimento ao ato de bravura e elevado espírito de solidariedade humana demonstrados em ação de salvamento de vítimas de afogamento, ocorrida no dia 05 de outubro de 2025, nas águas do Rio Melgaço, no município de Pimenta Bueno/RO.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 1062/2025 DO DEPUTADO CÁSSIO GOIS. Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao 2º Sargento PM Vlademir Boeck, em reconhecimento ao ato de bravura, desprendimento e elevado espírito de solidariedade humana demonstrados em ação de salvamento de vítimas de afogamento, ocorrida no dia 05 de outubro de 2025, nas águas do Rio Melgaço, no município de Pimenta Bueno/RO.

Em bloco, será também apreciado o parecer.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Por gentileza, o nobre deputado Jean Mendonça dar o parecer em bloco.

O SR. JEAN MENDONÇA – O Parecer também será dado em bloco aos projetos de autoria do Deputado Cássio Gois:

- Projeto De Decreto Legislativo 1060/2025, que "Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao 3º Sargento PM Maurício Soares Maraschin, em reconhecimento ao ato de bravura, desprendimento e elevado espírito de solidariedade humana demonstrados em ação de salvamento de vítimas de afogamento, ocorrida no dia 05 de outubro de 2025, nas águas do Rio Melgaço, no município de Pimenta Bueno/RO.";

- Projeto De Decreto Legislativo 1061/2025, que "Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao 2º Sargento PM Tiago Mateus Folle, em reconhecimento ao ato de bravura e elevado espírito de solidariedade humana demonstrados em ação de salvamento de vítimas de afogamento, ocorrida no dia 05 de outubro de 2025, nas águas do Rio Melgaço, no município de Pimenta Bueno/RO".

- Projeto De Decreto Legislativo 1062/2025, que "Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao 2º Sargento PM Vlademir Boeck, em reconhecimento ao ato de bravura, desprendimento e elevado espírito de solidariedade humana demonstrados em ação de salvamento de vítimas de afogamento, ocorrida no dia 05 de outubro de 2025, nas águas do Rio Melgaço, no município de Pimenta Bueno/RO".

Todos os projetos aqui que concedem Medalha de Mérito Legislativo encontram-se dentro das técnicas

regimentais, legais e constitucionais. Essa Comissão pertinente é de parecer favorável às matérias, Senhor Presidente.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Muito obrigado, Deputado Jean Mendonça. Em discussão o parecer em bloco. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permanecem como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer em bloco.**

Em turno único de discussão e votação, os Projeto de Decreto Legislativo de autoria do Deputado Cássio Gois: 1060/2025, 1061/2025 e 1062/2025. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovados. Vão ao Expediente.**

Próxima matéria, por gentileza.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 1404/2026 DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Concede Medalha do Mérito Legislativo à Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 1405/2026 DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Concede Medalha do Mérito Legislativo à Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento em Rondônia – SUREG/RO, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 1406/2026 DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Concede Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor Rosemberg Alves Pereira, Superintendente Regional da Companhia Nacional de Abastecimento em Rondônia (SUREG/RO), pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Por gentileza, Deputado Jean Mendonça, emita o parecer dos projetos.

O SR. JEAN MENDONÇA - Obrigado, Senhor Presidente. O parecer também será dado em bloco aos projetos de autoria da Deputada Cláudia de Jesus:

– Projeto de Decreto Legislativo 1404/2026, que "Concede Medalha do Mérito Legislativo à Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.";

- Projeto de Decreto Legislativo 1405/2026, que "Concede Medalha do Mérito Legislativo à Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento em Rondônia – SUREG/RO, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.";

- Projeto de Decreto Legislativo 1406/2026, que "Concede Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor Rosemberg Alves Pereira, Superintendente Regional da Companhia Nacional de Abastecimento em Rondônia (SUREG/RO), pelos relevantes serviços prestados ao

Estado de Rondônia.”

Todos os projetos encontram-se também instruídos dentro das técnicas regimentais, constitucionais e legais. E essa Comissão pertinente é de parecer favorável às matérias.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) - Obrigado. Em discussão o parecer em bloco. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer em bloco.**

Projetos de Decreto Legislativo 1404/2026, 1405/2026, 1406/2026, de autoria da Deputada Cláudia de Jesus, em turno único de discussão e votação. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovados. Vão ao Expediente.**

Próxima matéria, por gentileza, Senhor Secretário.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 1407/2026 DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Concede Medalha do Mérito Legislativo a Éverson Vicente de Lima, 3º Sargento da Polícia Militar do Estado de Rondônia, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Falta parecer.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Presidente) – Falta parecer. Por gentileza, Deputado Jean Mendonça.

O SR. JEAN MENDONÇA - Projeto de Decreto Legislativo 1407/2026, de autoria do Deputado Cirone Deiró, que “Concede Medalha do Mérito Legislativo a Éverson Vicente de Lima, 3º Sargento da Polícia Militar do Estado de Rondônia, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.”

Esse projeto também encontra-se instruído dentro das técnicas regimentais, legais e constitucionais. E essa Comissão pertinente é de parecer favorável, Senhor Presidente.

**(Às 18 horas e 15 minutos, o senhor Ribeiro do Sinpol passa a presidência ao senhor Eyder Brasil)**

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Obrigado, nobre Deputado Jean Mendonça, parecerista do dia de hoje. Obrigado por sua contribuição.

Em discussão o parecer que acaba de ser lido. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo 1407/2026. Não havendo discussão, em votação única. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ALAN QUEIROZ (1º Secretário) - Presidente, apenas um adendo ainda ao Expediente, que é um Requerimento do Deputado Luizinho Goebel, do PL:

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Requer ao Governador do Estado de Rondônia, Cel. Marcos Rocha, e ao Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Rondônia — DER, informações oficiais acerca do Projeto de Lei nº 1362/2026, de autoria do Poder Executivo, nos termos que abaixo especifica.

Feito o registro e a leitura.

Não há mais matéria a deliberar, Presidente.

O SR. EYDER BRASIL (Presidente) - Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 15 de abril, quarta-feira, no horário regimental, às 9 horas.

Está encerrada esta Sessão.

**(Encerra-se esta Sessão às 18 horas e 17 minutos)**

2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO — CPI DESTINADA A INVESTIGAR E APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM TODO O PROCESSO DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE DO ESTADO DE RONDÔNIA – ALVORADA D’OESTE.

EM: 13.04.2026

INÍCIO: 15h29min

PRESIDENTE: SRA. CLÁUDIA DE JESUS

RELATOR: SR. EYDER BRASIL

MEMBROS: SRA. DRA TAÍSSA

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia e dá outras providências.

Aos 13 dias do mês de abril de 2026, no Município de Alvorada D’Oeste, com a presença dos senhores deputados: Deputada Drª Taíssa, de forma on-line, Deputada Cláudia de Jesus, presencialmente, e Deputado Eyder Brasil, presencialmente.

Registrando a presença dos nossos convidados que se fazem presentes aqui conosco: o Carlinhos Dantas, Presidente da Fetagro; Osmar de Jesus, do Idaron; Vereador Biriba da 44; Daiane, do STTR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) de Urupá; ex-vereador Max; ex-vereador Gilmar Gusmão; ex-vereador Marcos Paulo. Sejam todos bem-vindos. Em

nome da Daiane, a gente agradece a todos e todas aqui presentes.

Solicito ao Senhor Deputado Eyder Brasil que proceda à leitura da Ata.

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - Presidente, pelo adiantar do horário, peço a dispensa da leitura da Ata.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Dispensa da Ata acatada.

Trata-se de uma oitiva direta com os produtores rurais, realizada neste Município de Alvorada D'Oeste, aprovada por ocasião da 1ª Reunião Extraordinária realizada por esta Comissão no dia 1 de abril de 2026.

Esta Comissão foi constituída diante do cenário da cadeia produtiva do leite no Estado de Rondônia, especialmente demonstrada na Audiência Pública realizada pela Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, na cidade de Ariquemes, Rondônia, na data de 15 de dezembro de 2025. Diante da constatação de disfuncionalidades estruturais da cadeia produtiva é que foi constituída a presente Comissão.

Nesse momento, eu vou fazer a leitura do Requerimento que criou esta CPI.

"Requerimento 3540/2025 de autoria Coletiva. Requer a Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia e dá outras providências.

Os parlamentares que este subscrevem, requerem à Mesa Diretora, na forma do § 3º, artigo 36 da Constituição do Estado, combinando com os artigos 30, 31, inciso I e 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis, seja constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, composta de 05 (cinco) membros, pelo prazo de 90 (noventa) dias, prorrogáveis nos termos regimentais, com o objetivo de investigar e apurar possíveis irregularidades praticadas por todos aqueles que fazem parte do processo de produção, comercialização, industrialização, precificação e fiscalização da cadeia produtiva do leite no Estado de Rondônia.

Por força do preceito constitucional do § 3º art. 36 da Constituição Estadual, em perfeita simetria ao §3 art. 58 da Constituição Federal, aplicado à espécie, elencam-se, desde já, os seguintes fatos determinados, e outros que possam surgir em decorrência da instrução processual e motivadores da instalação do presente procedimento investigatório:

1. A metodologia adotada pelo Conseleite/RO para apuração dos custos de produção, considerando que a produção ocorre em pequenas, médias e grandes propriedades;

2. Eventual conflito de interesse ou manipulação metodológica pelo Conseleite/RO;

3. Dados enviados pelas indústrias e qual o grau de confiabilidade, avaliando-se possível subdeclaração de custos ou sobreposição de despesas que distorçam o valor final;

4. Os valores divulgados pelo Conseleite/RO

e a sua correspondência ou não com a realidade da agricultura familiar e da pecuária leiteira regional;

5. Correlação entre a política de incentivos fiscais para o setor lácteo e a crise no setor leiteiro no Estado de Rondônia;

6. A existência de eventual cartelização ou concertação de preços;

7. A adoção de mecanismos de bonificação, premiação, gratificação ou similares sem critérios públicos, objetivos e transparentes;

8. A assimetria informacional existente entre produtores e indústrias, com possível manipulação unilateral de dados utilizados para a formação do preço ao produtor;

9. A imprevisibilidade do preço do leite entregue aos laticínios e o lapso temporal para o pagamento extenso a partir da entrega.

Plenário das deliberações, 16 de dezembro de 2025.”

Este foi o Requerimento que criou esta CPI que está em andamento.

Advirto que as pessoas que serão ouvidas na condição de informantes convidados, estão aqui em local, separados, para que sejam ouvidas individualmente. Sendo assim, procederemos à oitiva dos produtores rurais.

Eu quero chamar o primeiro a ser ouvido aqui, que será a Senhora Daiane Muniz Souto. Ela será a primeira que vai ser ouvida.

Quero registrar a presença também do Vereador Aldione de Andrade, seja bem-vindo aqui com a gente.

Rapidamente, enquanto a Daiane chega, vou passar a palavra aqui para o Deputado Eyder, só para que ele possa saudar a todos vocês.

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - Obrigado, Deputada Cláudia. Quero saudar a todos com a graça e com a paz do nosso Senhor Jesus. Dizer da minha alegria de estar aqui em Alvorada D'Oeste; e já de pronto agradecer por vocês terem ficado para essa pauta tão importante. A gente, vindo na estrada, alguns pare e siga, alguns engarrafamentos, mas nada disso nos impediu de estarmos aqui nesta CPI da produção do leite, para que nós possamos verificar tudo isso que a Deputada Cláudia já citou anteriormente.

E também parabenizar a Deputada Cláudia de Jesus por todo o trabalho que ela vem fazendo em prol do Estado de Rondônia. É uma deputada muito atuante, de forma muito especial aos nossos produtores rurais, que fazem com que a economia do Estado de Rondônia continue movendo e crescendo. E a gente fica honrado por Deus ter nos dado essa oportunidade de estar aqui com vocês nesta tarde de segunda-feira para iniciarmos a semana.

Quero cumprimentar aqui todos os assessores, todos os técnicos da nossa Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia que estão aqui conosco, dando suporte para que os deputados possam fazer o seu papel, que possam fazer a sua parte. É motivo, realmente, de

muita alegria encontrar todos aqui. Muito obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Daiane, desde já quero agradecer a sua disposição em contribuir aqui com essa CPI, que foi instaurada para investigar e apurar as possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite. Nós temos aqui alguns questionamentos a serem feitos, mas antes eu quero advertir que você está sendo aqui ouvida na condição de convidada informante desta Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia. Informo também que a senhora tem o dever de dizer a verdade no que for perguntado. Informo também que esta oitiva está sendo filmada e gravada, está bem?

Nós temos aqui alguns questionamentos, quero que todos vocês fiquem muito à vontade, isso aqui é um ofício nosso, é uma denúncia que chegou e cabe à Assembleia Legislativa fazer esse trabalho. Então fiquem todos muito à vontade. De fato, a Assembleia Legislativa é a Casa do Povo. E nós temos aqui alguns questionamentos, nós vamos precisar bastante do silêncio, porque a gente precisa de ouvir ela.

Então, a gente vai iniciar aqui os nossos questionamentos, Daiane, sobre a identificação e caracterização da atividade produtiva. Só para identificar aqui no nosso áudio e vídeo, nós estamos agora, vamos ouvir a Daiane Muniz Souto, moradora da Linha **\*\* (dado anonimizado conforme LGPD)**, de Alvorada D'Oeste, produtora de leite.

Daiane, o tempo de atuação na atividade leiteira, tem bastante tempo já que atua nessa atividade?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Treze anos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Treze anos.

A sua propriedade é classificada como agricultura familiar?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Qual o número de pessoas hoje que depende diretamente dessa atividade na sua propriedade? Vocês são envolvidos em quantos?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Três.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Três pessoas.

Qual o tamanho da propriedade, em hectares?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Hoje é duas hectares.

SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Duas hectares.

Quantos animais em lactação hoje possui, atualmente?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Atualmente, eu acredito que 15. Isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Qual a média diária de produção de leite, atualmente?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Em torno de 50 litros ao todo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Diariamente, não é?

Houve redução de produção nos últimos anos? **(falha no microfone)**

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Redução não houve. Oscila, o leite acaba oscilando.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Então, nesse caso, não houve redução?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não, nos últimos anos.

Sobre a formação do preço e a relação com o Conseleite, o que você sabe sobre como é formado, na verdade, o que você sabe, como é formado o preço referencial do leite no Estado de Rondônia pelo Conseleite? Você tem conhecimento hoje de como é formado esse preço?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O preço que você recebe mensalmente, você é conhecedora, ele é esclarecido, você tem conhecimento?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Deputada, eu acho que hoje o único produto que a gente entrega e não sabe direito o preço é o leite. Todas as coisas que nós vendemos, todos os produtos que nós fazemos, nós sabemos perfeitamente o preço que nós vamos receber. Hoje, se a gente trabalha numa diária, a gente sabe perfeitamente que no final do dia a gente vai receber um certo valor. Se a gente trabalha com qualquer outra atividade, a gente sabe realmente o preço que vai receber no final do mês ou no dia. E o leite, hoje, tem uma base do Conseleite, mas que nunca a gente consegue, realmente, ter essa base correta. A gente nunca consegue, realmente, ter essa noção de quanto eu vou receber.

Hoje eu entrego um leite, o laticínio trabalha com ele por mais de 30 dias e depois que vai fazer o pagamento para gente, e a gente nem sequer sabe, realmente, o valor que nós vamos receber. Então, eu entrego hoje o meu leite, o leite que a gente tira

na propriedade e, infelizmente, a gente não sabe, realmente, o valor que vai receber no próximo mês.

Então, assim, é uma situação preocupante. Se você não se importar, eu...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Sim.

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Hoje a gente vem... Peço licença para eu ficar de pé, porque o tamanho já não ajuda, então...

Hoje, a gente está recebendo diversas reclamações aqui. Eu falo como produtora, eu falo também como Presidente do Sindicato. A gente vem recebendo diversas reclamações referentes à questão do preço do leite. E essas reclamações são diversas, portanto, que no dia 1º de dezembro nós convidamos a senhora, para a gente estar fazendo uma reunião com alguns produtores, que era a nossa preocupação referente à questão do preço do leite.

Então, nesse dia que a gente impulsionou um pouco essa questão da CPI do Leite, que está acontecendo justamente hoje.

As reclamações dos nossos produtores são diversas, desde o preço do leite, que hoje recebeu esse mês R\$ 1,35, que é preocupante, deputada, porque hoje quando a gente vai no mercado, a gente compra o leite por R\$ 8,00 e vende lá na nossa propriedade por R\$ 1,35.

Então, essa conta não bate, ela não fecha. Não tem lógica a gente vender um preço desse jeito. A gente está pagando para trabalhar. Infelizmente, é isso que caracteriza. Nós estamos pagando, hoje, para trabalhar. Por quê? Na propriedade, o preço está caindo, mas quando você vai comprar algum insumo, não cai, pelo contrário, ele está só acrescentando valor. Então, essa é a preocupação.

Então, assim, essa foi uma das reclamações que teve. Tem também a outra situação, que o preço do pequeno, o preço do leite do pequeno agricultor, ele não está tendo valor, que é o que é mais preocupante. Como que ficou definido? De 0 a 100, tem que pagar o mínimo do Conseeite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Daiane, só um pouquinho. É porque assim, acho que esse questionamento nós vamos ter ele aqui, aí eu já vou daqui a pouco já te perguntar.

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Está.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mas assim, o valor que o laticínio paga, é o mesmo valor que o Conseeite divulga, tem batido esses valores?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Porque o Conseeite, ele vai divulgar um valor, não é? E aí, quando chega, geralmente, está batendo?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não está batendo?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Não está batendo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mas aí, é para mais ou para menos, geralmente, que o laticínio paga?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Esse valor, ele varia, porque mês passado ou atrasado, se eu não me engano, ele veio menor ainda do que o Conseeite. Então, ele varia, mas nunca bate.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Nunca, não é? Mas, geralmente, para menos?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Para menos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Na sua percepção, o modelo atual de formação de preço, que hoje é definido através do Conseeite, é transparente? Você acha que tem transparência?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Como tem, não é? Não tem.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Não tem jeito, não é? Certo.

No caso, o custo de produção e viabilidade econômica. Quais são atualmente os principais custos da atividade? Hoje o que você acha que no dia a dia mais encarece? Alimentação, medicamentos, energia elétrica, mão de obra, transporte, entre outros?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Deputada, tudo, desde eu levantar, o agricultor levantar cedo, já se conta uma diária, já se conta o dia dele, que já está perdido de uma certa forma. Que hoje, tirar leite, infelizmente, por isso que muitas pessoas estão desistindo da questão do comércio de leite, justamente por causa disso.

Aí vem a questão dos insumos, que eu acabei de relatar, que você chega muitas vezes na veterinária, o preço não baixa. Por que o leite abaixa e os preços do produto não abaixam? Não deveria seguir no mesmo ritmo? E por que também lá no mercado ele não baixa?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - E o preço pago, hoje, pelo litro do leite, ele cobre integralmente os custos de produção?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Nunca.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Nunca, não é?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – R\$ 1,35, se for para a gente verificar...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Ele gera lucro, prejuízo ou apenas equilíbrio?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Hoje, está gerando mais prejuízo do que lucro. Eu acho que nem equilíbrio não está gerando.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Infelizmente, não é?  
Você tem operado com prejuízo nessa atividade?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Já por bastante tempo?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – 13 anos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mas nesse...

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Ah, sim. O preço do leite, ele sempre foi muito vergonhoso, não é? Ele nunca teve muita "vergonha na cara". Ele sempre foi um valor muito baixo pelo que a gente... O leite, no mínimo, no mínimo, ele deveria estar, hoje, no R\$ 2,50 para a gente poder compensar, no mínimo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Isso que tem acontecido, principalmente nos últimos tempos, tem impactado na sua propriedade, nas suas atividades, nos seus planos?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Não só na minha, deputada, como na de muitos, porque a gente observa o tanto de pessoas que parou de trabalhar hoje com leite. Isso é um reflexo de que não está compensando. Essa conta não bate, essa conta não fecha.

Então, assim, na minha propriedade está, na do vizinho também, é geral. E é por isso a preocupação é que Rondônia, ela vai chegar a um ponto que as pessoas vão parar de mexer com leite.

E aí, a preocupação, eu posso falar esse valor mínimo, não é? Quem entrega de 0 a 100, ele recebe o valor mínimo do Conseleite. Quem entrega de 101 a 200, é médio do Conseleite. Quem entrega de 201 a 500, é o valor máximo do Conseleite. Quem entrega de 501 a 1000, é o valor máximo e mais 10%. Quem entrega hoje de 1001 acima, ele recebe o valor máximo e mais 15%.

Então, quer dizer, só tem valor o leite do grande e o nosso não? Assim, é preocupante porque, se for ver aqui, ninguém entrega mais do que 500 litros.

Alguém entrega mais que 500? Não entrega.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - A maioria aqui todos pequenos produtores, não é?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Todos pequenos agricultores. Então, quer dizer, o leite de quem entrega mais, uma quantidade maior, ele é diferente do que entrega até 100 litros? Não é. Por que essa desigualdade? Eu acho que isso também seria algo que deveria ser investigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Mediante todos esses acontecimentos, houve necessidade de reduzir o seu rebanho, vender bens, contrair dívidas nesse período ou abandonou parcialmente a atividade?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - A gente é teimoso. O agricultor, ele é muito teimoso. Mesmo às vezes a gente estando no prejuízo, quem gosta de leite permanece.

Claro, não deu para comprar mais, não deu. Mas também a gente continua com o leite. Não precisamos, graças a Deus, de estar adquirindo dívidas, porque a gente começa, tem uma diária aqui, tem uma outra coisa para fazer ali, então não precisou de adquirir dívidas, mas dizer que fácil...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Entendi. Sobre prazos de pagamentos. Qual o prazo médio entre a entrega do leite e o efetivo pagamento? Geralmente, tem sido qual o prazo?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Trinta dias, não é?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Trinta dias?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Trinta dias.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Já ultrapassou de trinta dias?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Não, o nosso não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O pagamento sempre tem sido dentro dos trinta dias?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - O que a gente entrega, não. Mas, eu vou dar nomes aos bois. É que tem várias pessoas que estão com a INLARON (Indústria de Laticínios de Rondônia), que está mais de... De quanto tempo?

A SRA. MARINALVA KRUGUEL RODRIGUES - Sem receber? **(fora do microfone)**

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – É.

A SRA. MARINALVA KRUGUEL RODRIGUES – Vixe! **(fora do microfone)**

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Desculpa, deputada, eu sei que eu não posso.

A SRA. MARINALVA KRUGUEL RODRIGUES – Sabe qual é problema sério com o INLARON? É porque ele já tem advogado, já tem justiça, e nem módulo no nome dele, ele não tem.

Então, ele vai para um canto, pega lá bastante leite. **(fora do microfone)** E aí ele para, dá aquela sumida, deixa todo mundo. Nem advogado a gente não consegue.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É possível a senhora dizer qual é a empresa?

A SRA. MARINALVA KRUGUEL RODRIGUES – INLARON. Ninguém consegue pegar eles. Porque quando eles vão para o, agora onde eles estão, amor? Nem no local aqui não se encontra, na região. Aí ele espalha carro para todo lado, “panha” leite para toda a região e some. Dá o sumiço e não consegue ninguém achar, porque ele não tem nada no nome dele. E ele está fazendo, além desse preço que a Daiane está dizendo, ainda tem esses laticínios que estão com essa má-fé, dando prejuízo.

E nós já recebemos na metade do mês, mês passado, e esse mês ainda não recebemos, porque tiramos o leite deles e aí a gente não recebeu. Estamos sem receber, não só nós como outros produtores da região.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo.

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Desculpa, deputada, estar passando, mas assim, é somente para relatar, porque tem várias pessoas reclamando que estão há meses e há anos sem receber da INLARON.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Dessa mesma empresa, INLARON.

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Dessa mesma empresa.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Ela já trabalha há bastante tempo aqui com os produtores de Alvorada D'Oeste?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Já.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Certo.

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Portanto, tem produtores que estão sem receber desde 2021.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O prazo de pagamento, ele é fixo contratualmente, de contrato?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Não se tem contrato, mas é fixo, tem um dia para receber.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sobre essa questão dos pagamentos, isso não tem comprometido pagamento de insumo, essas questões, porque é pago dentro dos 30 dias, não é?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - É, mas, querendo ou não, diminui, você vai diminuir também. O que você poderia estar dando para o gado, você vai diminuir também. Então, querendo ou não, a gente diminui também o investimento na propriedade e no próprio gado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Com relação ao contrato com os laticínios. Existe um contrato formal com o laticínio?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não tem? Nada?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Contrato não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Nem um produtor, por exemplo, eles não possuem nenhum contrato?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Não, contrato não. A gente manda os dados, os nomes completos, manda uma ficha de cadastro, mas não se há um contrato.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Exato. Correto. Bom, se houvesse, teriam vários questionamentos, mas como não tem, a gente já vai para outra.

Sobre as bonificações, desconto e critérios de qualidade. A senhora recebe bonificações por qualidade?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Não, qualidade não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Não, não é? Correto.

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - O que revolta também é que nós temos hoje o preço do Conseleite. E se for observar, como que a gente não recebe o preço maior se muitas vezes o preço daquele leite que a gente produz, ele é produzido com qualidade, mas a gente acaba recebendo sempre um valor menor? Como que é analisado? Por que a gente não recebe sempre um valor maior? Por que não tem essa análise para dizer: “olha, esse leite, realmente, é bom”? Porque eu falo que, na minha propriedade, a gente fala tranquilamente que é um leite bom, porém na hora de receber a gente não

recebe o valor máximo, o valor que, realmente, confere com o leite que a gente entrega.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Daiane, eu vou só permitir que o Daniel faça um questionamento aqui, que ele é o nosso jurídico e tem acompanhado, e ele teve uma dúvida sobre esse questionamento, ele vai só fazer uma pergunta a você.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS - Boa tarde a todos. Peço licença aqui dos excelentíssimos deputados para fazer uma pergunta dentro dessa linha então, Daiane. Acho que todos estão me ouvindo, não é? A senhora tem acesso, a senhora sabe se em algum lugar é feita essa análise de qualidade do leite para ter critério, ou seja, para conferir alguma bonificação a mais pela produção? E se em algum lugar é feito, se tem algum produtor que está entregando dessa forma? E se é o laticínio que faz e com que frequência? Já houve, tem um entendimento sobre isso, soube de alguma coisa nesse sentido?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Sobre essa questão do preço do leite, você tem o acesso às seguintes informações, por exemplo, o preço final do leite no mercado, o custo industrial, dados utilizados pelo Conseleite. Tem alguma informação sobre essa simetria de informação de preço no mercado, nas indústrias e no Conseleite? Tem conhecimento?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Tenho, tenho. Assim, eu recebi hoje mesmo, pedi para o Carlinhos a questão do Conseleite, mas não é uma coisa que a gente, no dia a dia, fica observando a questão do Conseleite. Mas, assim, eu tenho, e como eu já disse no início, hoje é R\$ 1,35 que a gente recebe; e no mercado hoje, na promoção, eu estava verificando, está R\$ 7,00, mas é R\$ 8,00. Agora, eu não tenho esse, o que eles, quanto que eles gastam para o leite virar de caixinha e o leite virar naquele formato. Porque a gente entrega um leite bom e ele acaba ficando do jeito que é, né? A gente sabe perfeitamente que não entrega um leite de qualidade, mas é um leite muito mais caro do que a gente produz, que o que a gente produz, realmente, é de qualidade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Você considera que há desigualdade de informação entre produtores e indústrias?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Com certeza.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Você acha que essa falta de informação, essa discrepância impacta na sua negociação?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - É igual eu falei,

deputada, é o único produto que a gente entrega e não sabe o valor que vai receber. Ninguém vende algo, ninguém, a não sei o produtor de leite, ninguém vende algo sem saber o preço, sem dizer: "olha, isso aqui vale tanto". Nós não sabemos o preço que nós vamos receber. Então a gente vende o leite pensando que mês que vem quem sabe — que a esperança de pobre sempre é mês que vem —, mês que vem melhora, mês que vem as coisas mudam, mês que vem eu acho que o leite vai melhorar. Mas aí a gente se depara novamente com o preço que vai caindo, todo mês vai caindo mais, sabe? E isso acaba sendo preocupante.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Sobre as políticas públicas, você recebe assistência técnica na sua propriedade, Emater, Senar, alguma outra?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Não, do leite, não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não, não é? Não.

Já foi beneficiada por alguma política pública do Estado voltada ao leite?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não. Tem conhecimento sobre o Fundo Proleite?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Tenho.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Já recebeu algum benefício prático dele?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não.

Após a alteração legislativa recente, que extinguiu o Fundo Proleite, houve algum impacto percebido na atividade leiteira, no seu olhar?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - É uma situação complicada, porque desde que tinha o recurso do Proleite, eu não via diferença. Porque a única diferença que eu vi...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Chegava, não é?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - É, ele nunca chegou...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Faltava política pública.

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Ele nunca

chegou diretamente ao produtor. Ele chegava, muitas vezes, com carros que eram comprados para Idaron, carros que eram comprados para a Emater, que daria assistência, mas que eu acredito que se ele desse um retorno em dinheiro diretamente na produção ou outra forma, ao produtor de leite, eu acho que sairia melhor, mas nunca se teve.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Você acha que o Estado apoia adequadamente o produtor de leite?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Não. Porque o incentivo hoje que ele está dando só é para os laticínios. Porque o governo dá um incentivo para os laticínios. Ele dá esse retorno para o laticínio, todos nós sabemos. Só que esse retorno, ele não está chegando para a gente. É algumas isenções que é dada hoje para os laticínios.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O que falta, assim, na sua opinião hoje das políticas públicas? No contexto geral, tanto essa questão talvez do subsídio, mas no contexto geral, o que você acha que falta, que precisa?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Por que não passar diretamente para o agricultor em vez de passar para o laticínio?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – O subsídio, não é?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Ou se passa para o laticínio, então que seja, que cobre mais efetivo, que ajude mais o agricultor e não massacre da forma que está sendo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Mais alguma sugestão dentro das políticas públicas que você acha que seria interessante ressaltar aqui, que falta?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Das políticas públicas, não. Não sei se vai ter mais outras.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Sobre a estrutura de mercado e possíveis irregularidades. Os laticínios pagam preço muito semelhante entre si? Você acha que, hoje, existe de fato, esse cartel entre os preços muito próximos? Na sua opinião, se assemelham esses preços?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Deputada, quando a gente tenta mudar de laticínio e não consegue, quando a gente vê que a fala acaba sendo a mesma, eu acho que não se tem outro nome a não ser cartel. Realmente, em Rondônia, há sim, e é comprovado, um cartel aqui no Estado, onde a gente, quando tenta

vender, eu tenho até gravações de compradores de leite, quando a gente tenta vender, mudar de laticínio, a gente não consegue, não consegue mudar, porque um tem medo do outro.

Há, sim, uma combinação entre os laticínios. Há, sim, esse cartel que pode ser investigado e ele está sendo investigado, vai ser investigado agora através da CPI, portanto, que parabeno, principalmente a senhora por ter puxado essa CPI, juntamente com os demais deputados, porque a gente precisa, e a forma que eu vejo, hoje, não é outra, é através dessa CPI.

A gente precisa investigar porque há, sim, esse cartel. Não tenho dúvida de que não há. Porque quando você vai querer vender um leite e o outro fala: “não, não vou comprar, porque senão posso ter problema com outro laticínio”. Espera aí, tem algo errado.

Então, quer dizer, o meu produto, o que eu tenho hoje, eu não posso escolher para quem vender?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Nesse caso, hoje, os laticínios, na sua opinião, então eles pagam preço muito semelhante entre si ou igual?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Pode ser todos igual, não é?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Praticamente o mesmo? É, não é?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – É igual, não muda. Antigamente a gente tinha opção, deputada. Ah, aquele laticínio está pagando mais, eu vou mudar. Hoje, não tem mais essa opção de mudar. Por quê?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Há alguma variação entre os compradores? Nos últimos tempos tem visto alguma variação? Ah, tal laticínio paga tanto e o outro paga um pouquinho mais?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Quase do mesmo jeito. Não muda muita coisa.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Na sua opinião, você teve a impressão que há combinação de preço entre os laticínios?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Sem dúvidas.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – O Deputado Eyder quer fazer aqui um questionamento?

O SR. EYDER BRASIL (Relator) – Deputada Cláudia, nossa Presidente, não vou fazer uma pergunta, vou apenas solicitar para a Daiane, ela falou que têm gravações dessa dificuldade em vender para outros cartéis, se ela puder passar à essa Comissão para apensarmos ao relatório final, acho que é interessante, Deputada Cláudia. Porque isso é uma prova comprobatória dessa possível ilicitude, de formação de cartel. É isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada, Deputado Eyder, pela contribuição em fazer essa solicitação, realmente, isso nos ajuda bastante.

Nesse caso, você já teve essa impressão que há essa combinação de preço entre os laticínios?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Sim, não é?

Há dificuldade em mudar de laticínio, de compradores?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Com certeza, porque isso é um relato não só meu, mas de muitos agricultores que relatam que tentou mudar, mas um fala: “não, não posso comprar, porque senão dá problema para mim com o laticínio A ou o laticínio B”.

Então, os próprios compradores de leite, eles não escondem isso, não, isso não é nem segredo, não. Eles não escondem.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Mas os principais motivos que eles sempre alegam?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Eles falam que pode ter problema um com o outro.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto.

Os impactos sociais, você pretende continuar na atividade leiteira?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – A gente pretende, porque hoje a nossa, a maior renda lá de casa, ainda continua sendo o leite, mesmo que seja pouco, mas ainda é o leite. Então, assim, a gente pretende, mas a gente não sabe até quando, porque volta e meia, meu marido fala que dá vontade de desanimar, porquê? Acorda todos os dias às quatro horas da manhã. É sol, é chuva, não importa o jeito que estiver o tempo. Acorda nesse horário.

E eu falo que a produção de leite é uma prisão domiciliar. A gente só não tem tornozelira. Agora o resto, porque a gente não pode nem sair de casa. Lá em casa nós não sabemos nem quando nós fizemos uma viagem, sabe? Então, assim, todos os dias eu tenho que estar lá na minha propriedade, ele, principalmente, não é? Tem que estar na propriedade para tirar o leite, porque senão..., tem horário, tem que prender bezerro.

Então, nós estamos, hoje, em uma prisão domiciliar. Mas, mesmo assim a gente ainda continua, quem gosta de leite é igual quem gosta de café: o preço está alto, está baixo, está ali. Mas a gente não sabe até quando.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto.

Na sua região, há casos de produtores que

abandonaram a atividade, que reduziram a produção?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – E, na sua opinião, toda essa crise tem impactado a família, a comunidade local, o município? Na sua opinião, você acha que isso tem impactado o comércio?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Sim, principalmente o município, porque, hoje, Alvorada D’Oeste uma das principais fontes de renda ainda vem do leite. Se o leite está em alta, o comércio vende. Se o leite cai, automaticamente aquele dinheiro que eu poderia estar gastando mais no município, eu não vou gastar. Porque eu vou economizar para comprar aquilo que é mais necessário. Um mercado, que não dá para ficar sem. Às vezes, algo para criança, que não dá para passar sem.

Já não dá para a gente ter um gasto maior contando com aquele dinheiro. Então, querendo ou não, ele não impacta somente lá na minha casa, ele impacta no município inteiro. Mesmo que a minha produção seja pouca, mas junta a produção minha, junta a produção do vizinho, junta a produção da Romilda, junta a produção do fulano, cicrano. E aí é onde a gente vê que diminui também a arrecadação do município.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Na sua visão, quais medidas são essenciais para garantir o preço justo do leite?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Eu acho que primeiro, essa medida que nós estamos fazendo aqui, que é a CPI, que vai investigar e punir quem, realmente, está “matando na unha” os agricultores. Eu acho que essa é a primeira opção.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto.

Que tipo de política pública hoje seria mais eficaz para os produtores de leite? Seria crédito, assistência técnica, regulação de preço, fiscalização?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – No momento é fiscalização, depois a gente entra em todas essas aí. Mas o primeiro passo está sendo a fiscalização, dos nossos órgãos, mais efetiva em cima dos laticínios, em cima de quem trabalha hoje com o leite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Deseja acrescentar mais alguma informação que compreenda que seja relevante e que não foi abordada aqui?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Não, deputada, é só isso mesmo. E só agradecer a você, agradecer ao Deputado Eyder, agradecer a senhora por ter vindo até o nosso Município de Alvorada D’Oeste para escutar os

nossos agricultores.

Agradecer também aos agricultores que aqui estão. Agradecer aos nossos representantes. Tinha dois vereadores aqui, eu não sei se estão ainda. Então, agradecer também por estarem aqui presentes. O Vereador Biriba está ali, o Vereador Osmar estava também. Agradecer porque, querendo ou não, a gente precisa que os nossos representantes estejam preocupados, realmente, também com essa situação.

Não basta somente a gente que é agricultor estar lutando para que haja melhoria, mas a gente precisa também dos nossos representantes, assim como vocês. Parabenizo por estar promovendo esta Audiência, que poucos, infelizmente, poucos deputados, poucos vereadores, poucas pessoas, realmente, se interessam por essa pauta que impacta tanto os nossos agricultores e que, realmente, vai mudar a vida de muitos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada, Daiane, pela contribuição. Daniel?

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS - Daiane, com a permissão aqui da deputada, e para instruir a Comissão também, para que no final o Deputado Eyder produza o seu relatório, eu gostaria de solicitar, deputado, com a permissão de vocês, em nome da CPI, da Presidência, que seja juntado, que a senhora disponibilize as notas de pagamento do leite, que a senhora narrou que é pago em R\$ 1,35, apesar de o preço de referência ser outro.

Então, que a senhora disponibilize à CPI para que seja juntado aos autos.

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Beleza. **(fora do microfone)**

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Daiane, eu agradeço se você puder encaminhar para a gente, porque como é um processo de investigação, todos esses documentos são importantes para a gente poder fazer os encaminhamentos. O Deputado Eyder é o relator dessa CPI, então, tudo isso é importante constar dentro do processo para que a gente possa ter legitimidade no que nós estamos falando. Desde já, eu agradeço.

Nós vamos agora ouvir o próximo produtor que vai participar da oitiva, o Cristiano Costa Silva.

Os questionamentos serão os mesmos, tá, pessoal? Aqui que a gente vai questionar cada um. Cada um tem uma realidade diferenciada. O Cristiano Costa Silva já está aqui com a gente? Tem alguém?

Ediane é produtora de leite. Quer fazer alguma sugestão, alguma colocação até que o próximo chegue? Brevemente, uma colocação. Fala seu nome completo, só para registro.

A SRA. EDIANE DOS SANTOS ORNELES - Boa tarde a todos. Meu nome é Ediane Orneles. Sou produtora aqui da Linha \*\* **(dado anonimizado conforme LGPD)**. E é só uma ressalva, porque como

produtora rural, eu vejo aqui, acompanhando essa crise que a gente está passando no leite, muita divulgação nas redes sociais que o problema é geral, até então o conhecimento. Lá na região Sul, Sudeste também estava com esse mesmo problema de R\$ 1,30, referente ao mês de fevereiro.

Só que agora, no mês de março, na última semana de março, eu estive na 3ª Conferência do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, lá em Brasília. E lá em Brasília tinham vários agricultores de todos os Estados. E ao entrar em contato com os agricultores, que a gente ficou todos no mesmo hotel, os agricultores da região Sul e da região Sudeste me falaram que eles estão recebendo R\$ 2,30 de leite.

Quando eu falei que estava recebendo R\$ 1,30, eles falaram assim: “mas como assim? Isso aqui para nós nunca foi preço.”

Então, por que só nós aqui na região Norte recebemos R\$ 1,30 ou R\$ 1,35, dependendo da região? Então, o que está nas redes sociais falando que lá no Sul, no Sudeste, está passando por esse mesmo problema, não está. Eles estão recebendo menos, eles recebiam quase R\$ 3,00; R\$ 2,90; R\$ 2,80, mas o menor preço deles foi R\$ 2,30. E por que o nosso está R\$ 1,30?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Ediane, pela contribuição. E é importante a gente fazer esse levantamento. Quando você fala, é região Norte ou é só aqui o Estado de Rondônia? Toda a região Norte o preço é menor?

A SRA. EDIANE DOS SANTOS ORNELES - Região de Rondônia. **(fora do microfone)**

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Ah, Estado de Rondônia.

A SRA. EDIANE DOS SANTOS ORNELES - O Estado de Rondônia está recebendo em faixa de R\$ 1,30 a R\$ 1,35. Eu estive, no final de março, então o preço que a gente tinha era o preço de fevereiro. **(fora do microfone)**

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Então, nesse caso, está falando do Estado de Rondônia, não seria da região Norte.

A SRA. EDIANE DOS SANTOS ORNELES - Não, o Estado de Rondônia. **(fora do microfone)**

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Só do Estado de Rondônia.

A SRA. EDIANE DOS SANTOS ORNELES - Agora, a região, eu conversei com o pessoal da região Sul e Sudeste. Lá eles falaram que o preço estava em R\$ 2,30. **(fora do microfone)**

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) -

Correto.

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - É importante trazer essa fala da nossa amiga em nível do cenário nacional. Nós buscamos primeiro a regionalização. Rondônia, com os Estados da região Norte, e depois fazer um paralelo também com os Estados do Centro-Oeste e do Sudeste também, e da região Sul, para a gente fazer um parâmetro, para a gente buscar a semelhança. Primeiro da nossa região Norte, das nossas dificuldades, do nosso contexto, mas aí também nosso Estado é um dos maiores produtores de leite.

E aí nós começávamos a fazer, de repente, também um parâmetro com os demais Estados também do Centro-Oeste, do Sudeste e do Sul também, deputada. E aí eu preciso buscar as informações com os organismos regionais da região Norte e também com os federais. E aí a Deputada Cláudia de Jesus sabe como ninguém onde buscar essas informações, essa precificação, para nós fazermos essas comparações e trazermos.

De repente, aí eu quero conhecer um pouco mais a fundo, de repente, o mesmo laticínio que está pagando R\$ 1,35 aqui em Rondônia, lá fora está pagando R\$ 2,50, R\$ 2,80. E buscar saber, entender os motivos. Eu acho que também é uma linha de ação que a Comissão tem que seguir. Porque é a mesma empresa que lá paga R\$ 2,80, que paga R\$ 1,30. Entender essa realidade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. É bem interessante essa fala da Ediane, porque...

O SR. GILMAR GUSMÃO – Só lembrando aí, deputada, que é dentro do Estado. Tem R\$ 1,35 aqui e tem um preço melhor lá em Burity, lá em Colina Verde. **(fora do microfone)**

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - Perfeito, perfeito. É importante aí, dentro do Estado, como parlamentar que somos, estaduais, e nós temos a autoridade necessária de buscar as informações o quanto antes. Legal, mas também a gente precisa subir os níveis, mas se já dentro do Estado há uma discrepância, nós precisamos corrigir essas desigualdades.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto, e a gente já faz como também um encaminhamento dentro da própria CPI, para que a gente faça o levantamento de preço por Estado da região Norte. Então isso já fica algo para a gente levantar também como informação, porque isso também pode ser um dos gargalos. Se os demais Estados da região Norte têm um preço equilibrado, por que Rondônia que está nessa condição, o que acontece? Não é? Importante a sua fala.

Cristiano, quero agradecer por se dispor em contribuir aqui com as informações aqui da Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, nós vamos aqui ouvir o produtor de leite Cristiano Costa Silva.

Trata-se de uma oitiva direta com os produtores rurais, realizada neste Município de Alvorada D'Oeste, aprovada por ocasião da 1ª Reunião Extraordinária realizada por esta Comissão no dia 1º de abril de 2026.

Esta Comissão foi constituída diante do cenário da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia, especialmente demonstrada na Audiência Pública realizada pela Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, na cidade de Ariquemes, na data de 15 de dezembro de 2025. Diante da constatação de disfuncionalidades estruturais na cadeia produtiva é que foi constituída a presente Comissão.

Advirto que o senhor está sendo ouvido na condição de convidado, de informante desta Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar e apurar as possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia. Informo também que o senhor tem o dever de dizer a verdade, e também informo que esta oitiva está sendo filmada e gravada.

Esta CPI foi constituída através do Requerimento 3540/2025, de autoria coletiva do Parlamento Estadual, que "Requer a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia, e dá outras providências."

No caso, senhor Cristiano, a identificação e caracterização da atividade produtiva. Qual o tempo de atuação do senhor na atividade leiteira? Já tem muito tempo que o senhor é produtor de leite?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Um pouco mais de 20 anos que eu estou na área.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Um pouco mais de 20 anos.

A propriedade do senhor é classificada como agricultura familiar ou já é uma propriedade maior?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Agricultura familiar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Qual o número de pessoas hoje que dependem diretamente dessa atividade na sua propriedade? O senhor, mais familiares?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Sim, é eu, minha família: mulher, filhos, meu pai, minha mãe, a gente trabalha junto lá na propriedade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É em torno de que, umas 5 pessoas? A quantidade? Número de pessoas?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Umas 5 pessoas.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - 5 pessoas.

Qual é o tamanho hoje da propriedade do senhor em hectares? E quantos animais em lactação possui atualmente?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Olha, o tamanho da propriedade eu não sei bem o certo, porque eu tenho... Eu trabalho na propriedade do meu pai, eu tenho um contrato de comodato lá, trabalho lá em cima.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Mas o certo, o tamanho, não sei muito bem. É algo em torno de 50 alqueires, por aí. Mas hoje, a gente tem lá, na lactação, algo próximo de 30 cabeça por aí.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Qual a média diária de produção de leite, atualmente? Quantos litros por dia, mais ou menos, que o senhor tem conseguido tirar?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Ah, eu estou entregando em torno de 50 litros.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - 50. Houve redução da produção de leite nos últimos tempos? Nos últimos anos?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Da produção? Não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Ótimo. Sobre a formação de preço em relação com o Conseleite. O senhor sabe como é formado o preço referencial do leite, no Estado, pelo Conseleite? O senhor tem conhecimento?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Então, isso é uma coisa que, para a gente que mexe com a matéria-prima, no caso o leite, porque sai daqui para ir para o laticínio, vai para o supermercado, a gente trabalha meio no escuro com isso aí. A gente não sabe bem quem é o órgão regulador, quem define o preço. De onde que vem isso? Porque o laticínio chega...

Quando a gente vai reclamar do valor, o laticínio chega para a gente e fala assim: "O Conseleite está aqui, o teto é esse, e eu estou pagando isso". Aí tem a questão que eles pagam por volume de leite. Aí, se eu entrego 50, eles me pagam um valor. O produtor que entrega um pouco mais, paga outro valor. Mas aí a gente não sabe quem define isso, o Conseleite...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Esse preço, por exemplo, que é pago, o senhor não sabe como que eles formam esse valor X, esse valor referencial?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Não, não tenho a menor ideia. Só chega para a gente, tanto que todo mês é uma surpresa. A gente não sabe o valor que a gente vai receber. E já vem assim. Do ano passado para cá, do meio do ano passado para cá, vem baixando dez centavos todo mês. A gente já estava até esperando isso, todo mês baixando dez centavos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O último pagamento, qual o valor que o senhor recebeu por litro?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - R\$ 1,44.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - R\$ 1,44.

O valor que o laticínio paga é o mesmo valor que o Conseleite divulga? O Conseleite divulga um valor X, referência lá do leite. Tem sido o mesmo que o laticínio está pagando, também?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Olha, o laticínio passou uma tabela para a gente, quando a gente procurou para reclamar. Eles dizem que pagou até um pouquinho a mais.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O laticínio?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - É. Mas eu acho que não tem condições de a gente estar recebendo, hoje, um valor de leite de cinco anos atrás. Com o valor que a gente paga no mineral, a inflação subiu, tudo subiu. A gente recebe, hoje, um valor de leite de cinco anos atrás. Qual é a justificativa para isso, não é?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim. O senhor tem sempre ficado informado sobre esse preço referencial que o Conseleite tem passado? Ele anuncia os valores de referência do leite, do litro, por exemplo, do leite. Sempre o senhor consegue saber essa informação?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Quando o laticínio passou, eu pesquisei, procurei pesquisar na internet. Tinha lá o valor de referência, mas a gente não entende como se chega lá àquele valor de referência. Pelo que eu entendi, qual que é o órgão responsável por isso daí? É alguém do governo que é responsável por isso? Porque a gente que é produtor, acho que a maioria aqui, a gente não entende bem quem que é o responsável por citar esse valor para a gente, que a gente tem que receber isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Na opinião do senhor, então, o senhor acha que não é

transparente essa formação? Esse processo.

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA – Não, não é transparente. E fora essa questão, se eu procurar, hoje, tentar mudar de laticínio, eu não consigo. Eu não consigo, porque eu já tentei já com quatro laticínios, e eu não consegui mudar de laticínio.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto.

Sobre o custo de produção, quais são atualmente os principais custos da atividade para o senhor? É na alimentação, é medicamento, é energia elétrica, é mão de obra, transporte ou existem outros?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Para mim, na propriedade, para a gente é a nutrição do animal, lógico, mineral. Mineral hoje está um absurdo de caro. Se você for acompanhar aí, se você for fazer as contas, você entregando, você acaba ficando prejuízo, você não tem lucro, mas a gente já tem essas matrizes lá.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mas na opinião do senhor, hoje, seria um dos gargalos aqui que mais gera custo para a atividade seria essa questão da alimentação, na opinião do senhor, porque aí tem: alimentação, tem os medicamentos, a energia elétrica, a mão de obra, transporte.

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA – Sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Na opinião do senhor, hoje, o que o senhor acha que mais encarece seria essa questão da alimentação?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA – É, a questão da nutrição do animal.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Nutrição.

Mais algum outro ponto que o senhor acha também que ficaria no segundo? Pode citar, fica à vontade.

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA – A mão de obra, com certeza. A mão de obra é o que pesa bastante.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto.

O preço pago hoje pelo litro de leite, cobre integralmente os custos de produção, hoje, que o senhor tem?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Olha, eu acredito que não. A gente está hoje tirando leite e a gente está ficando prejuízo ainda. Eu tenho praticamente certeza disso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) –

Na opinião do senhor, gera lucro, prejuízo ou apenas equilíbrio?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Prejuízo, porque a gente saiu de um cenário estável que a gente estava, aí o cenário mudou do nada e a gente está lá com esse gado dando leite, com essas matrizes, a gente vai fazer o quê? Como que a gente vai mudar do dia para a noite a nossa fonte de renda?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Sim. O senhor já operou com prejuízo nessa atividade do leite, na produção do leite?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Mês após mês. O que eu falei aqui antes, do meio do ano passado para cá, veio baixando 10 centavos todo mês.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Tem mais ou menos quanto tempo que o senhor vem operando com prejuízo nessa atividade? O senhor tem uma noção? Tem mais de anos?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Eu acredito que está fazendo pouco mais de um ano.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Houve necessidade de reduzir o rebanho? Vender bens?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Contraiu dívidas?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Abandonou parcialmente a atividade?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - É uma coisa que acaba desincentivando a gente na área, não é? Eu tinha previsão de fazer investimento, acabei recuando. Matriz, a gente teve que vender matrizes, porque não está compensando. Vaca que estava produzindo leite, a gente acabou soltando para o pasto, para criar o bezerro lá, porque está compensando mais criar o bezerro solto lá, porque o valor do gado está compensando muito mais do que o leite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – O senhor tem vendido gado de leite?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Sobre a questão dos prazos, no caso de pagamento dos laticínios para o senhor, da entrega até o efetivo pagamento tem sido quanto tempo? Trinta dias, mais de trinta dias?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Trinta dias.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Trinta dias?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Isso tem ultrapassado ou sempre é pontual trinta dias?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - É sempre pontual.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Tem um contrato fixo com o laticínio ou não?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Não, não tem contrato, não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Não existe, não é? Então, essa possibilidade do contrato, ela não existe, não tem nada firmado entre produtor e laticínio, não é?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – No caso, há essa liberdade de o senhor está vendendo para um laticínio e mudar para outro laticínio? Está havendo, nesse momento, essa liberdade de trocar? "Eu vendo para o laticínio A, eu quero ir para o B, ou para o C ou para o D". Está havendo essa liberdade?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Não. Essa liberdade a gente também veio perdendo junto com o valor do leite. Hoje em dia a gente não tem essa liberdade para trocar de laticínio. A gente já imagina mais ou menos o que está acontecendo, mas ainda não tem certeza. A gente não sabe o que está acontecendo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Hoje, se o senhor quiser mudar de laticínio, o senhor não consegue?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Não. Eu já tentei.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Tentou por várias vezes?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Tentei com quatro laticínios, inclusive recentemente. E eu obtive uma resposta que, assim, os quatro laticínios de diferentes regiões aqui, um de Presidente Médici, um de Alta Floresta D'Oeste, outro de Mirante da Serra. E eles disseram, quando eu procurei para fazer essa mudança, a primeira pergunta deles não era a quantidade de leite que eu tinha, não era onde era a propriedade, a pergunta deles era para que laticínio eu estava entregando.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo.

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Como se isso fosse fazer alguma diferença, porque o que eu estou vendendo é leite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Eles colocaram mais alguma outra restrição quando o senhor tentou mudar de laticínio, esses outros que o senhor procurou? Eles disseram mais alguma outra coisa?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Só se eu não estivesse entregando.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Eles só pegariam do senhor se o senhor não estivesse entregando para outro laticínio, seria isso?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Se eu não estivesse entregando para ninguém. Mas como, que a gente trabalha no setor há tanto tempo, eu não vou estar trabalhando, entregando para ninguém.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Não tem como, não é? Certo.

Sobre as bonificações. O senhor recebe alguma bonificação por qualidade do leite?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Não. O que o laticínio passou para a gente é por quantidade só.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Então o senhor não recebe nenhuma bonificação por qualidade?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – O senhor tem acesso a algumas informações, no caso, do preço final do leite no mercado, os custos industriais e dados utilizados pelo Conseleite? O senhor tem essas informações?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Os dados que eu tento usar como referência são as prateleiras do mercado, porque eu saio para fazer compra e eu não vi nada que justificasse lá no produto final, a diferença de valor que eles estão pagando para mim, que estou vendendo a matéria-prima.

Então, eu não vi lá nas prateleiras de supermercado nada que justificasse isso, porque se tivesse baixado lá também, seria justificável, não é? Quem não é produtor, está indo lá comprar, eu estou vendendo mais barato, mas lá está sendo, o produto final também está mais barato, não é?

Mas isso não está acontecendo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O senhor considera que há, então, uma desigualdade de

informações entre produtores e indústria?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Sim, sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Sobre as políticas públicas e apoio do Estado, o senhor recebe assistência técnica da Emater ou de outra entidade, instituição?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Não. **(falha do microfone)**

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Não. Já foi beneficiado por alguma política pública estadual voltada ao leite?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Para a área específica do leite, não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não, nada, nem um equipamento, nem um insumo, nem a assistência técnica?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA – Ah, tá. Não, a gente tem dois tanques de leite lá pela Emater.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Pela Emater?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - É.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. O senhor considera que o Estado apoia adequadamente o produtor de leite?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Eu não acredito nisso, pelo menos eu não vejo isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O que falta na opinião do senhor hoje de políticas públicas do Estado para realmente?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Eu acho que principalmente intervir numa situação dessa, porque isso não é de hoje, isso está vindo já de algum tempo já. Aí não tem como dizer que a política pública não está vendo isso aqui dentro do Estado. Porque o que eu vejo, o que eu vi, e o que eu acho que é, um laticínio grande que veio de fora para prejudicar a gente aqui dentro.

E eu acho que um político que quer dizer: "Ah, eu sou de Rondônia", e você ser daqui e permitir vir alguém de fora para prejudicar o seu próprio povo, aqui dentro do Estado, porque é o que estou vendo acontecer é isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Após a alteração legislativa recente que extinguiu

o Fundo Proleite, houve impacto percebido na atividade? Tinha um fundo do Estado, que é o Proleite, e ele foi extinto. O senhor tem conhecimento desse Fundo, do Proleite? Já ouviu falar?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Eu já ouvi falar. Inclusive sobre subsídio que o laticínio recebe do governo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim. O senhor já recebeu algum benefício anteriormente através desse Fundo Proleite?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Não, eu não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não, certo.

O senhor percebe hoje, dentro da questão da estrutura de mercado, o senhor percebe que as indústrias pagam preços muito semelhantes entre si? Eu digo laticínios. Por exemplo, o senhor acha que eles têm os preços muito semelhantes, que eles pagam ao produtor?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O laticínio "A" e o laticínio "B".

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Preços idênticos até.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Iguais?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Idênticos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

O senhor já teve a impressão que há uma combinação de preço entre os laticínios?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Sim, acredito que sim. Não só na combinação de valores, mas também na questão de competitividade, de a gente estar preso a um laticínio e não conseguir mudar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo.

O senhor acha que há essa dificuldade hoje de mudar, no caso, de laticínio, na sua opinião? "Ah, eu estou vendendo aqui, quero vender para o outro."

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – "Estou vendendo para o A, quero vender para o B."

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Não é que há dificuldade. Não tem essa possibilidade. Não existe essa possibilidade, porque eu já tentei várias vezes. Não

existe nenhum laticínio, que é uma coisa inédita para nós aqui. Nunca aconteceu isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Por que isso tem ocorrido? Qual o principal motivo? Teria um motivo específico para que o senhor compreenda que isso aconteça? Essa questão de o laticínio "A" não quer deixar eu ir para o laticínio "B" ou para o "C". Teria algum motivo para o senhor?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - O motivo que eu acredito é que tem uma "acordança" aí entre eles. Claro que a gente não vai saber dos detalhes, mas teve um laticínio... Posso falar aqui nomes?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Pode.

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Teve o Italac. Há um tempo atrás ele chegou no mercado aqui, colocando um valor muito acima do mercado que estava. Inclusive conseguiu, dizer assim, "pescar" vários produtores, tirar do laticínio que você estava já acostumado por uma diferença de 50 centavos, às vezes até R\$ 1,00; e ele fez isso e pegou vários produtores para eles.

E de lá para cá, esses valores vêm só baixando, baixando, baixando, até chegar a um ponto que quando a gente foi tentar mudar de laticínio, a gente não conseguiu mais. Eu acredito que é essa "acordança" por fora aí, entre eles, porque se você disser hoje que você está entregando para o Italac, você não consegue mudar de laticínio.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Olha só.

Os impactos sociais, não é? O senhor pretende continuar na atividade leiteira, sendo produtor de leite?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Eu pretendo, sim, acreditando uma melhora no setor, né?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – No caso, por que o senhor pretende continuar?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA - Porque é algo que eu já tenho há vários anos, né? Que a gente trabalha há tanto tempo. Todo mundo aqui tem seu gadinho, suas vacas, que é uma coisa que a gente já está acostumado a fazer.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Há casos na região do senhor, de produtores que abandoaram essa atividade, ou de redução significativa da produção do leite por alguns produtores, não é? Ou até mesmo do senhor?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA – Sim, lá na propriedade nossa e outras também da região. Porque

acaba desincentivando a gente, de estar trabalhando com leite, nessa área.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Essa crise que a gente tem passado na cadeia produtiva do leite. Ela tem criado algum impacto na família do senhor, na comunidade local, no município, na sua visão? O senhor tem sentido?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA – Tenho. Tem para mim e acho que para todo mundo. Primeiro, a gente se desfazendo de rebanho para manter a propriedade, principalmente. Hoje, a gente está tendo que se desfazer de rebanho para manter a propriedade.

Eu, no meu caso, tive que até procurar um emprego fora, meio período, fora. Um emprego de motorista para conseguir manter meus compromissos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Na sua visão, quais medidas são essenciais para garantir preço justo e fortalecer o produtor? Teria alguma medida que o senhor acha que seria interessante relatar?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA – Para mim, uma medida seria ter uma fiscalização séria sobre isso, porque foi feito greve. Há pouco tempo a gente passou aqui por situação de greve, e a gente achou que ia resolver. E acabou não resolvendo nada, e até hoje, a gente está na mão dos laticínios, porque eles definem preço. Então eu acho que teria que ter um papel do Estado, referente a isso aí, de ter um órgão regulador do Estado para fazer isso aí, para a gente não estar à mercê das empresas privadas.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

O que, na sua opinião, o senhor acha que deveria mudar na relação com os laticínios, hoje? Teria alguma sugestão de produtor e laticínio?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA – Olha, a relação produtor e laticínio... Eu acho que é mais a transparência mesmo, não é?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Que tipo de política pública o senhor acha que seria mais eficaz, hoje, para quem está envolvido nessa cadeia produtiva do leite? O que seria mais interessante? É o crédito, é assistência técnica, regulação de preço, fiscalização?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA – É, assim, tudo que você citou aí seria bom.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo.

Correto. Teria alguma que o que o senhor acha que seria mais importante? Crédito, assistência técnica, regulação de preço, fiscalização ou todas as quatro?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA – A fiscalização por parte do Estado seria muito importante. Investimentos, programas. Programas que eu acho que faltam aqui para a gente também, de incentivo à cadeia de produção de leite. A gente não vê muito aqui, eu já ouvi falar do “Programa Balde Cheio”, programa que incentivasse a gente, acompanhamento também, para melhoria de assistência técnica, acho que tudo seria bem-vindo, não é?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

O senhor deseja acrescentar mais alguma informação que o senhor acha que seja relevante, que não foi perguntada para o senhor? Se quiser, fique à vontade.

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA – Não, acho que durante a conversa eu acabei falando tudo que eu tinha para falar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Senhor Cristiano, agradeço a sua contribuição e declaro por encerrada essa oitiva com o senhor, está bem?

O SR. CRISTIANO COSTA SILVA – Obrigado.

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - Presidente, enquanto o Cristiano falava aqui, eu pesquisei aqui na internet, quem dita o preço do litro de leite. E aqui, eu caí aqui na página da Seagri (Secretaria de Estado da Agricultura), nas Resoluções, nas últimas duas Resoluções do Conseleite, que é o Conselho Paritário de Produtores e Indústrias do Leite do Estado.

Como o Cristiano falou, desde outubro para cá, o preço vem caindo 10 centavos ao mês, já chegando aí a R\$ 2,24, do leite que foi entregue em agosto para ser pago em setembro, na alta, na baixa, R\$ 1,74. Em setembro, ele caiu para R\$ 2,20, na alta, e na baixa, R\$ 1,74.

E lá embaixo, na Resolução, tem os parâmetros que tratam do preço do leite. E pasmem, o próprio Conseleite dita que o primeiro parâmetro para a definição, para a precificação é a fidelidade ao laticínio.

Então, assim, a gente está aqui buscando uma solução, buscando a medida, e o próprio Conselho que representa vocês, está dizendo que quanto mais vocês forem fiéis ao laticínio que vocês costumam vender, o preço vai melhorar, vamos assim dizer.

Então, assim, e depois passa por outros parâmetros, como a distância até o laticínio, a qualidade da estrada, da propriedade até o laticínio, a temperatura do leite, do tanque de resfriamento, a capacidade dos tanques, o tipo de ordenha, os fatores do mercado, a sazonalidade, as condições sanitárias das propriedades

rurais e outros benefícios concedidos pela indústria.

Então, assim, acredito, Presidente, que nas próximas audiências que essa Comissão agendar, nós temos que convocar o Presidente, não sei se ainda é o mesmo aqui, mas o senhor Manoel Carlos Dantas. Está aqui? Ah, que perfeito, então. E o Rogério Figueiredo Bertelli também, que assina aqui essa Resolução, para nós buscarmos entender por que a fidelidade do produtor rural ao laticínio é importante.

Então, assim, eu acho que passa por aí a definição dessa precificação. Então, a gente está aqui para isso, a gente está aqui para ouvir e o nosso relatório vai ser nesse sentido, de buscar uma solução. Porque eu não saí de Porto Velho para vir para cá e perder meu tempo, não.

Então, assim, eu estou aqui, longe da minha esposa, dos meus filhos, para buscar uma solução para vocês. Independente do empresário, dono da indústria, independente do Conselho, independentemente de qualquer que sejam os envolvidos aqui nesse ambiente, nesse ecossistema.

Quando a Deputada Cláudia estava mendigando assinatura, a Deputada Cláudia passou de um em um deputado, colhendo a assinatura, buscando pessoas, buscando deputados para resolver esse problema, para buscar resolver esse problema, que foram poucos que assinaram, não é deputada?

E assim, eu quero parabenizar mais uma vez aqui o trabalho da Deputada Cláudia de Jesus. Eu fui um dos que assinei e já falei assim: “Conte comigo, mas eu vou entrar para resolver”. Porque quando eu não era deputado, eu lembro, Deputada Cláudia, na antiga Assembleia houve uma CPI do leite. Quem lembra da outra CPI do leite que teve? E o que foi resolvido de lá para cá? Infelizmente, nada.

E eu sou militar do Exército Brasileiro, 21 anos de militar. E, assim, eu não faço nada que não tenha resultado. Eu sempre busco entregar resultado. E eu não me desloquei da minha casa à toa para passar pano para ninguém. Então, a gente vai buscar uma solução juntos para isso, Deputada Cláudia Jesus. Parabéns pelo seu trabalho.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada, Deputado Eyder, pela sua contribuição.

E agora nós vamos ouvir o Senhor Elivaldo Andre da Silva, morador da Linha **\*\* (dado anonimizado conforme LGPD)** aqui do Município de Alvorada D’Oeste.

Senhor Elivaldo, trata-se de uma oitiva direta com produtores rurais realizada neste Município de Alvorada D’Oeste, aprovado por ocasião da 1ª Reunião Extraordinária realizada por esta Comissão no dia 1º de abril de 2026. Esta Comissão foi constituída diante do cenário da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia, especialmente demonstrada na Audiência Pública que tivemos, realizada pela Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, na cidade de Ariquemes, na data de 15 de dezembro de 2025. Diante da constatação de

disfuncionalidades estruturais na cadeia produtiva que foi constituída a presente Comissão.

Nós tivemos um requerimento pelo qual foi criada essa Comissão Parlamentar de Inquérito, o Requerimento 3540/2025 de autoria Coletiva, que "Requer a Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia e dá outras providências".

Sendo assim, procederemos agora à oitiva e advirto ao senhor que está sendo ouvido na condição de convidado e informante desta Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia.

Informo que o senhor tem o dever de dizer a verdade e informo também que esta oitiva está sendo filmada e gravada.

Senhor Elivaldo, o senhor tem muito tempo que atua na atividade leiteira?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Cinco anos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Cinco anos.

A propriedade do senhor é classificada como agricultura familiar, uma pequena propriedade ou não?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Exato. Qual o número de pessoas hoje que dependem diretamente da atividade dentro da sua família, que trabalha junto com o senhor?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Eu e minha esposa.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo, duas pessoas.

Qual o tamanho hoje da propriedade em hectares? E quantos animais em lactação possui atualmente? O senhor sabe me dizer?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Hoje eu tenho 21 alqueires e a gente tem em lactação hoje, a gente tem 24 vacas.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo. Qual a média diária de produção de leite atualmente do senhor?

O SR. ELIVALDO ANDRÉ DA SILVA - Hoje varia de 70. Isso é muito relativo de a gente falar, porque um dia depende muito do manejo que a gente faz e varia hoje de 80 litros acima.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Houve redução da produção nos últimos anos? Reduziu o leite nos últimos anos?

O SR. ELIVALDO ANDRÉ DA SILVA - Não. Porque assim, como eu estou há pouco tempo no setor leiteiro, a gente já está tentando fazer um acompanhamento para que a gente mantenha ali uma produção de 80 litros acima.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto.

Sobre a formação do preço do leite pelo Conseleite. O senhor tem conhecimento e sabe como é formado o preço referencial do leite no Estado pelo Conseleite? O senhor compreende como é feito esse processo?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Eu até agradeço, que ele sempre passa as tabelas para nós, a gente pede todo mês e ele manda.

Tem outra coisa que a gente queria saber, se eu estiver falando alguma coisa que estiver fora do padrão, eu quero que o senhor me corrija. Quando o senhor passa a tabela para nós, ela vem com dois ou três espécies de pagamentos. Três. Eu queria saber por que quando eles passam a tabela, principalmente o laticínio, eles pagam a gente na tabela mais baixa. Sendo que eles não procuram saber qual a qualidade do leite. Porque você faz os exames, faz tudo que tem que fazer, e eles sempre mantêm você no preço mínimo. Se o seu leite tem qualidade, por que eles não pagam dentro da tabela?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

O senhor é previamente informado sobre o preço do leite que o senhor vendeu para o laticínio? Eles informam com antecedência o preço?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Sim, ele coloca na nota, vem uma taxa embaixo dizendo que mês que vem vai vir um valor X, o mínimo que vai ser pago vai ser X.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - No caso, o valor hoje que o laticínio paga, é o mesmo valor que o Conseleite divulga?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Às vezes diminui. Eu não peguei a tabela esse mês para me basear. O nosso leite esse mês veio R\$ 1,49.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - A última vez veio R\$ 1,49?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - É, o que eu recebi mês passado, veio R\$ 1,49.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - E o Conseleite tinha anunciado?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Na verdade,

ele não passou a tabela ainda, que passa a tabela para nós. Sequência. Então, eu tenho que basear, porque daí quando ele passa a tabela, que vem menos, a gente reclama.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mas, geralmente, vem menos por parte do laticínio?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA – Geralmente, vem menos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Geralmente.

Na opinião do senhor, o modelo atual de formação de preço é transparente?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não.

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Tem duas coisas que eu acho que não é transparente. Primeiro, eu gostaria de saber, lógico, a gente está fazendo isso aqui para tentar chegar a uma conclusão e uma negociação, que seria bom para o laticínio, para não perder o cliente, e nós para não perder o fornecedor. Seria uma coisa essencial para os dois lados. Mas tem que ter uma parceria, porque parceria só de um lado não é parceria. Por que essa sequência de, por exemplo, a medição do nosso leite não tem uma fiscalização do governo? Como são vocês que faz as regras e que faz a fiscalização, por que vocês não têm um sistema de ter uma fiscalização?

Um exemplo que eu vou citar aqui, básico e normal. Quando a gente vai comprar qualquer outra coisa, a gente tem uma fiscalização do Inmetro que faz uma medição de tudo que foi feito hoje. Por que o laticínio, quando a gente vai ter um produto que a gente vai entregar, que vai ser consumido pela população, não tem uma medição, não tem uma coisa? E, geralmente, nunca se bate uma coisa pela outra. Eu posso pegar na nossa linha, todo mundo aqui — tem o Léo, tem as meninas —, você pode pegar os cinco tanques e basear que a mesma régua não bate, nas medidas não se bate. Então, assim, a gente queria que tivesse uma fiscalização, uma coisa básica, para a gente ter uma ideia.

Outra coisa também que eu vejo, que a gente fica na mão do laticínio, que acontece hoje. Às vezes a gente liga para um laticínio, que eu não vou citar o nome, a gente liga para o laticínio, hoje eu entrego ao Três Marias, mas eu ligo para o outro laticínio, o outro laticínio diz: “não, eu não estou pegando ninguém novo”; eu ligo para o outro laticínio.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Entendi. Essa pergunta eu vou fazer para o senhor já aqui na frente, só um pouquinho, que eu vou te perguntar uma outra, aí nós vamos entrar nessa daí, só para não antecipar.

Se falando aqui do custo de produção, quais, na opinião do senhor hoje, quais são atualmente os principais custos dessa atividade para o senhor hoje? É alimentação, é medicamento, energia elétrica, mão de obra, transporte ou existe outro?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Hoje, no caso, exemplo, no meu caso, hoje a gente trabalha com ordenha. Hoje a energia já é muito cara e se você não produz a sua própria comida, hoje você não consegue trabalhar com o setor leiteiro. Se você for comprar tudo hoje, você paga para trabalhar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Alimentação, então, o senhor acha que seria uma das...

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Hoje é uma...

O SR. EYDER BRASIL (Relator) – Eletricidade, que ele falou. Ele trabalha com ordenha mecânica. **(fora do microfone)**

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA – É, é eletricidade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É eletricidade. Entendi, correto.

O preço pago hoje pelo litro de leite cobre integralmente os custos de produção que o senhor tem?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Gera lucro, prejuízo ou apenas equilíbrio?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Na verdade, o leite hoje não paga os custos. Se você for fazer as contas, o leite hoje, para pagar o custo hoje, ele teria que estar hoje em R\$ 2,50. Se não você não tem lucro.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O senhor tem operado com prejuízo na atividade?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - O que compensa hoje é porque você tem um bezerro, porque senão hoje não compensaria. Hoje, se você for viver só do leite, o valor que tem, acho que 80% aqui já tinha parado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Então, nesse caso, o senhor tem operado com prejuízo nessa atividade?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Com certeza.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Por muito tempo isso veio acontecendo?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Na verdade, de leite eu sou bebê, porque eu só tenho quatro anos que eu tiro leite. Então, assim, eu comecei agora no ramo do setor leiteiro.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto.

Mediante essa crise que existe, houve necessidade de reduzir rebanho? De vender bens? Andou contraindo alguma dívida ou abandonou parcialmente a atividade?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA – Na verdade, a gente está diminuindo. Entendeu? Porque eu entrei, a gente estava com um projeto para entrar no leite, duas tiradas. Só que quando o leite começou a diminuir, a gente resolveu parar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. O rebanho também tem sido vendido?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA – Na verdade, a gente não pensa em... A gente tenta segurar o máximo possível do rebanho para ter uma renda mais estável no futuro. Porque tudo que você produzir, principalmente bezerro, essas coisas, e for vendendo, hoje não é compensativo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto.

Sobre a questão de prazo de pagamento, entre a entrega do leite e o efetivo pagamento. Tem sido qual o prazo? 30 dias ou isso tem ultrapassado?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA – Na verdade, você não é dono do seu leite, porque você entrega seu leite para receber com 60 dias.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – O senhor tem recebido depois que o senhor entrega com 60 dias?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA – É, eu entrego agora para receber o leite do mês passado, eu recebo agora. Desse mês, eu vou receber no outro mês. Então, assim, o leite fica 30 dias na casa para depois você começar a receber.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Então, no caso do senhor, tem ultrapassado aí, tem chegado a 60 dias?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA – Não. O leite, quando você começa, fica 30 dias na casa, porque é para depois você ir recebendo cada 30 dias.

O SR. EYDER BRASIL (Relator) – Na casa, que você está falando, é o laticínio? **(fora do microfone)**

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA – É, laticínio. Entendeu?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Isso é estipulado em contrato?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA – Não, isso não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Não tem nenhum contrato do senhor com laticínio?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA – Na verdade, o laticínio não faz contrato com ninguém. Ao menos até hoje, que eu tenho conhecimento, se tem feito, é muito bem escondido porque eu não conheço. E todo mundo que tira o leite, até hoje, que você chega para falar, e até com os vendedores de leite que você vai conversar, eles dizem: "Não tem como eu fazer contrato". É só palavra.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Há atraso no pagamento?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA – Não. Ao menos isso, eles estão mantendo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Então, essa questão do contrato não existe, não é?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA – Não existe.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – E, no caso, há essa liberdade, hoje, o senhor vende para um laticínio e o senhor quer mudar para outro laticínio, o senhor tem essa liberdade, hoje, para fazer isso? Consegue fazer isso?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA – Hoje, eu não consigo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Tem alguma restrição que eles colocam quando o senhor quer fazer essa mudança?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA – Na verdade, hoje eu não sei o que acontece com os laticínios, que eles, eu acho que, não sei, eu não posso falar porque eu não tenho como provar.

Se você fala uma coisa, você é obrigado a provar. Mas pelo que a gente vê acontecer, hoje, você liga para dois ou três compradores, eles dizem: "Não, a gente não está abrindo novas compras". A única coisa que eles falam.

Eu estou começando agora tirar o leite, estou com uma produção de "X", e eu estou querendo entregar para vocês. "Hoje nós não estamos abrindo mais compra". É a única resposta que eles dão.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Eles

não perguntam para o senhor se o senhor já entrega para outro laticínio?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA – Não. Eles só falam assim: “Hoje a gente não está abrindo mais compra, tem que esperar”.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Teve algum, já nesse período, cancelamento de coleta do leite na sua propriedade?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA – Não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Não?  
O senhor recebe alguma bonificação por qualidade do leite?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA – Antigamente, a gente recebia alguns benefícios. Porque assim, eles pagavam, um exemplo: a gente fazia um sistema de rodízio de piquete para as vacas, eles davam ajuda de custo, porque você tem que fazer adubação dos piquetes. Então você tinha uma ajuda de custo desses piquetes. Eles pagavam ajuda de custo pela sua silagem que você dava para o gado. Eles pagavam ajuda de custo da energia. Só que hoje eles cortaram tudo, eles não ajudam mais. Esse era um acordo que a gente tinha com o laticínio, e eles, hoje, cortaram.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Mas dentro desse acordo tinha, por exemplo, resultados de laboratório que comprovavam a maior qualidade do leite ou não? Ou era só mesmo uma forma de contribuir.

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA – Não. Contribuir para você não deixar o seu leite cair. Então era onde você tinha uma ajuda de custo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto.

O senhor, hoje, tem acesso às informações, por exemplo: o preço final do leite no mercado, os custos industriais, os dados utilizados pelo Conseleite. Hoje, o senhor consegue ter acesso a essas informações?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA – Sim. Ele passa para nós a tabela.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto.

Hoje, dentro das políticas e apoio do Estado, o senhor recebe assistência técnica da Emater ou de alguma outra entidade?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA – Tinha, esse projeto até terminou, era um projeto de um ano, que a gente tinha uma assistência pela Emater, só que foi só um ano, que era um projeto com assistência técnica veterinária.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Nesse momento o senhor recebe assistência técnica?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA – Não, terminou, é um ano só, que era um projeto do governo, que tinha um ano para ela dar essa assistência.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Tem muito tempo que o senhor não está assistido?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA – Não, terminou agora.

SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Ah, tá. Recente.

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA – Recente.

SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – O senhor já foi beneficiado por alguma política pública do Estado?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA – Não, senhora.

SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Não?  
Tem conhecimento sobre o Fundo Proleite? O senhor conhece, já ouviu falar?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA – Tenho. Já, já ouvi falar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Já recebeu algum benefício prático do Proleite?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA – Desse... A senhora pode repetir a pergunta?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Do Fundo Proleite, o senhor já recebeu algum benefício?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Alguma política pública? Essa assistência técnica foi pelo Proleite, é isso?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Foi pelo Proleite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Ah, tá, entendi. Então, nesse caso, através do Proleite, foi a assistência, não é?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA – É.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Após a alteração legislativa recente que

extinguiu o Fundo Proleite, houve impacto percebido na atividade? Esse Fundo foi extinto. E na opinião do senhor, isso impactou alguma coisa? Por que o senhor recebia somente a assistência?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - É, na verdade, só a assistência técnica.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Só assistência, correto.

O senhor considera que o Estado apoia adequadamente o produtor de leite?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não. O que o senhor compreende que falta hoje, de apoio do Estado?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - A gente deveria ter alguma ajuda, na verdade. Porque só o que o laticínio faz, na verdade..., a gente precisava de mais apoio do governo para fiscalizar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O senhor acha que a fiscalização...

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Já ajudaria, por quê? A gente fica muito na mão do laticínio. Hoje você não tem uma fiscalização. Hoje é o que o laticínio falou e acabou.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Falou, está dito, não é?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - É.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Entendi. Teria mais alguma sugestão sobre políticas públicas ou não?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Sobre a estrutura de mercado. As indústrias pagam um preço muito semelhante entre si? Na sua opinião hoje, como o senhor vê? Há uma diferença no preço pago de um laticínio para outro, para o produtor?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - A minha opinião é muito concreta, porque eu acho que isso é uma máfia.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Você acha que o preço hoje, essa questão do preço o senhor vê como igualitário ou não?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Não, eu

acho que eles fecham entre eles.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É o único preço?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Porque é o único preço. Tem diferença de R\$ 0,05, R\$ 0,10, R\$ 0,03. Então, assim, não tem uma diferença, uma margem muito grande para dizer: "Ah, o laticínio X está pagando isso." É mais de R\$ 0,03.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - A variação é pequena?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - A variação é muito pequena. Centavos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

O senhor já teve a impressão que há uma combinação de preço entre os laticínios?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Com certeza.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Há dificuldade hoje em mudar de comprador, de laticínio, no caso?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Também.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

O senhor pretende continuar na atividade leiteira?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Na verdade, eu pretendo continuar, porque a gente já faz um trabalho de inseminação, que é para melhorar o rebanho, para a gente não parar, né?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Há casos aqui na sua região de produtores que abandonaram a atividade? De redução significativa da produção do leite? O senhor tem conhecimento de outros produtores também que tem abandonado ou que reduziu a produção?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Sempre tem algum que para e outros que reduzem.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Qual o impacto da crise do leite hoje, na sua opinião, referente à sua família, na comunidade, no município? O senhor acha que isso tem impactado? O senhor tem sentido isso junto com a sua família?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Na verdade, hoje, se você for viver só do leite, você não conseguiria. Se você não tiver uma renda extra no sítio, porque a gente sempre, como a gente fala, eu e minha esposa, hoje no sítio se você não tiver uma ou duas rendas extras, só do leite você não vive. Entendeu? Porque o que eles fazem hoje, pelo valor hoje que é feito, hoje não compensaria nem entrar no curral.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Na opinião do senhor, que tipo de política pública seria mais eficaz hoje: crédito, assistência técnica, regulação de preço ou fiscalização?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Eu acho que deveria ter uma regularização de preço e uma fiscalização pública melhor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Importante.

O senhor deseja acrescentar mais alguma informação relevante que não foi abordada aqui nesse questionamento?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Não, eu acho que foi falado bem sobre o assunto e é onde a gente espera que essa CPI aqui tenha um resultado. Porque a gente conhece, a gente sabe que... a gente está apostando. Espero que esse trabalho seja um... que leve isso à frente, porque a gente vai lá no serviço, vem aqui, e a gente está acreditando no trabalho de vocês. Entendeu? E o que a gente espera que vocês, verdadeiramente, tenham resultado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Obrigada, senhor Elivaldo. A gente pede ao senhor sobre essa questão de notas, se o senhor puder mandar para a gente, através de fotos, a Daiane está nos ajudando, contribuindo com esses documentos, para que a gente possa comprovar essas variações de preço, e algumas outras informações que o senhor achar pertinente, puder nos mandar, a gente agradece.

Deputado Eyder, o senhor tem algum questionamento que gostaria de fazer ao Senhor Elivaldo?

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - Aqui na Resolução do Conselho, está dizendo que nesse preço de referência aqui é descontado 1,5% do produtor rural. O que seria o Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural)?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Fundo rural.

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - O que é isso?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Isso é imposto que a gente paga, desse 1,5%. Isso aí é o Fundo Rural.

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - É o Funrural. Então, desse valor que você vende, R\$ 1,50, R\$ 1,40, ainda paga 1,5% para o Conselho?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - É.

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - Esse valor vai para o Conselho?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Não, eu acho que vai para o governo. Esse vai descontado na taxa para pagar imposto.

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - Tá, mas é descontado onde? É descontado do laticínio?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Não, é descontado do produtor.

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - De quem?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Do produtor.

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - Esse dinheiro vai para onde?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Vai para o governo.

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - Mas vocês vendem para o laticínio?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Na verdade, a gente...

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - Mas o laticínio comprova que está descontando e está pagando o Estado?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Não, a gente só vê a nota.

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - É porque o laticínio recebe o subsídio e recebe ainda do produtor rural.

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - 1,5%.

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - 1,5%?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - É. Só que a gente não tem nenhuma comprovação...

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - Como é que vocês comprovam que vocês estão tributando ao Estado e não apenas sendo mais uma vez lesados pelo laticínio?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Essa comprovação a gente não tem, porque a única coisa

documentada...

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - Além do preço ser lá embaixo, vocês ainda pagam 1,5%. Na verdade, vocês não pagam. Vocês pagam porque o laticínio deixa de pagar para vocês 1,5%. Então, vocês estão perdendo mais 1,5%. E aí o laticínio não comprova nada para vocês que vocês pagaram esse 1,5%.

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Não, hoje o comprovante...

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - Aí eles recebem o subsídio do Estado e mais 1,5% de vocês? Então tá. Vamos lá. São perguntas aqui, Deputada Cláudia, que a gente precisa tratar com os laticínios também quando formos convocá-los para essa oitiva também.

Dentro do parâmetro ainda de preço, tem a questão da qualidade do leite. Quantas vezes o senhor fez teste de qualidade na sua propriedade?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Na verdade, a gente faz...

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - Nos últimos dois anos?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - A gente faz o teste, o laticínio vem, a gente tira, eles vêm, acompanham, e a gente faz com eles os testes.

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - O próprio laticínio?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - O próprio laticínio. Se o leite não estiver bom, eles não levam. Entendeu?

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - Todos os dias?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Não. Geralmente os caras, eles fazem, aqui eles têm duas formas de fazer. Eles fazem na hora que eles retiram o leite e antes de eles colocarem no caminhão, eles têm um produto, na verdade eu não sei te dizer o nome, que eles fazem o teste na hora, ou você tem que fazer o teste do seu rebanho particular, porque eles não fazem.

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - Entendi.

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - E se você faz particular, exemplo, eu mesmo não faço. Por quê? Eu vou fazer, eu tenho o meu gado. Eu já faço o teste de mastite no curral, eu já tenho a despesa que eu tenho que fazer, e se eu for fazer os exames, eu tenho que pagar por fora. O que eu tenho de retorno nisso? É onde vem a tabela dele.

Se eles pagassem pela classificação do leite, eu faria com o maior prazer, porque eu sei que o meu leite

ia ter um volume de 10, o melhor preço, R\$ 0,10, R\$ 0,15. Mas a gente não tem. Se alguém tem, alguém me diz, porque eu vou cobrar, eu vou fazer, eu vou cobrar, eu vou fazer questão de cobrar para eu ter, porque isso é informação. Entendeu?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Me permite? Esse teste do leite, eles fazem em um tanque com o leite de todos os agricultores. Então, não dá para ter uma noção. **(fora do microfone)**

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - Não é individual?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Não.

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - Entendi. O Estado não faz nenhum tipo de teste, então?

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO - Não. **(fora do microfone)**

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - O IPEM (Instituto de Pesos e Medidas do Estado) não vem fazer nada?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Não.

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - Verificação?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Não.

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - O Elivaldo me trouxe aqui, ele fez uma pergunta para os deputados, por que os deputados não fazem essa fiscalização? Mas, à Deputada Cláudia foi questionada isso, foram trazidas denúncias e ela propôs uma CPI e nós estamos aqui hoje, essa é a nossa parte. Uma vez que houve indícios de ilicitude nessa negociação comprador-vendedor, no caso do leite. Como pode haver alguém aqui ir lá no Supermercado Atacadão, no Assaí, no Irmãos Gonçalves, e falar assim: "Estou sendo aqui lesado" e vai trazer uma denúncia. Nós, parlamentares, somos obrigados a ir lá e fiscalizar. É o que nós estamos fazendo aqui, a questão do leite.

Mas, o próprio Conseleite diz nas suas Resoluções que a tabela que eles colocam é apenas uma referência. O laticínio pode seguir ou não. Então, nós estamos aqui para tentar buscar sermos o mediador nesse relacionamento de compra e venda do leite. Porque como representantes de vocês, parlamentares que somos, a gente não pode permitir que o nosso povo, a nossa gente, seja lesado em detrimento de outros Estados por aí. Então a gente está aqui para realmente, Elivaldo, para a gente tentar corrigir essa injustiça que está ocorrendo aqui no Estado de Rondônia. Está bom, meu amigo?

O SR. ELIVALDO ANDRE DA SILVA - Está bom.

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - Obrigado. Parabéns.

Eu fiz uma conta rápida aqui e talvez o Elivaldo seja, dos que passaram por aqui, o que se chega mais próximo de produzir 100 litros de leite por dia. Eu coloquei lá 100xR\$ 1,40. Vocês falaram que está R\$ 1,35. Vai dar R\$ 140,00 por dia. Se ele for trabalhar os 30 dias no mês, vai dar R\$ 4.200,00. Quem vive hoje com R\$ 4.200? Porque para você ter R\$ 4.200,00 e aí a gente está falando em torno de 40 cabeças, 50 cabeças. Isso não dá para comprar sal, não dá para fazer melhoramento genético.

Então, o que nós temos que fazer: elevar o valor do leite, do litro de leite que nós estamos vendendo. É por isso que nós estamos aqui hoje. Porque é como o Elivaldo falou, se não tiver uma outra renda, se a pessoa não for trabalhar com outra situação, fica realmente muito difícil.

Então, nós estamos aqui, nós aqui nesta sala, vocês são todos funcionários dos laticínios, essa é a realidade.

Deputada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Deputado Eyder.

Pessoal a gente vai fazer uma mudança aqui nos nossos trabalhos.

Como vocês viram, nós ouvimos aqui 3 produtores de leite, no qual o questionamento é o mesmo para cada um deles. Todos os que vêm aqui é esse mesmo questionário que nós iremos aplicar a eles.

Então eu dialoguei com o Deputado Eyder, com a Daiane também, para que nós chamássemos os três que faltam e aí, a gente vai fazer alguns dos questionamentos aqui e também abrir para que eles, se quiserem, colocar alguma situação diferente do que a gente trouxe aqui, para que a gente possa ganhar mais tempo, agilizar mais o processo, está certo? Assim acho que fica melhor para todo mundo, não é?

E aí, a gente vai tentar agilizar, porque se tiver também alguma questão que algum dos senhores queiram também colocar para a gente ouvir. Acho que o Carlinhos também quer dar uma contribuição sobre essa questão do Conseleite, não é, Carlinhos? A gente pode abrir também.

Então, pode chamar a Daiane, eles aqui para a gente?

São três produtores que nós temos aqui. Só confirmar os nomes completos: Edinaldo Antônio Gusmão, Linha \*\*\*, Lote \*\*, Gleba \*\*, Urupá, **(dados anonimizados conforme LGPD)** isso? O nome do senhor completo?

O SR. DEVAIR APARECIDO AZEVEDO - Devair Aparecido Azevedo. **(fora do microfone)**

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Devair Aparecido Azevedo, Linha \*\*\*, Lote \*\*29, Urupá. **(dados anonimizados conforme LGPD)**

O SR. DEVAIR APARECIDO AZEVEDO - Isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

E o senhor?

O SR. CIRSO FERREIRA DA SILVA - Cirso Ferreira da Silva. **(fora do microfone)**

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Cirso Ferreira da Silva, Linha \*\*\*, Urupá. **(dado anonimizado conforme LGPD)**

O SR. CIRSO FERREIRA DA SILVA - Isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - São três produtores de Urupá. A gente agradece a disposição de vocês de contribuir com essa CPI.

Essa CPI se trata de uma oitiva direta com os produtores rurais, realizada neste Município de Alvorada D'Oeste, aprovada por ocasião da 1ª Reunião Extraordinária realizada por esta Comissão, no dia 1º de abril de 2026.

Quero pedir a todos que possam se manter em silêncio para que possam contribuir aqui com o andar dos trabalhos.

Esta Comissão foi constituída diante do cenário da cadeia produtiva do leite no Estado de Rondônia, especialmente demonstrada na Audiência Pública, realizada pela Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, na cidade de Ariquemes, na data de 15 de dezembro de 2025. Diante da constatação de disfuncionalidades estruturais na cadeia produtiva é que foi constituída pela presente Comissão.

Advirto aos senhores que estão sendo ouvidos na condição de convidados e informantes desta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite no Estado de Rondônia.

Informo que os senhores - o senhor Cirso, o senhor Devair e o senhor Edinaldo -, têm o dever de dizer a verdade.

Informo que essa oitiva está sendo filmada e gravada, e que o Requerimento 3540/2025 constituiu essa CPI, de autoria coletiva, que "Requer a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do Estado de Rondônia e dá outras providências."

Senhores Edinaldo, Devair e Cirso, as propriedades dos senhores são propriedades caracterizadas como agricultura familiar ou são propriedades maiores?

O SR. EDINALDO ANTÔNIO GUSMÃO - Eu acho que a minha é agricultura familiar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - A sua é familiar.

Senhor Devair?

O SR. DEVAIR APARECIDO DO AZEVEDO - A minha também é agricultura familiar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

E o Senhor Cirso?

O SR. CIRSO FERREIRA DA SILVA - A minha também está incluída na agricultura familiar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O senhor Devair, não é?

Nos últimos anos, houve redução na produção de leite nas propriedades dos senhores?

O SR. CIRSO FERREIRA DA SILVA - Sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim. Senhor Devair?

O SR. DEVAIR APARECIDO DO AZEVEDO - Teve também redução.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Edinaldo?

O SR. EDINALDO ANTONIO GUSMÃO - Sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Vocês têm conhecimento hoje de como é formado o preço referencial do leite no Estado de Rondônia pelo Conseleite? Vocês têm esse conhecimento, essa informação?

Edinaldo?

O SR. EDINALDO ANTONIO GUSMÃO - Eu já participei uma vez de uma reunião do Conseleite lá em Ji-Paraná.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Você tem um entendimento mais ou menos de como é formado?

O SR. EDINALDO ANTONIO GUSMÃO - Sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - E o senhor, senhor Devair, tem esse conhecimento também?

O SR. DEVAIR APARECIDO DO AZEVEDO - Eu não tenho bem conhecimento, viu?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

E o senhor Cirso?

O SR. CIRSO FERREIRA DA SILVA - Também não. Não tenho conhecimento não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) -

Correto.

Hoje, vocês sabem dizer para nós se o valor que o laticínio paga, é o mesmo valor que o Conseleite divulga hoje nesses preços de referência, que mensalmente o Conseleite disponibiliza?

O SR. EDINALDO ANTONIO GUSMÃO - O laticínio, vou falar por mim, o laticínio ele tenta aproximar. O Conseleite joga um preço lá, o laticínio vai lá e classifica em três valores. Um mínimo, um médio e um mais alto. É colocar volume. Coloca volume no produtor, que recebe um pouco a mais. Na minha intuição, eu acho que isso é errado, porque estão tentando diminuir o produtor pequeno, de 20 litros.

Tive proposta até de colocar o volume de leite, que o tanque todo é lá no meu sítio, que o tanque é lá em casa, colocar tudo na minha ficha e eu pagar o produtor. Não existe isso que eu vou tirar a nota do laticínio do produtor pequeno.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Essa proposta, ela foi do laticínio?

O SR. EDINALDO ANTONIO GUSMÃO - Foi de laticínio.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O próprio laticínio, ele sugeriu que você colocasse os demais...

O SR. EDINALDO ANTONIO GUSMÃO - Volume a mais na ficha, quanto maior o volume de leite, maior o preço.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Esse volume seria só o da produção da sua família ou também de outros?

O SR. EDINALDO ANTONIO GUSMÃO - De vizinhos, fizeram até essa proposta, de vizinhos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Entendi.

No caso, o senhor Devair, esse valor hoje que o laticínio paga é o mesmo valor que o Conseleite tem divulgado? O senhor tem acompanhado isso hoje? Quando o Conseleite coloca a tabela referência, o laticínio tem pagado o mesmo valor da referência do Conseleite?

O SR. DEVAIR APARECIDO DO AZEVEDO - Nem sempre. No começo vinha no rodapé da nota um valor, que eles eram obrigados a assumir aquele valor. Mas aí, na minha nota mesmo, nunca bateu. Não sei se é porque eu sou pequeno produtor, produtor que produz pouco, a gente está vendo grandes diferenças. O pagamento, valores. O vizinho mesmo já me disse.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) -

Sempre é menos por parte do laticínio? Nunca ele segue a referência do maior preço, no caso?

O SR. DEVAIR APARECIDO DO AZEVEDO - Isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

O SR. DEVAIR APARECIDO DO AZEVEDO - Vizinhos que já produzem bastante, eles já me disseram: "O nosso leite, o pagamento é um pouco diferente."

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Seu Cirso, o senhor tem esse conhecimento? Para o senhor, o preço sempre é pago o maior preço da referência que vem do Conseleite ou o do laticínio?

O SR. CIRSO FERREIRA DA SILVA - Bem, o mais é o normal do laticínio mesmo, não tem muito conhecimento não. A única coisa que a gente ficou assim meio é apreensivo que tenha uma proposta aí assim, se produzir de 100 litros para cima, é um valor, produzir de 100 litros para cima é um valor mais avançado, não é? E o pequeno vai ficar penalizado nessas alturas aí.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. A produção de vocês de leite diariamente, qual é a produção que o senhor produz?

O SR. CIRSO FERREIRA DA SILVA - Hoje a média é 50, 60 litros, não é?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

O senhor Devair, qual é a média de produção de leite diária?

O SR. DEVAIR APARECIDO DO AZEVEDO - Chegando a 30 litros só.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Edinaldo, vocês têm qual a produção?

O SR. EDINALDO ANTONIO GUSMÃO - O leite lá da nossa propriedade é em torno de 70 litros. Só que eu tenho um tanque lá em casa que é coletivo. Aí tem mais 20 produtores lá junto que colocam o leite no tanque.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Hoje, o preço que vocês recebem do leite hoje cobre integralmente os custos de produção?

O SR. EDINALDO ANTONIO GUSMÃO - Não cobre. Hoje o laticínio pagou lá a referência R\$ 1,49 para nós, e desconta Fundo Rural.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

E no caso, o senhor, senhor Devair, hoje o preço que é pago pelo litro de leite cobre integralmente os custos de produção?

O SR. DEVAIR APARECIDO DE AZEVEDO - Não, não consegue.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Na sua opinião, senhor Cirso, hoje o que o senhor recebe cobre esse custo de produção?

O SR. CIRSO FERREIRA DA SILVA - Não, não cobre o custo de produção.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Gera lucro, prejuízo ou apenas equilíbrio?

O SR. CIRSO FERREIRA DA SILVA - É equilibrado, não tem um retorno suficiente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Então seria mais prejuízo e às vezes o equilíbrio?

O SR. CIRSO FERREIRA DA SILVA - É.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Senhor Devair, na opinião do senhor hoje, gera lucro, prejuízo ou apenas equilíbrio, na realidade do senhor?

O SR. DEVAIR APARECIDO DE AZEVEDO - Eu falo que o pequeno lucro que a gente tem é um bezerro que está sobrando para vender, porque se for do leite, não dá para manter a criação, não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. E no seu caso, Edinaldo?

O SR. EDINALDO ANTÔNIO GUSMÃO - É prejuízo. O lucro do produtor hoje está no bezerro.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - No caso de vocês, houve a necessidade de reduzir o rebanho, de vender bens, contraiu dívidas por conta dessa crise que ela tem se mantido? Pretende abandonar parcialmente a atividade também ou não?

O SR. EDINALDO ANTÔNIO GUSMÃO - A gente espera por melhoras. Já fizeram propaganda que vai subir agora esse mês, para esse pagamento do dia 25. Então, na minha intuição, ainda não tenho pretensão de abandonar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - E nesse período reduziu o rebanho, teve que vender alguns bens, andou contraindo alguma dívida?

O SR. EDINALDO ANTÔNIO GUSMÃO - Eu fiz empréstimo no banco.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) -

Correto.

Senhor Devair, no caso do senhor, por conta dessa crise do preço do leite, o senhor teve que reduzir o rebanho, vendeu bens, contraiu dívida, pretende abandonar a atividade?

O SR. DEVAIR APARECIDO DE AZEVEDO - Então, a gente, meus filhos que trabalham lá, eles até desistiram, desanimaram, estão mexendo com o café agora, está diminuindo. A terra, a propriedade já é pequena, e aí eles resolveram mexer no café, porque a criação, o leite não dá.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Senhor Cirso, no caso do senhor, mediante essa crise do preço do leite, o senhor reduziu o rebanho ou vendeu alguns bens ou contraiu dívida, tem pretensão de abandonar parcialmente essa atividade?

O SR. CIRSO FERREIRA DA SILVA - Não, eu pretendo ficar, mas a gente deu uma redução. Até que tem um menino que veio há pouco tempo para a propriedade, e fez uns investimentos lá, então agora tem que permanecer esperando a melhora.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Sobre a relação com os laticínios, existe algum contrato formal hoje com vocês, produtores, por parte do laticínio, tem algum contrato ou não?

O SR. EDINALDO ANTÔNIO GUSMÃO - Não, é só a palavra do comprador de leite com a gente do sítio. Não tem contrato.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Senhor Devair, tem algum contrato do laticínio com o senhor?

O SR. DEVAIR APARECIDO DE AZEVEDO - Também não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O senhor Cirso tem?

O SR. CIRSO FERREIRA DA SILVA - Também não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

No caso, vocês recebem alguma bonificação por qualidade do leite? Edinaldo?

O SR. EDINALDO ANTÔNIO GUSMÃO - Deputada, até novembro do ano passado a gente tinha piquete, tinha, quem tem ordenha recebia uns centavos lá por ordenha, tinha umas três bonificações.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Isso

era por qualidade do leite ou era um auxílio mesmo?

O SR. EDINALDO ANTÔNIO GUSMÃO - É um auxílio. Aquele produtor que tinha a ordenha, tem a ordenha? Ele tinha os R\$ 0,03 da ordenha. Aquele que tem o piquete tinha mais R\$ 0,02 do piquete. E aí se formava ali R\$ 0,05 ou até R\$ 0,10 a mais do preço para ajudar a custear nisso que o produtor investiu ali. Depois de novembro para cá cortou tudo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. O senhor Devair tem alguma bonificação pela qualidade do leite?

O SR. DEVAIR APARECIDO DE AZEVEDO - Também não. Não sei se é porque é pouco leite, mas nunca recebi, não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Senhor Cirso, recebe alguma bonificação pela qualidade do leite?

O SR. CIRSO FERREIRA DA SILVA - Também não. Não tem.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Sobre políticas públicas, vocês recebem assistência técnica da Emater ou de alguma outra instituição?

O SR. EDINALDO ANTÔNIO GUSMÃO - Eu sou assistido pelo pessoal do Senar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Senar. Senhor Devair, o senhor é assistido por alguma? Emater, ou Senar, ou outra instituição?

O SR. DEVAIR APARECIDO DE AZEVEDO - Pessoal do Senar estão acompanhando lá na parte do café. Agora da vaca leiteira, não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Senhor Cirso, o senhor recebe alguma assistência por parte da Emater, Senar, ou outra instituição?

O SR. CIRSO FERREIRA DA SILVA - Só meu filho tem assistência pelo Senar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Vocês consideram hoje que o Estado apoia adequadamente o produtor de leite? Na sua opinião, Edinaldo, você acha que tem esse apoio de fato?

O SR. EDINALDO ANTÔNIO GUSMÃO - Tem não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não. E o que você acha que falta hoje?

O SR. EDINALDO ANTÔNIO GUSMÃO – Falta melhorias, talvez até no pressionar, porque hoje nós produtores estamos reféns do laticínio. Nós, aonde a gente vai, morre neles. Se eles falarem que vai pagar o mês que vem agora R\$ 1,00 no litro de leite, o leite já está lá, já fabricaram. Nós não sabemos. Eu acho que o Estado deveria mais nesse sentido, de chegar junto lá no laticínio na hora de fazer o preço final para o produtor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Senhor Devair, na opinião do senhor, o Estado apoia adequadamente o produtor de leite?

O SR. DEVAIR APARECIDO DO AZEVEDO - Não, de maneira nenhuma. Dessa forma, a gente é refém. Portanto, eles pagam o leite do mês anterior. O que nós estamos entregando agora, nós não sabemos quanto vai sair o valor dele.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. E assim, o que falta? O que o senhor acha que hoje poderia ser trabalhado por parte das políticas públicas para que desse um suporte maior aos produtores de leite?

O SR. DEVAIR APARECIDO DO AZEVEDO - Eu acredito que, por exemplo, a região que a gente mora, Urupá, ali tem uma rede de laticínio maior, acho que eles deveriam deixar cada laticínio trabalhar da forma que eles queiram trabalhar. Mas, infelizmente, tem um acordo que todos têm que pagar o mesmo preço, e um laticínio não pode pegar o leite que o outro está pegando.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Senhor Cirso, o Senhor acha que, hoje, o governo apoia adequadamente o produtor de leite?

O SR. CIRSO FERREIRA DA SILVA - Eu acho que está uma forma assim, meio difícil até de a gente falar, porque a gente está buscando mais informação para ver se a gente chega em um acordo para o produtor ser mais olhado, com o olho mais para a produção. Está desanimando os produtores, porque os produtores têm um custo com a produção do leite e, infelizmente, o leite caiu e deixou a desejar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente)- Certo. Então, hoje, o senhor acha que falta mais incentivo, mais políticas públicas?

O SR. CIRSO FERREIRA DA SILVA - Sim, sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Teria alguma que o senhor acha que seria mais necessária, na opinião do senhor? O senhor acha que o governo precisaria de agir, fazer?

O SR. CIRSO FERREIRA DA SILVA - Eu creio que tem que ter um melhorar, ter um apoio, um financiamento de um juro baixo, para que o produtor possa caminhar mais tranquilo, não é?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Hoje, os laticínios, eles... Os preços, hoje, do leite pago pelos laticínios, eles são muito semelhantes entre si? Do laticínio A, do laticínio B, do C, são muito próximos, os valores que são pagos, hoje, para os produtores, a vocês?

O SR. EDINALDO ANTÔNIO GUSMÃO - Sim. Quando sai a nota de um, você pode preparar que todas sai igual. Quando um... parece que é assim, a gente que está... Eu mesmo que mando leite para dois laticínios, dos produtores, que está lá em casa: é o Monte Verde e o Toya. Quando um foge, parece, da regra ali, o cara fala assim: "O outro lá parece que fez doideira. Se for seguir ele, vai dar...". Tipo assim, parece que é combinado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Essas notas vocês têm guardadas, sempre ficam?

O SR. EDINALDO ANTÔNIO GUSMÃO – Sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - É possível vocês disponibilizarem, por exemplo, ali da vizinhança, para que a gente possa equiparar, às vezes, você sabe de um produtor que está em outro laticínio, e para que a gente possa, realmente, fazer essas comparações, que têm produtores de quatro laticínios, e que todos eles receberam praticamente ou o mesmo valor ou algo muito próximo. Vocês conseguiriam nos ajudar nesse sentido?

O SR. EDINALDO ANTONIO GUSMÃO - Eu consigo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - De nos passar cópias de notas? Por exemplo, no mês de janeiro, o João do laticínio A, recebeu esse valor; o Pedro do laticínio B, também recebeu o mesmo valor; o Sebastião, também recebeu praticamente o mesmo valor, de outro laticínio. Ou igual ou algo bem próximo, mas a gente precisa de ter as cópias dessas notas. Vocês podem contribuir passando para a gente?

O SR. EDINALDO ANTONIO GUSMÃO - Eu consigo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Então está, a gente conta com esse apoio.

O SR. GILMAR GUSMÃO – Deputada. (**fora do microfone**)

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Sim? Só um

pouquinho. Só pega o microfone para poder gravar. Só fala seu nome completo para nós, por favor.

O SR. GILMAR GUSMÃO - Gilmar Gusmão.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Município de Urupá?

O SR. GILMAR GUSMÃO - Também de Urupá.

Eu vejo os relatos baseados nesse momento de crise. Quando tudo indica que daqui uns dias está melhorando os preços do leite, aí a concorrência começa, pelo menos o que nós vivenciamos até agora, quando se fala em crise de leite, todo mundo tranca.

Quando o trem melhora, aí já começa a disputa, e aí tem valores bem diferenciados de um para o outro.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

No caso do senhor, senhor Devair, o senhor também tem feito essa observação sobre essa semelhança de preço dos laticínios?

O SR. DEVAIR APARECIDO DO AZEVEDO - Tenho feito. Tenho feito que eu entrego para um laticínio, e tem um amigo meu que entrega para outro, aí a gente anda em contato.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Os valores são os mesmos?

O SR. DEVAIR APARECIDO DO AZEVEDO - Pelo menos na nota estão batendo, desses dois que eu acompanhei, está batendo. Mas vi comentário que depois vem um troquinho a mais no pix, ali, viu.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É, correto.

A gente precisa também, se o senhor puder nos ajudar nessa questão das notas, porque é uma forma de comprovar, de fato, aquilo que foi denunciado para a gente, que há essa formação de cartel. E a gente só consegue comprovar isso se nós tivermos documento, porque se eu falo, você fala, um bocado fala, mas nós não provamos, se a gente não tiver documento, a gente não consegue fazer o fechamento dessa CPI.

Então, a gente precisa, assim, que tudo quanto for denúncia, que vocês compreenderem que é importante, a gente precisa ter essa documentação, passando cópia para a gente, para que a gente possa contribuir.

Senhor Cirso, o senhor também visualiza essa questão dos preços pagos pelo laticínio a outros produtores semelhante, os valores iguais também?

O SR. CIRSO FERREIRA DA SILVA - Até eu e o Edinaldo sempre trocamos as notas, não é? E às vezes uma comparação nossa, o nosso leite saiu um pouquinho melhor que o leite deles, não é? Aí ele falava: "Cirso,

manda a cópia da nota para eu ver como é que bateu os preços." Porque sempre tinha uma diferençazinha. Agora não, agora está mais padronizado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - E na opinião do senhor hoje, há dificuldade, por exemplo, o senhor vende para o laticínio do João, mas o senhor quer ir para o laticínio da Maria, eles recebem o seu leite se o senhor quiser mudar hoje?

O SR. CIRSO FERREIRA DA SILVA - Não, não, não recebe mais não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - E na opinião do senhor, senhor Devair, se o senhor quiser mudar hoje, o senhor consegue vender o seu leite para qualquer outro laticínio com facilidade?

O SR. DEVAIR APARECIDO DE AZEVEDO - Não, não posso. E eles estão proibidos, de um laticínio pegar de outro. Eles não estão podendo pegar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Existem meios hoje que a gente conseguiria comprovar essas falas de laticínio, nesse sentido, "olha, não pego porque você entrega para esse ou aquele outro laticínio?"

O SR. DEVAIR APARECIDO DE AZEVEDO - A gente pode tentar conseguir, tá?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Na sua opinião hoje, Edinaldo, você vê isso também, essa dificuldade?

O SR. EDINALDO ANTÔNIO GUSMÃO - Não consegue.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - De jeito nenhum?

O SR. EDINALDO ANTÔNIO GUSMÃO - Eu me revoltei com um laticínio lá agora o mês passado. Vou falar o acontecido lá. Eu falei, "não entrego". E aí eles, "não pode, não pode." E um comprador ligou para o outro e bloqueou. O que eu fiz? Passei o leite desses cinco produtores para um queijeiro, que o queijeiro, acho que é o governo do Estado que domina isso, o uso do laticínio é Mapa (Ministério da Agricultura e Pecuária). E ficou 15 dias lá no queijeiro para depois voltar para o laticínio pegar. Então, a "moda" do comprador falar: "as compras estão fechadas." Não pega leite um do outro.

Como eu passei para o queijeiro, eu consegui voltar para o laticínio. Aí o laticínio pegou, porque ele pegou o leite do queijeiro e não do laticínio que é parceiro deles.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Então, há essa combinação de preço entre eles, não é?

O SR. EDINALDO ANTÔNIO GUSMÃO - Sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

Hoje, na opinião de vocês, na necessidade do dia a dia de vocês, que tipo de política pública seria mais eficaz hoje para ajudar vocês, para fortalecer? Seria crédito, assistência técnica, regulação de preço do leite ou fiscalização? Crédito, assistência técnica, regulação de preço ou fiscalização? Na sua opinião hoje, o que mais vocês precisariam?

O SR. EDINALDO ANTÔNIO GUSMÃO - Fiscalizar os laticínios para ver se melhora nesse quesito.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

E na opinião do senhor, senhor Devair, o que seria mais essencial hoje para mudar a realidade do senhor?

O SR. DEVAIR APARECIDO DE AZEVEDO – O certo é a fiscalização.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

E o senhor, senhor Cirso?

O SR. CIRSO FERREIRA DA SILVA - É a fiscalização.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Então, eu gostaria, Edinaldo, senhor Devair, senhor Cirso, deixar os microfones abertos, se teria mais alguma questão que vocês gostariam de relatar, alguma situação que nós não questionamos aqui, algum detalhe que o senhor acha pertinente que vocês queiram relatar, fiquem à vontade.

O SR. EDINALDO ANTÔNIO GUSMÃO - Fizeram pergunta para nós, eu queria devolver uma pergunta. Como que se caracteriza a formação de cartel?

O SR. DEVAIR APARECIDO DE AZEVEDO – Eu gostaria de saber como anda o acordo desses laticínios. E ainda agora a gente estava comentando, quem está pagando as contas é o produtor e o consumidor final. E aí o atravessador que está embarcando na melhor barca.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Senhor Cirso, tem alguma coisa que o senhor queira colocar também, que não foi falado aqui, que na opinião do senhor, o senhor entende que seja importante?

O SR. CIRSO FERREIRA DA SILVA - O importante é cada um ter conhecimento do porquê está acontecendo

isso com os produtores. Os produtores estão passando por muita dificuldade sobre o que está acontecendo sobre o laticínio. Podia ter uma melhoria sobre isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo.

Edinaldo, a formação de cartel se dá através, justamente, desse preço igualitário, essa combinação de preço e até mesmo essa questão da dificuldade que eles têm feito de não pegar um produtor de um laticínio para outro. Tudo isso é uma formação de cartel. Então, quer dizer, uma das denúncias que chegou a nós - e a criação dessa CPI é justamente por conta disso -, que há denúncia no Estado de Rondônia sobre formação de cartel, que os laticínios estão com essa combinação de preço, que os laticínios não pegam um produtor, "ah, não vou pegar você porque vou atrapalhar o outro", enfim. É combinado. Essa foi a denúncia que chegou a gente, e nós estamos trabalhando em função disso.

Porém, a gente precisa de provar isso, porque eu não posso falar algo que eu não consiga provar. Por isso que é importante essa participação de vocês, mas, sobretudo, as provas, as notas, esses comparativos, até de outros meses, não só de agora, mas outros meses também. Então, tudo que vocês puderem providenciar é importante para a gente.

Sobre a fala do senhor no sentido de resolver o problema, o que nós queremos hoje é isso. Nós sabemos dos desafios, porque também é uma política de mercado, não é? Isso oscila muito. Eu acho que talvez totalmente resolver, a gente não consegue, mas a gente consegue impor o respeito, a gente consegue fazer algumas melhorias. A gente precisa averiguar, de fato, hoje o subsídio que o Estado dá a esses laticínios e o que pode ser revertido aos nossos produtores.

As políticas públicas hoje que podem ser trabalhadas pelo Estado em função dos nossos agricultores. Eu acho que esse momento difícil, ele traz também muita oportunidade para nós no sentido de melhorar essa realidade.

Acho que as agroindústrias são uma alternativa muito importante hoje para os nossos agricultores, porque é onde a gente consegue agregar valor ao leite, beneficiando, fazendo iogurte, o leite barriga mole, o queijo, o leite em pó, enfim.

Então, acho que seria uma alternativa que nós precisaríamos de retomar para que nós não fiquemos tão refém hoje dos laticínios, porque hoje nós não temos outra alternativa. Teve alguns momentos que o Estado de Rondônia trabalhou a legalização desses empreendimentos, então a gente tinha outras alternativas.

Eu vejo que agora é uma política pública que nós precisamos sugerir, Deputado Eyder, para que o governo dê esse incentivo a quem quer beneficiar o seu leite, porque senão nós vamos passar o resto da vida sempre refém dos laticínios. E, a partir da hora que a gente tiver outros empreendimentos, os laticínios por si só vão melhorar esses valores.

Então acho que vai surgir muitas oportunidades.

E mediante o subsídio que o governo hoje disponibiliza a esses laticínios, a gente precisa exigir respeito e equilíbrio, porque o Estado de Rondônia é um Estado que cresceu, ele é fomentado também pela economia do leite, que tem desenvolvido esse Estado.

Quantas famílias aqui? Acredito que aqui a maioria criou suas famílias com leite. Eu tenho meus tios lá em Ji-Paraná, na Linha \*\*\* **(dado anonimizado conforme LGPD)**, que eles sobreviveram, criaram os filhos com a rendinha do leite. Então, é muito importante, precisa de ser respeitado.

Então, a gente está nessa caminhada e trabalhando em função disso. Eu, com a responsabilidade que nós temos, Deputado Eyder, os demais deputados que estão conosco, a Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa, não está presente aqui conosco, mas está participando de forma on-line. O que nós queremos é resultado sobre isso, é respeito, é que a gente possa dialogar e fazer com que as políticas públicas, as linhas de crédito, essa questão do valor, do preço justo, isso possa acontecer. Se não acontecer, isso é um prejuízo, é um impacto social muito grande também, não é só econômico. Porque você imaginou hoje um produtor que deixa essa atividade e daqui a pouco ele vem embora para a cidade? Quem tem aptidão de fato de produzir, de estar na roça, vem para a cidade, isso dá um impacto social muito grande.

Então, o governo precisa de ter esse olhar. E o que depender da gente, a gente vai contribuir para ajudar.

Vocês querem relatar mais alguma coisa? E aí eu passo para o Deputado Eyder Brasil, se ele quer também.

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - Só para contribuir aqui, a pergunta do Edinaldo, como formalizar, como atestar, como comprovar que há um cartel? Para comprovar, a gente precisa de algumas comprovações, provas, como a Deputada Cláudia já falou. Fixação de preços, divisão de mercados. E aqui, se eu tivesse que dar um parecer hoje, está muito claro que o laticínio A toma conta do mercado da região tal; o laticínio B toma conta da outra parte do mercado. Para mim, isso é notório.

Se eu tivesse que terminar meu parecer hoje, fazer meu relatório hoje, eu ia pedir sanções acerca desse cartel que está, para mim, muito claro hoje. Então, fixação de preços e divisão de mercados. Isso já nos dá a possibilidade de fazer a denúncia junto ao CADE. O que é o CADE? O Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Existe uma lei que trata sobre cartéis. E quais são os indícios de prova? Documentos físicos ou digitais — é por isso que nós estamos convidando vocês a colaborarem conosco na entrega dessas documentações —, propostas e licitações — que não é o caso aqui —, e aumentos ou, no caso, diminuição uniforme de preços.

Quais são as consequências dessa formalização? Penas, multas pesadas, chegando até 20% do faturamento da empresa, e prisão, ou seja, reclusão de

dois a cinco anos. Lembrando que quem está envolvido na formalização desses cartéis, sejam entes privados, donos de empresas, CEOs, administradores, como também algum ente público ou uma entidade que faça parte desses cartéis, também estão à mercê da Justiça, com as mesmas sanções, com as mesmas penalizações, com até a reclusão, a prisão de dois a cinco anos.

Deputada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Obrigada, Deputado Eyder.

Os senhores têm mais alguma coisa que gostariam de relatar? Alguma informação?

O SR. EDINALDO ANTÔNIO GUSMÃO - Da minha parte está bom.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Ok. Senhor Cirso, senhor Devair?

O SR. DEVAIR APARECIDO DE AZEVEDO - Da minha parte também está encerrada.

O SR. CIRSO FERREIRA DA SILVA - Da minha parte também está bom.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo. Então, agora, antes de a gente encerrar, tem alguém que deseja fazer alguma colocação, alguma denúncia? Eu vou pedir que vocês venham aqui na frente, que vocês identifiquem o nome e de qual município. Pode ser lá mesmo? Eles vão levar aí o microfone para vocês.

A SRA. CLEONICE MOURA DA SILVA - Boa tarde a todos. Meu nome é Cleonice Moura da Silva. Eu só queria colocar uma colocação, enquanto a Daiane falou de valorização do leite do produtor rural. Cinco anos atrás, no programa PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que é onde quem fornecia o leite era o produtor rural, que fornecia para as escolas e para os hospitais. Eu gostaria de saber de vocês, deputados, que estão aqui hoje defendendo o produtor rural, por que teve essa mudança? Que as escolas, os hospitais, não podem ter mais o leite do produtor, mas sim, hoje eles preferem comprar — né? —, a educação, a saúde compram o leite de caixinha porque é mais saudável.

Eu falo de consciência, que eu fui Secretária de Educação, na época, e até me deparei com essa situação e eu não concordei, fui atrás, mas era lei e a gente tinha que obedecer.

Que valorização nós produtores temos? Então, não é só está bem, não é só, é só minha colocação, está? Não estou defendendo laticínios. Eu gostaria que vocês, governantes, olhassem de verdade o que está acontecendo. Porque imagina, o produtor quando entregava na educação, o preço era bom. Aí, de repente, parou de entregar porque o leite não era saudável. Então saudável é o leite de caixinha?

Vocês podem investigar, que é o papel de vocês

mesmo, nosso também, eleitor, que leite de caixinha não é saudável. Mil vezes o leite lá do lado do curral, do produtor tirado ali, com cuidado, com carinho. Mas foi extinto, tanto nos hospitais não tem mais leite, e nas escolas, principalmente.

Eu falo pela Educação. Sou professora, hoje eu estou afastada, mas também sou produtora de leite, por isso estou aqui, hoje. Então, assim, eu queria, sim, que vocês vissem com carinho por que essa mudança? Porque, querendo ou não querendo, afetou o produtor do leite.

Aquele pequeno produtor que entregava naquela escola, que recebia melhor. E por que agora tem que ser só leite de caixinha? Aonde eu falo de valorização do produtor. E lembrando que quem paga o nosso salário, tanto dos deputados, como o meu, somos nós, produtores.

Então, lembra sempre disso, pense em nós mais, com mais carinho aí, que essa CPI não aconteça só agora, que venha fiscalizando mais vezes o nosso produtor, não só o produtor do leite, mas os demais produtores que estão acontecendo aí com Rondônia.

E a gente vota em vocês, confiando em mudança. A gente é mulher, não é, Deputada Cláudia, sou apaixonada, eu sou assessora do Deputado Ismael Crispin, mas eu apoio muito as mulheres. Então assim, quero muito escutar assim a Daiane falar: "deu certo, foi para frente". Quero muito, eu vou acompanhar de perto, viu Daiane? Quero que você me deixe bem atendida, eu vou estar acompanhando, porque não é só vir aqui agora e fazer isso, eu quero que dê resultado.

E o produtor precisa ser valorizado sim. Não é só na época de campanha eleitoral ou assim por diante. A campanha vai terminar agora no final do ano, quem ganhar, ganhou, vamos dar continuidade. E para isso o movimento sindical – não sou do Partido de Trabalhadores –, mas tenho o sangue, e a gente tem que lutar pelo menor, sim. E, realmente, o que os produtores falaram hoje: se a gente for viver leite, realmente, a gente passa fome. Muito obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada.

O SR. EYDER BRASIL (Relator) – Cleonice.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Qual é o próximo que está inscrito?

O SR. EYDER BRASIL (Relator) – Só para responder a Cleonice, Deputada Cláudia. Eu imaginei que fosse por conta da questão sanitária, do leite cru. E aqui, eu pesquisei aqui na internet, e tem um Decreto-Lei de 1969, que já trata desse assunto. Porém, no Brasil, o Ministério da Educação, do governo de 2013, o governo federal, através do Ministério da Educação, do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional - COSAN, emitiu uma nota técnica dizendo da obrigatoriedade da pasteurização do leite para aquisição e oferta na

alimentação escolar.

Então, acredito que lá em cima, em Brasília, quem toma as decisões a nível nacional, e preocupado, acredito, com a saúde de todos, emitiu essa nota técnica aqui. E a partir dessa nota técnica, ela virou uma lei. Então, os governos, por mais que quisessem fazer a contratação e, talvez fosse até mais barato para o governo do que comprar industrializado, porque, vamos supor, vamos colocar aí: comprando a R\$ 3,00 o litro de leite, do que comprar a R\$ 8,00 o litro, seria R\$ 5,00. Então, seria mais barato para o Estado. Mas, em 2013, foi emitida essa nota técnica pelo governo federal, Ministério da Educação, COSAN, dizendo da obrigatoriedade da contratação apenas leite pasteurizado, amiga. Está bom?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Só pegando aqui também, contribuir com esse questionamento - é Cleonice?

A SRA. CLEONICE MOURA DA SILVA – Isso. **(fora do microfone)**

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Na verdade, está aí, a Cleonice colocou uma situação que é fato. Hoje, se o governo federal, por último agora, ele aumentou o percentual, o que era uma obrigatoriedade de 30% de aquisição que as escolas teriam que fazer da agricultura familiar, hoje foi para 45%. Quer dizer, as escolas têm a obrigatoriedade de comprar 45%, mas se quiserem comprar 100% da agricultura familiar, pode comprar, só que qual é o problema? Não é que eles não estão comprando. Quantas agroindústrias nós temos legalizadas de leite no Estado de Rondônia? Nós damos conta de atender a demanda? Esse que é o gargalo. Por quê? Hoje, as poucas que têm, elas não estão dando conta de atender, hoje, as demandas. E é por isso que nós estamos passando essa situação.

Se hoje, os nossos produtores de leite, estivessem com seus empreendimentos legalizados, vocês estavam agregando valores e não estavam dependentes dos laticínios. Então, hoje falta também, eu digo que falta porque a gente tem cobrado e nós temos feito constantemente. Eu monitoro constantemente o que o Estado está comprando hoje da agricultura familiar. Eu tenho interesse nessa pauta, porque é uma das bandeiras do meu mandato.

Então, o que nós precisamos fazer? E eu disse, que esse momento é um momento difícil, mas que nos traz oportunidade. É o momento de a gente ver, Edinaldo, os demais aqui, produtores de leite, é possível a gente se organizar e legalizar os empreendimentos para a gente ofertar e garantir, porque o governo também, precisa ter esse comprometimento. Existe legislação para isso hoje, para que a gente possa comprar da agricultura familiar, dos pequenos produtores, o leite, os demais produtos que a gente produz.

Então a gente tem como, já tem um bocado de legislação, mas se preciso, a gente tem condições

de propor. E o governo também precisa ter mais comprometimento com os nossos produtores.

Então, hoje a gente tem dois desafios. A ausência de produtos para venda, hoje tem muita demanda, mas poucos produtos hoje legalizados. Me lembro ali de Ji-Paraná, as escolas compravam lá de Rolim de Moura, porque não tinha leite. Imaginem, Ji-Paraná, a segunda cidade do Estado de Rondônia e não temos hoje uma agroindústria, por exemplo, de pequeno porte, da agricultura familiar, para poder atender a merenda escolar, para atender ali essa compra institucional. Então, acho que a gente precisa pensar, e é uma forma de agregar valor.

Então, só para responder, para contribuir. Eu acho que daqui para frente a gente precisa monitorar isso, mas também destinar orçamento. E eu até tenho me proposto de trabalhar isso com os agricultores. Tem o Deputado Eyder, tem vários deputados, o próprio Deputado Ismael Crispin. É uma alternativa hoje, nós ajudar. Olha, tem um grupo aqui formalizado que quer trabalhar as agroindústrias, para agregar valor, para que a gente possa nos hospitais, nas escolas, ter os produtos da agricultura familiar? Vamos destinar emendas e a gente fazer isso.

A SRA. DAIANE MUNIZ SOUTO – Está R\$ 6,00 o litro de leite na Conab. **(fora do microfone)**

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – R\$ 3,00? R\$ 6,00. A Conab hoje compra através do PAA, que é o Programa de Aquisição de Alimentos, por R\$ 6,00. Então, olha bem, gente, o tanto que a gente ganharia com isso.

Esses dias eu vi um produtor ali em Nova União que falou: "O meu leite eu não vendo por menos de R\$ 6,00." Só que ele não está com a agroindústria dele legalizada. Só que ele faz queijo e sai vendendo de porta em porta. Corre alguns riscos, porque é, de certa forma, clandestino. Mas é possível a gente mudar essa realidade. E a gente precisa também de impor. E tudo isso, Cleonice, vai ser indicado também.

O Deputado Eyder é o relator desta CPI e vai haver essas indicações para que o governo invista em equipamento hoje para legalizar as agroindústrias, mas também eu vejo que nós precisamos de fazer um encaminhamento para que as prefeituras tenham compromisso de comprar dos produtores. Imaginem se hoje as prefeituras estivessem comprando dos nossos produtores de leite, nós estaríamos passando por esse perrengue? Não estaríamos.

Pessoal, mais alguém quer fazer alguma colocação, uma contribuição? Por gentileza, fale o nome e o município.

O SR. MAX ALTAMIRANO ARAÚJO DE QUEIROZ - Max Altamirano Araújo de Queiroz, Alvorada D'Oeste.

Primeiro, cumprimentar a deputada, o Deputado Eyder, por meter a cara nessa CPI. A gente sabe que não é fácil fazer esse enfrentamento em defesa do produtor

e contra esses grandes laticínios. Isso a gente sabe que é muito dificultoso.

Mas, eu estava pedindo propostas e a gente, conversando com os produtores de leite, tem uma grande proposta que eu acho que essa proposta tem que levar à frente, que é a criação do subsídio para o produtor. Porque, hoje nós temos subsídio para o laticínio, nós temos o Programa Proleite e outros programas, mas que não chega, de fato, para o produtor. Se criasse um subsídio que fosse em espécie ou em insumos, direto para o produtor era uma forma de dar uma aliviada nessa carga negativa que o produtor está tendo hoje em relação ao leite.

Então, acho que essa proposta da criação do subsídio, eu acho que vocês devem levar à frente, devem fazer esse enfrentamento ao Governo de Estado para se criar isso, porque, de repente, não é só essa crise nesse momento do leite, pode haver futuras crises e a gente se preparar para isso, para ajudar o produtor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Max. Mais alguém pessoal, quer trazer alguma sugestão, contribuição, denúncia? Tem o Carlinhos aqui. Mais alguém, além do Carlinhos?

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS - Boa tarde, Deputada Cláudia, Deputado Eyder, assessoria, demais servidores da Assembleia, nossos agricultores e agricultoras que estão aqui presentes. Saudar aqui os meninos que foram ouvidos. E dizer, deputada, que é um desafio muito grande.

Manuel Carlos Dantas.

É um desafio muito grande o que nós estamos vivendo hoje. Essa crise do leite agora, ela nos remete a nos organizar melhor enquanto produtores. Quem tem acompanhado as nossas reuniões do Conseleite tem visto o nosso debate. O Conseleite formaliza o valor de leite baseado na comercialização, na produção e no mercado. Baseado naquilo que é flutuante todo ano. O mercado é muito flutuante. Então, eles só fazem referência. Agora, nós, enquanto produtores de leite, estamos incapazes, nós somos incapazes de botar preço. Não tem como fazer um contrato. O laticínio não aceita e a gente acaba sendo consumido.

Então, acho que nós temos agora, enquanto Federação Fetagro, a Faperon participam do Conseleite, é um conselho paritário entre produtores e indústria, tem seis membros do conselho que são agricultores e seis membros que são indústria. Mas ali não é um cavalo de batalha. Ali é só para validar aquilo que a universidade faz, baseado nos números que é pego pelos órgãos fiscais, principalmente da Sefin. Baseado no volume de produção, volume de comercialização, preço de comercialização e mercados que foram atingidos.

Sabemos que nosso leite, 75% do nosso queijo muçarela vai para São Paulo. É 75%. O nosso consumo interno é muito pequeno. Então, nós estamos produzindo leite para outros Estados.

Todos sabem que também Rondônia é o Estado

maior produtor de carne em relação à sua população. Nós temos hoje um rebanho que equivale, acho que em torno de 13, se não passou, 13 cabeças por pessoa. Proporcional à população, nós somos o maior. Tanto é que quando você olha o preço da carne em São Paulo, Mato Grosso, tem uma diferença enorme, R\$ 30,00 R\$ 40,00 a arroba daqui. Mesmo agora, quando subiu, lá subiu muito mais. Então, nós estamos numa crise aqui.

Acho que precisa pensar enquanto governo, enquanto Legislativo, enquanto sociedade organizada também, que faço parte, e a gente fazer um elo de ligação, quais são os setores produtivos do Estado de Rondônia que precisam avançar? Porque na produção de carne nós estamos no limite. Na produção de leite nós estamos baixos, mas nós estamos competindo com o mercado internacional.

Nós temos uma produção de leite vinda da Argentina e do Uruguai muito grande. E essa produção afeta a gente, ela afeta. Há uma perspectiva, de fato, de melhorar o preço agora, mas eu estou duvidando se ela vai chegar ao preço que foi pago em novembro de 2024, no qual nós tivemos um pico. Teve produtor que recebeu por seu leite mais de R\$ 3,00. Porque além do valor, tinha a bonificação. Recebeu mais de R\$ 3,00.

Hoje o produtor, acho que faltou a gente fazer esse cálculo aqui, mas o produtor só está sobrevivendo porque ele teve lá como sobreviver aquele tempo e equiparou, estruturou a propriedade, estruturou a unidade produtiva dele. Mas hoje ele está no prejuízo.

Nós estamos fazendo o levantamento agora, deputada, do custo de produção. A Câmara Técnica voltou a se reunir e estamos fazendo agora o levantamento de custo de produção. Pelos custos de produção do Senar, o leite não pode ser vendido a menos de R\$ 2,40, R\$ 2,50.

Para o Senar tem um custo assim. Mas a gente precisa fazer esse custo um pouco mais abrangente. E agora estou pegando dados do Senar, dados da Emater e dados de alguns produtores para que a gente possa, de fato, chegar ao denominador. Olha, menos do que isso não consegue produzir.

O que os relatos trouxeram aqui é real. Hoje é prejuízo produzir leite. Há uma perspectiva de subir? Há. Em novembro, não sei se foi em novembro, foi em janeiro. De janeiro para fevereiro, nós chegamos a um pico lá embaixo. O menor valor de referência chegou a R\$ 1,44. Mas o laticínio pagou só R\$ 1,30, R\$ 1,35, porque eles pagaram a menos do que o valor de referência.

Agora, quando o leite começa a subir, Deputada Cláudia, quando o leite começa a subir, eles começam a pescar. Tenho certeza que eles vão abrir essa janela agora para pescar leite dos outros, porque tem perspectiva de mercado melhor. E sempre foi assim. Eu tenho 40 anos na luta pelo leite; 40 anos lutando na porta de laticínio. Inclusive, passar 30 dias, 60 dias na porta do laticínio para poder negociar leite.

Sindicalista aqui, não é, Gilmar? Gilmar, o Max, várias pessoas que estão aqui que acompanham isso. Nós fechávamos a porta do laticínio para ganhar preço de leite. E nós paramos de fazer isso. Nós perdemos

o poder de negociação, Deputado Eyder. Então, nós precisamos voltar a pensar um pouco isso.

Nunca o laticínio aceitou fazer contrato. Nunca. Quarenta anos que eu brigo nisso aqui e nunca vi um laticínio querer fazer um contrato. Quando você vai fazer um contrato, eles pulam longe.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Essa questão dos contratos acontece no Brasil todo ou isso é só em Rondônia?

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS - Acontece no Brasil todo. Nós mudamos um pouco aqui em Rondônia a partir daquela CPI, que o ex-deputado Lazineu coordenou, que eles foram obrigados a colocar na nota o valor de referência para pagar no próximo mês. Mas estava olhando aqui com a Daiane, o valor de referência que eles colocaram agora foi R\$ 1,30. Eles colocaram, porque a lei diz que tem que colocar. Mas não é real. Tenho certeza que eles vão pagar R\$ 1,50, R\$ 1,60, tá? Tenho certeza. Mas botar na nota... Eles estão botando só para poder cumprir a lei.

Então, por isso que eu acho que é importante a fiscalização nossa mesmo. Perguntando para a Daiane: "E aí, Daiane, qual foi o valor?". Ela: "Eu nem olhei". Porque nós, produtores, estamos com essa dificuldade de olhar no que está escrito. E os caras falam: "Eu estou cumprindo com a lei". Mas o cumprir com a lei é um negócio desonesto com a gente, porque não basta botar lá que é R\$ 1,30.

Tenho certeza que eles nunca pagaram o valor que eles colocam lá no rodapé da rota. Sempre paga um pouquinho a mais, porque eles botam lá embaixo. Não chega ao valor, de fato, que precisa ser e que pode ser. E agora nós estamos vivendo isso.

Fevereiro foi o mês que nós recebemos menos, valores. A nossa resolução de março já saiu com um volumezinho maior. Essa resolução de abril agora melhorou um pouquinho. Há uma tendência, mas isso, chegar lá onde nós chegamos em novembro, dezembro de 2024, eu acho difícil, tá?

É um pouco isso. Mas estamos à disposição, deputados. Se precisar de a gente conversar mais, a gente está à disposição, enquanto Conselho também. Eu era Presidente do Conseleite, agora eu estou como apenas vice, mas qualquer coisa pode nos provocar para a gente conversar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Carlinhos.

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - Eu estava vindo agora, e eu parei em Jaru para abastecer, e lá encontrei o ex-secretário de Finanças, Luís Fernando. Eu falei que estava vindo para a CPI do Leite, que a gente estava tratando sobre esse assunto com a Deputada Cláudia. Ele falou que ele se coloca à disposição, porque como ele era Secretário de Finanças, foi por dois mandatos quase,

e aí ele tem o entendimento de todas essas tratativas.

E ele se colocou à disposição, deputada, para que na próxima audiência a gente possa trazê-lo, e ele trazer essas informações. Por quê? Ele fala acerca do subsídio que nós temos aqui em Rondônia e que, se nós tirarmos aqui, também pode ser prejudicial ao Estado com a questão de geração de receita. Diz ele, que outros Estados querem também levar essa mesma lei de incentivos para os outros Estados.

Então, a gente, como o senhor Manoel falou, isso aqui não pode ser uma guerra também de, como é que o senhor falou: "uma queda de braço", não é?

Então, a gente tem que buscar conciliar, a gente não quer fechar os laticínios. Nós queremos um preço justo pelo nosso leite, mas que isso a gente vai conseguir aqui, ouvindo vocês, ouvindo o governo, ouvindo os empresários, para que a gente possa, de repente, endurecer algumas legislações, como o Luís Fernando falou, que impeçam de o leite estrangeiro entrar no nosso Estado.

Como o Senhor Manoel falou, ele tem experiência para isso. Uma vez que se encontra um cavalo de guerra aqui, eles pescam lá fora para tentar sufocar o produtor rural, fazer com que os produtores entreguem o preço que eles querem.

Então, qual é a ideia? A ideia é fazer um mecanismo de legislação mais pesado, no sentido de entrar produção de fora aqui. E que eles possam dar valor aos nossos produtores rurais, ao nosso leite local.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Próximo. Agora a gente encerra na fala do Dário. A gente encerra, pessoal, aqui as falas.

O SR. OSMAR FERREIRA DA SILVA - Meu nome é Osmar Ferreira da Silva, mais conhecido por Dário.

Eu gostaria de estar aqui destacando a importância da CPI nesse debate do Estado de Rondônia. E dizer que é preciso que a CPI, Deputada Cláudia, Deputado Eyder, também a Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa, que está aí nos representando na CPI.

Se nós formos fazer uma análise do leite, vamos colocar de Urupá — sou de Urupá —, nós sabemos que a maioria, 80% do leite é do pequeno agricultor da agricultura familiar. E que não justifica preço de R\$ 1,30 a R\$ 2,80, que ele chega a pagar para o grande produtor, porque recebe o leite no tanque. Então, não tem essa despesa.

Então, eu quero acreditar que a CPI vai trazer, ou já trouxe para nós, uma importância, porque está ouvindo os pequenos agricultores. A CPI, senhores

deputados, traz para nós, nesse momento, no início que está começando esse debate, nós vamos sair daqui deste encontro, desta audiência, entendendo que a nossa voz está sendo ouvida pelo Estado de Rondônia.

Então, parabenizar a todos os deputados envolvidos e a deputada, nesse debate. E a gente, como representante do povo, lá no Município de Urupá, como o Presidente do sindicato, nós estamos saindo aqui, não jogando toda a responsabilidade para os deputados, mas um dos pontos positivos que nós estamos saindo daqui, neste momento, é que nós estamos tendo voz. Você está dando voz para os trabalhadores e trabalhadoras, que sai daqui, com a missão de levar ao conhecimento dos demais produtores que ficaram no nosso município. Mas, dizer que os deputados aqui estão representando nós com clareza.

Eu gostei tanto da fala da Presidente da Comissão, como também do Deputado Eyder, dizendo que não está aqui por brincadeira. E não está aqui, simplesmente, para mostrar para o povo que está fazendo alguma coisa, mas que tem um compromisso com a agricultura familiar, e que nós saímos daqui, mesmo com esperança de que vocês vão nos representar e vão trazer os resultados no final dessa CPI. Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Bom, pessoal, agora a gente já parte para o encerramento. O Daniel quer dar uma pequena contribuição. Nós já vamos encerrar, tá? Só mais um pouquinho.

O SR. DANIEL MATIAS ASSIS - Com a autorização e a solicitação da Excelentíssima Deputada Cláudia de Jesus, e com a autorização e permissão também, do Excelentíssimo Deputado Eyder Brasil, na linha do que o colega lá falou — e aqui eu, assessorando a Comissão —, o porquê esse trabalho aqui é extremamente importante, e porque os deputados não estão aqui, de fato, na linha do que eles falaram, para brincar.

A lei que trata da defesa da concorrência, a nível federa. Ela define algumas condutas que são tipificadas, ou seja, que configuram atentados contra a ordem econômica. Por exemplo: quando a Deputada Cláudia, aqui, faz a pergunta para os produtores que aqui foram ouvidos, acerca, por exemplo, da concertação de preços ou de uma uniformidade de preço entre os produtores, isso pode vir a configurar uma conduta anticoncorrencial. Isso pode dar ensejo a uma atuação dos órgãos federais, principalmente, de atuação na defesa da concorrência.

Então, no caso, e outras condutas podem tipificar condutas que atentam contra a concorrência. Eu posso dar exemplo aqui também: a conduta de combinar,

acordar, manipular ou ajustar com o concorrente, sobre qualquer forma, os bens, os preços dos bens ou serviços, a produção e comercialização. Se, por exemplo, o companheiro não consegue vender para outro frigorífico e isso decorre de uma conduta concertada, de alguma forma, entre os laticínios, isso pode haver configurado.

Então, por isso a pergunta específica e por isso essa instrução que os deputados aqui fizeram. Então, tudo tem um porquê para chegar ao resultado final de avaliar se houve uma conduta que atenta contra a ordem econômica.

E o outro ponto que a deputada aqui solicitou, a respeito da produção probatória. A legislação que trata da defesa da concorrência exige um critério, que seja criterioso na produção da prova para que se configure. Tem um critério, tem um método mesmo que o CADE, por exemplo, usa para aferir se há um atentado contra a ordem econômica. Daí porque, por exemplo, a produção de provas, a necessidade de coletar essas notas dos produtores. Então, é nessa linha.

E, acho que a deputada vai fazer um encaminhamento no sentido de a gente coletar essas provas observando procedimentos legais. Por exemplo, ou através de outra forma, através de ato notarial, que comprove, por exemplo, o que os companheiros falaram aqui, no sentido de que há uma resposta lá do laticínio de que não pode vender para outro, porque já está vendendo para um outro laticínio. Então, há uma necessidade desse rigor para que se alcance. Se não seguir um rito específico, no final das contas não se consegue chegar a um resultado, porque não observa uma metodologia que é necessária observar.

Então, seriam essas considerações, deputada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Daniel.

Bom, pessoal, a gente está conduzindo esse trabalho da CPI com muita responsabilidade e também, assim, precisando desse apoio, porque, realmente, a gente precisa das informações. Então, a gente já conta com vocês para que vocês possam nos fornecer essas cópias de notas fiscais.

Quero agradecer de forma muito especial a todos os produtores e produtoras que estão aqui conosco. Agradecer a Daiane, que é Presidente do Sindicato e abriu as portas para receber todos nós aqui. Agradecer aqui a equipe da Assembleia, que veio aqui nos dar suporte. Gratidão a cada um de vocês.

Agradecer também aqui ao Deputado Eyder, relator dessa CPI, pelo apoio também junto com a gente. Agradecer à minha equipe, enfim, agradecer a todos vocês, aos produtores que vieram aqui contribuir, passar essas informações, que participou dessa oitiva, nossa gratidão a vocês por tudo.

E nós vamos manter vocês informados de todo o andamento. Por esses dias vamos ouvir os produtores, vai ter um momento que nós vamos ouvir as entidades, vamos ouvir também os laticínios. Então, tem todo um processo e a gente vai dar sempre publicidade para que vocês possam acompanhar. E eu acredito sim que com responsabilidade, com pessoas comprometidas, a gente vai conseguir fazer encaminhamentos importantes.

A gente não é sensacionalista. A gente acredita sim, que não vai, talvez, resolver do jeito que a gente sonha, mas eu acredito muito que a gente vai conseguir fazer encaminhamentos e vamos sanar muita coisa. Acho que a união faz toda a diferença.

Bom, nada mais havendo a tratar e, antes de encerrar a presente reunião, convoco reunião para o dia 15 de abril do ano de 2026, às 13 horas, no plenarinho 2 da Assembleia Legislativa, para que a gente possa, Deputado Eyder, aprovar alguns Requerimentos para as próximas oitivas de trabalho da Comissão. E, declaro por encerrada essa reunião da CPI por hoje.

A nossa gratidão, bom retorno a todos os senhores e senhoras para casa. Obrigada.

**(Encerra-se esta reunião às 18 horas e 15 minutos)**

## SECRETARIA DE FINANÇAS

ATO DE DIÁRIA Nº 0746145/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 02 (duas) diárias aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento via transporte terrestre, destino de Porto Velho- RO / Distrito de Nova Dimensão / Porto Velho -RO , no período de 18/04/2026 a 19/04/2026, com a finalidade de realizar escuta ativa da comunidade local, identificar demandas prioritárias e levantar necessidades que subsidiem a formulação de indicações e demais encaminhamentos parlamentares, conforme processo nº 100.063.000134/2026-88.

Nome	Cargo	Lotação
Carla Gabriele Eiguana Canamari	Assessor Parlamentar	Gabinete Deputada Taíssa Sousa

Porto Velho, 22 de abril de 2026.

**ROGÉRIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral - ALE/RO

ATO DE DIÁRIA Nº 0746343/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 07 (sete) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO / Vista Alegre do Abunã-RO / Nova Mamoré-RO / Buririts-RO / Campo Novo-RO / Monte Negro-RO / Porto Velho-RO no período de 20/04/2026 a 26/04/2026, com a finalidade de Realizar entrevistas com as lideranças sobre as obras e investimentos que realizadas pela ALE/RO. Transparência e publicidade das atividades legislativas no interior do estado. Transparência e publicidade das atividades legislativas no interior do estado, conforme processo nº 100.048.000061/2026-12.

Nome	Cargo	Lotação
ALEXANDRE DA SILVA ALMEIDA	ASSESSOR ESPECIAL	SECOM

Porto Velho, 22 de abril de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0746374/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 07 ( sete ) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO / Vista Alegre do Abunã-RO / Nova Mamoré-RO / Buririts-RO / Campo Novo-RO / Monte Negro-RO / Porto Velho-RO no período de 20/04/2026 a 26/04/2026, com a finalidade de Conduzir veículo oficial para realizar o transporte de servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia (ALE/RO) aos municípios de Vista Alegre do Abunã, Nova

Mamoré, Buritis, Campo Novo de Rondônia e Monte Negro, com o objetivo de viabilizar a realização de entrevistas com lideranças locais acerca das obras e investimentos promovidos pela ALE/RO na região, conforme processo nº 100.048.000061/2026-12.

Nome	Cargo	Lotação
MOACIR DA SILVA MONTEIRO	ASSESSOR DE GABINETE II	PRESIDÊNCIA

Porto Velho, 22 de abril de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0746152/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 04 (quatro) diárias aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento via transporte terrestre, destino de Ji-Paraná -RO / Alto Paraíso- RO/Monte Negro-RO/ Campo Novo-RO/ Cacauplandio-RO/Machadinho-RO/ Vale do Anari-RO/Theobroma-RO/ Ji-Paraná -RO, no período de 20/04/2026 a 23/04/2026, com a finalidade de assessorar coletando informações, dados jornalísticos, para a divulgação das ações parlamentares no site oficial da Assembleia Legislativa, nos veículos de comunicação do Estado e nas redes sociais como forma de prestação de contas à sociedade, das atividades parlamentares desenvolvidas, conforme processo nº 100.054.000098/2026-61.

Nome	Cargo	Lotação
Patricia Costa Machado Oliveira	Assessor Especial	Gab. Dep. Laerte Gomes

Porto Velho, 22 de abril de 2026.

**ROGÉRIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral - ALE/RO

ATO DE DIÁRIA Nº 0746153/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 04 (quatro) diárias aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento via transporte terrestre, destino de Ji-Paraná -RO / Alto Paraíso- RO/Monte Negro-RO/ Campo Novo-RO/ Cacauplandio-RO/Machadinho-RO/ Vale do Anari-RO/Theobroma-RO/ Ji-Paraná -RO, no período de 20/04/2026 a 23/04/2026, com a finalidade de conduzir e fazer a segurança do Deputado Laerte Gomes nos municípios, conforme processo nº 100.054.000098/2026-61.

Nome	Cargo	Lotação
Danilo Lopes Nunes	Assessor de Segurança	Secretaria de Segurança Institucional

Porto Velho, 22 de abril de 2026.

**ROGÉRIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral - ALE/RO

ATO DE DIÁRIA Nº 0746390/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições

legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 05 (cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte aéreo de Porto Velho-RO / Brasília -DF / Porto Velho-RO no período de 21/04/2026 a 25/04/2026, com a finalidade de participará de uma visita técnica, ao Conselho Federal de Medicina - CFM, para conhecer o sistema Automatizado do Plenário daquele órgão . No dia 23 de abril de 2026, irá fazer uma visita Técnica ao INTERLGIS, para tratar de assuntos relacionados ao convênio do SENADO FEDERAL com Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, referente ao Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, SAPL. Eno dia 24 de abril de 2026, irá fazer uma visita técnica ao Congresso Nacional, para tratar sobre a parcerias e boas práticas na aérea de Tecnologia da Informação - TI, aplicada ao processo Legislativo da ALERO, conforme processo nº 100.013.000013/2026-21.

Nome	Cargo	Lotação
Luciano José da Silva	ADVOGADO-GERAL	ADVOCACIA-GERAL

Porto Velho, 22 de abril de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0736829/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 04 (quatro) diárias aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento via transporte terrestre, destino de Vilhena-RO / Porto Velho-RO / Vilhena-RO, no período de 12/04/2026 a 15/04/2026, finalidade participar de reunião com Deputado Marcelo Cruz e assessores do Gabinete, afim de tratar assuntos referentes ao Município de Vilhena/RO, e as demandas referentes aos recursos para serem implementados no Município, conforme processo nº 100.581.000119/2026-81.

Nome	Cargo	Lotação
Maxsuel Ribeiro Vieira	Assessor Parlamentar	Gabinete Deputado Marcelo Cruz

Porto Velho, 10 de abril de 2026.

**ROGÉRIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral - ALE/RO

ATO DE DIÁRIA Nº 0746594/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

TORNAR SEM EFEITO - Conceder 02 (duas) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Ariquemes/RO, no período de 23/07/2025 a 24/07/2025, para representar Deputado Ribeiro do Sinpol em reuniões no município. E estreitar o relacionamento com a população, atender demandas coletadas do município, conforme processo nº 100.061.000273/2025-41.

Nome	Cargo	Lotação
Weberson Rodrigo Pope	Chefe Gabinete Deputado	Gab. Dep. Ribeiro do Sinpo

Porto Velho, 22 de abril de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

## ATO DE DIÁRIA Nº 0746149/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 05 (cinco) diárias aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento via transporte aéreo, destino de Porto Velho- RO / Brasília-DF / Porto Velho -RO , no período de 20/04/2026 a 24/04/2026, com a finalidade de participar de diligências institucionais para levantamento de informações sobre a cadeia produtiva do leite referente a CPI do Leite, em conformidade com a 3ª ATA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, conforme processo nº 100.065.000136/2026-57.

Nome	Cargo	Lotação
Camila de Jesus Castro Aguiar	Assessora Parlamentar	Gab. Dep Eyder Brasil

Porto Velho, 22 de abril de 2026.

**ROGÉRIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral - ALE/RO

## ATO DE DIÁRIA Nº 0746632/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 06 (seis) diárias aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento via transporte terrestre, destino de Porto Velho-RO / Guajará-Mirim-RO / Porto Velho-RO, no período de 21/04/2026 a 26/04/2026, com a finalidade de entrega de Votos de Louvor concedidos às mulheres integrantes da Polícia Civil do Estado de Rondônia, com relação nominal aprovada por meio do Requerimento nº 3594/2026, posteriormente complementado pelos Requerimentos nº 4036/2026 e nº 4037/2026, que incluíram novas policiais civis lotadas no município de Guajará-Mirim, conforme processo nº 100.063.000134/2026-88.

Nome	Cargo	Lotação
Rafael Ribeiro da Frota	Superintendente	Sup. Tecnologia da Informação

Porto Velho, 22 de abril de 2026.

**ROGÉRIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral - ALE/RO

## ATO DE DIÁRIA Nº 0746492/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder (04) quatro diárias para o (a) Deputado (a) Estadual Jose Ribeiro Pinto Filho, pelo deslocamento via transporte aéreo de Porto Velho-RO / Brasília-DF / Porto Velho-RO, no período de 27/04/2026 a 30/04/2026, com a finalidade de Participar de agenda institucional no município de Brasília/DF, a convite do Deputado Federal Thiago Flores, com a finalidade de integrar reuniões em seu gabinete e no âmbito das Comissões do Congresso Nacional. A programação contempla discussões sobre matérias de relevante interesse para o Estado de Rondônia, incluindo a possível votação do veto relacionado à dosimetria penal, além de tratativas institucionais voltadas à área de segurança pública e demais pautas estratégicas. Fortalecer a atuação parlamentar e a representação do Estado de Rondônia junto

ao Congresso Nacional, contribuindo diretamente para a defesa de pautas relevantes à população, especialmente na área da segurança pública. A participação nas reuniões e debates institucionais possibilita o alinhamento de interesses, a articulação política e o aprimoramento de políticas públicas, promovendo impactos positivos na garantia de direitos, na justiça e no desenvolvimento social. Conforme processo nº 100.061.000078/2026-00.

Porto Velho, 22 de abril de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0746551/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder (04) quatro diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte aéreo de Porto Velho-RO / Brasília-DF / Porto Velho-RO no período de 27/04/2026 a 30/04/2026, com a finalidade de Acompanhar o Deputado Estadual Ribeiro do Sinpol em agenda institucional no município de Brasília/DF, para participação em reuniões no gabinete do Deputado Federal Thiago Flores e no âmbito das Comissões do Congresso Nacional. A agenda contempla discussões sobre matérias de relevante interesse para o Estado de Rondônia, incluindo a possível votação do veto relacionado à dosimetria penal, além de articulações institucionais voltadas à área de segurança pública. Durante a missão, será prestado suporte logístico e acompanhamento das atividades parlamentares, assegurando o adequado cumprimento da agenda oficial, conforme processo nº 100.061.000078/2026-00.

Nome	Cargo	Lotação
Leonardo Alencar Moreira	Assessor Técnico	GABINETE DEPUTADO RIBEIRO DO SINPOL

Porto Velho, 22 de abril de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0746835/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 03 (TRES) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre, de PORTO VELHO/NOVA MAMORÉ-GUAJARÁ-MIRIM/PORTO VELHO, no período de 22/04/2026 a 24/04/2026, Para realizar o acompanhamento e a verificação da aplicação dos recursos públicos já repassados, assegurando sua conformidade com a legislação vigente, prevenindo eventuais irregularidades e promovendo a transparência na execução das ações e projetos financiados, conforme processo nº 100.063.000123/2026-06.

Nome	Cargo	Lotação
HELLEN MAYNE ARAUJO MAIA	ASSESSOR DE EMEN PARLAMENTARES	ASSESSORAMENTO DE EMENDAS PARLAMENTARES

Porto Velho, 22 de abril de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0746412/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições

legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 01 (UMA) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de BURITIS/ CUJUBIM/BURITIS, no período de 22/04/2026 a 22/04/2026, O servidor irá conduzir veículo e realizar a segurança pessoal do deputado estadual Delegado LUCAS TORRES durante o cumprimento de agenda parlamentar, conforme processo nº 100.055.000139/2026-18.

Nome	Cargo	Lotação
ALEX DOS SANTOS SOUZA	ASSESSOR DE SEGURANCA	SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Porto Velho, 22 de abril de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0747020/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 01 (um) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de CACOAL-RO / ALTO ALEGRE DOS PARECIS- RO / CACOAL-RO no período de 15.04.2026 a 15.04.2026 com a finalidade de realização de visitas técnicas institucionais ao município de Alto Alegre dos Parecis com a finalidade de promover o acolhimento de demandas da população, levantamento de necessidades locais e encaminhamento de serviços e ações parlamentares voltadas ao atendimento da região. Providências e serviços junto aos órgãos competentes, contribuindo diretamente para o fortalecimento das políticas públicas e para a melhoria da qualidade de vida da população local, conforme processo nº 100.057.000140/2026-14.

Nome	Cargo	Lotação
CHARLES PEREIRA DA SILVA	ASSESSOR PARLAMENTAR	GABINETE DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL

Porto Velho, 22 de abril de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0746205/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte /aéreo/ PORTO VELHO/ SÃO PAULO /PORTO VELHO, no período de 22/04/2026 A 25/04/2026 com a finalidade de Visita técnica à Fundação Carlos Alberto Vanzolini, instituição constituída com a finalidade de promoção de pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos, com o intuito de buscar, junto a fundação, informações acerca da possibilidade de contratação de instituição especializada para o desenvolvimento de projetos com foco em eficiência energética (energia fotovoltaica), conforme processo nº 100.024.000014/2026-47.

Nome	Cargo	Lotação
------	-------	---------

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI	SECRETÁRIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES	SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RAFAEL FIGUEIREDO MARTINS DIAS	SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
ARTHUR NOBRE BORGES	ADVOGADO	ADVOCACIA GERAL

Porto Velho, 22 de abril de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0746235/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte/aéreo/ PORTO VELHO/ SÃO PAULO /PORTO VELHO, no período de 22/04/2026 A 25/04/2026 com a finalidade de Visita técnica à Fundação Carlos Alberto Vanzolini, instituição constituída com a finalidade de promoção de pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos, com o intuito de buscar, junto a fundação, informações acerca da possibilidade de contratação de instituição especializada para o desenvolvimento de projetos com foco em eficiência energética (energia fotovoltaica). Levantamento de soluções técnicas para políticas públicas. A Fundação Carlos Alberto Vanzolini atua justamente em pesquisa aplicada, gestão e inovação. A visita permite obter informações qualificadas sobre: tecnologias de eficiência energética (como energia fotovoltaica), modelos de implementação, custos, benefícios e viabilidade técnica. Isso subsidia decisões mais informadas da administração pública, conforme processo nº 100.024.000014/2026-47.

Nome	Cargo	Lotação
RODRIGO ASSIS SILVA	SECRETÁRIO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Porto Velho, 22 de abril de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0746601/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

**RESOLVE:**

Conceder ( 01) uma diárias servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de BURITIS/PORTO VELHO/BURITIS no período de 23/04/2026 A 23/04/2026, com a finalidade de conduzir veículo e realizar a segurança pessoal do deputado estadual Delegado LUCAS TORRES durante o cumprimento de agenda parlamentar. A Segurança Institucional do Poder Legislativo abrange a segurança pessoal aproximada dos seus parlamentares, conforme processo nº 100.055.000140/2026-34.

Nome	Cargo	Lotação
Alex dos Santos Souza	ASSESSOR DE SEGURANCA	SECRETARIA DE SEGURANCA INSTITUCIONAL

Porto Velho, 22 de abril de 2026.

**ROGERIO GAGO DA SILVA**  
Secretário-Geral

## SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100.132.000016/2026-17

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia - ALE/RO torna público que realizará a contratação, por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea f, da Lei Federal nº 14.133/2021, da empresa **ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº **86.781.069/0001-15**, com sede na Av. Sete de Setembro, Nº 4698, Bairro Batel, CEP 80.240-000, no município de Curitiba/PR.

O objeto a da contratação é a inscrição de 01 (um) servidores no curso/evento intitulado **“ASSESSORIA / PROCURADORIA JURÍDICA E A ATUAÇÃO NA LEI Nº 14.133/2021: 40 TEMAS ESSENCIAIS PARA O ASSESSOR JURÍDICO”**, que ocorrerá entre os dias 06 a 08 de maio de 2026, na cidade de São Paulo/SP, pelo valor total de **R\$ 5.995,00 (cinco mil, novecentos e noventa e cinco)**, conforme consta nos autos do referido processo.

Porto Velho - RO, 22 de abril de 2026.

**ROGÉRIO GAGO DA SILVA**  
Secretário Geral – ALE/RO

AVISO DE REVOGAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026/NCP/ALE/RO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100.172.000009/2026-31

Fica revogada em todos os seus termos, por interesse da administração, com fundamento no inciso II do artigo 71 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o pregão supracitado, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO E DE CONFECÇÃO, MANUTENÇÃO E FORNECIMENTO DE CARIMBOS AUTOTINTÁVEIS, A SEREM EXECUTADOS SOB DEMANDA** para atender as demandas **Superintendência de Logística**, por ter sido cadastrada e divulgada no Comprasnet por item, **quando o correto é GRUPO 1, TIPO I, composto de por 47 (quarenta e sete) itens, conforme Edital e Termo de Referência.**

Dê-se ciência aos interessados, abrindo-se o prazo de 03 (três) dias úteis para eventual recurso dos licitantes, nos termos do art. 165, inc, I, letra 'd', da Lei n. 14.133 de 1º de abril de 2021. Após finalizados todos os procedimentos previstos no dispositivo acima referido, DETERMINO a imediata reabertura de novo procedimento licitatório.

Porto Velho/RO, 22 de abril de 2026.

Guilherme Marcel Gaiotto Jaquini  
Secretário de Compras e Licitações

AVISO N.º 01/2026

## CHAMAMENTO PÚBLICO

**Processo: 100.002.000288/2026-94**

**Objeto:** Locação de Espaço para a 1ª edição do Fórum Permanente de Desenvolvimento Econômico e Tributário do Estado de Rondônia – FORDETRO que ocorrerá em Ji-Paraná-RO nos dias 14 e 15 de maio de 2026 .

**O SECRETÁRIO DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA INFORMA** à todas as empresas que tenham espaços disponíveis para locação nos dias 14 e 15 de maio de 2026 em Ji-Paraná-RO, que atendam as especificações abaixo relacionadas, que está aberto o processo de cadastramento de propostas de preços junto à SCL/ALE-RO.

Requisitos Técnicos:

**a) Espaço físico de alta performance:** ambiente com acessibilidade plena e capacidade mínima para 300 (trezentas) pessoas sentadas, com setorização funcional para credenciamento, plenária principal, salas reservadas para autoridades e áreas de apoio logístico;

**b) Suporte tecnológico e audiovisual:** sistema de sonorização profissional, iluminação cênica adequada e painel de LED de alta definição, apto à exibição de conteúdos técnicos e dados macroeconômicos;

**c) Climatização e conforto ambiental:** sistema de climatização compatível com ocupação plena, assegurando condições adequadas de conforto e salubridade durante toda a programação;

**d) Apoio operacional e segurança:** equipe técnica e operacional integrada, incluindo segurança patrimonial e privada, brigadistas, serviços de limpeza e suporte técnico contínuo aos sistemas audiovisuais;

**e) Estrutura de apoio alimentar:** fornecimento de *welcome coffee* e intervalos técnicos destinados ao apoio institucional e ao networking entre os participantes.

A solicitação de eventuais informações complementares, bem como o encaminhamento da proposta para cadastramento, deverão ocorrer por meio do endereço eletrônico [dc@ale.ro.gov.br](mailto:dc@ale.ro.gov.br).

A proposta deverá ser preenchida corretamente, sem rasuras, de forma clara e objetiva, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando o valor global da proposta, bem como um contato de representante/preposto e enviado através do endereço eletrônico [dc@ale.ro.gov.br](mailto:dc@ale.ro.gov.br), impreterivelmente, até 27 de abril de 2026, juntamente com todas as documentações que julgarem pertinentes.

É de responsabilidade das empresas interessadas/participantes manter atualizados seus endereços eletrônicos disponibilizados a este para devidas comunicações.

Porto Velho, 22 de abril de 2026.

(assinado eletronicamente)

**GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI**

Secretário de Compras e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Marcel Gaiotto Jaquini, Superintendente de Compras e Licitação**, em 22/04/2026, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.al.ro.leg.br/validar>, informando o código verificador **0747756** e o código CRC **78B88F8C**.

Referência: Processo nº 100.002.000288/2026-94

SEI nº 0747756

Av. Farquar, 2562 - Bairro Arigolândia - CEP 76801-189 - Porto Velho/RO

Site [www.al.ro.leg.br](http://www.al.ro.leg.br)